



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2011



Relatório de Gestão Exercício 2011
Ministério Público do Estado do Tocantins

Clenan Renaut de Melo Pereira
Procurador Geral de Justiça

Vera Nilva Álvares Rocha
Subprocuradora Geral de Justiça

Célio Sousa Rocha
Chefe de Gabinete

Equipe Técnica:

José Maria Teixeira
Diretor Geral

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Dep. de Planejamento e
Gestão

João da Silva Macedo
Analista - Ciências Econômicas

Fáustone Bandeira Morais Bernardes
Auxiliar Ministerial

SUMÁRIO

1. Identificação do Órgão.....	9
2. Sinopse das realizações no exercício de 2011.....	10
2.1 Destaques na Atuação Finalística.....	10
2.2 Outros Destaques	19
3. Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO.....	22
3.1 Da Estratégia.....	22
3.2 Da Competência Legal.....	23
3.3 Das Atribuições.....	24
3.4 Da Organização.....	24
4. Programa 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis....	29
4.1 Apresentação.....	29
4.2 Indicadores.....	30
4.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	30
4.4 Ações.....	34
4.4.1 Ação 2028: Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário.....	34
4.4.2 Ação 1127: Manutenção da Sala de Inteligência.....	37
4.4.3 Ação 2195: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.....	39
4.4.4 Ação 2189: Realização das Atividades dos Centros de Apoio - Operacional-CAOPs	41
4.4.5 Ação 2194: Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público.....	64
4.4.6 Ação 2187: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas....	68
5. Programa 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público.....	72
5.1 Apresentação.....	72
5.2 Indicadores.....	72
5.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	74
5.4 Ações.....	76
5.4.1 Ação 1159: Renovação da frota de veículos do Ministério Público.....	76
5.4.2 Ação 1128: Construção das Promotorias do Ministério Público.....	77
5.4.3 Ação 6012: Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público.....	81

5.4.4	Ação 6013: Concessão de direitos decorrentes de Precatórios Judiciais aos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça.....	83
5.4.5	Ação 1020: Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública.....	83
5.4.6	Ação 1254: Realização de Concurso Público para Servidores.....	84
5.4.7	Ação 1114: Estruturação e Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação.....	85
6.	Programa 195: Apoio Administrativo.....	96
6.1	Apresentação.....	96
6.2	Indicadores.....	96
6.2	Resumo da Execução Orçamentária.....	97
6.3	Ações.....	99
6.3.1	Ação 2001: Coordenação e Manutenção dos Serviços Gerais.....	99
6.3.2	Ação 2002:Manutenção dos Serviços de Transportes.....	111
6.3.3	Ação 2003:Manutenção dos Serviços de Informática.....	114
6.3.3	Ação 2004:Manutenção de Recursos Humanos.....	116
8.	Planejamento Estratégico 2010 - 2018.....	120
9.	Gespública - Atividades 2010.....	125
9.	Situação dos Projetos.....	132

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 Dados identificadores do órgão	9
Figura 3.4.1 Organograma do Ministério Público do Tocantins	25
Figura 3.4.2 Mapa das Promotorias de Justiça	27
Quadro 4.1 Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais.....	29
Figura 4.3.1 Distribuição de Gastos no Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	30
Tabela 4.3.2 Metas Físicas/Financeiras por Ação.....	33
Tabela 4.3.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	33
Figura 4.4 Processos de 1ª instância devolvidos ao Judiciário com manifestação.....	35
Quadro 4.4.2.1 Resumo das atividades realizadas.....	38
Tabela 4.4.3.1 Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público	38
Tabela 4.4.3.2 Promotorias/Procuradorias Correicionadas em 2011.....	40
Tabela 4.4.4.1 Atividades realizadas em 2011 – CAOMA.....	42
Tabela 4.4.4.2 Outras atividades realizadas em 2011 – CAOMA.....	44
Tabela 4.4.4.3 - Atos administrativos realizados 2011 – CAOMA.....	44
Tabela 4.4.4.4 - Estabelecimentos visitados pelo CAOPDC.....	45
Tabela 4.4.4.5 - Produtos apreendidos pelo CAOPDC.....	46
Tabela 4.4.4.6 - Atividades realizadas – CAOCRIM.....	55
Tabela 4.4.4.7 - Atividades realizadas – COAP MULHER.....	59
Tabela 4.4.4.8 - Atividades realizadas - CAOPP.....	63
Quadro 4.4.5.1 – Eventos de capacitação	66
Tabela 4.4.6.1 Quadro resumo Atividades GAECO	70
Tabela 5.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	75
Tabela 5.4.7 - Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2011.....	86
Tabela 5.4.7.1 - Cronograma de desenvolvimento de sistemas.....	89
Tabela 5.4.7.2 - Cronograma de projetos em estudos	93
Tabela 5.4.7.3 - Registro de Atividades no Gestor de Projetos	94
Figura 5.4.7 – Demandas de atividades.....	95
Figura 6.3 Distribuição das principais despesa.....	97
Tabela 6.3.1 - Metas Físicas/Financeiras por ação.....	98
Tabela 6.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	98

Tabela 6.3.1.1 - Contrato de Segurança Armada.....	99
Tabela 6.3.1.4 – Equipamentos adquiridos por grupo contábil:	
Valores globais.....	103
Tabela 6.3.1.5 – Atendimentos/requisições	103
Quadro 6.3.1.1 Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros... ..	105
Tabela 6.3.2.1 – Comparativo de despesas 2010 - 2011.....	112
Quadro 6.3.2.2 Frota de veículos MPE-TO.....	112
Quadro 6.3.4.1 Carreira de Apoio - Posição: 31/12/2011.....	117
Figura 6.3.4.1 Distribuição dos cargos	118
Quadro 6.3.4.2 Resumo de membros e servidores do Ministério Público.....	118
Quadro 6.3.4.3 Limites de Gasto de Pessoal com a LRF.....	119
Figura 7.1 – Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	120
Quadro 7.1 – Indicadores estratégicos do Ministério Público.....	121
Quadro 8.1 Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins.....	125
Quadro 9.1 Situação dos Projetos.....	132
Quadro 9.1.1 Informações sobre transferências de recursos	133

APRESENTAÇÃO

A Procuradoria Geral de Justiça, Órgão de Cúpula Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, vem apresentar a essa douta Corte de Contas o Relatório de Gestão referente ao ano de 2011, para o qual foram adotados os mais modernos meios na realização das ações meio e finalísticas, no levantamento de indicadores e no acompanhamento da execução dos projetos estratégicos, de forma que a tônica deste relatório não é somente cumprir a obrigação de prestar contas, mas também evidenciar a atuação do órgão nesse período, visando ampliar os mecanismos de controle externo e social.

Desta forma, iremos ressaltar os destaques de nossa atuação finalística, que, em 2011, superou todas as expectativas em número de processos, alcançando um número recorde de encaminhamento de processos ao judiciário, principalmente nas áreas de Patrimônio Público, Meio Ambiente, Consumidor e Infância e Juventude.

Já no âmbito da gestão institucional, cabe enaltecer o esforço dos programas de melhoria da gestão, os quais se consolidaram em 2011, tanto no âmbito regional, no qual o MPE foi alçado à condição de órgão âncora do Gespública, como no âmbito nacional, onde, após vários Ministérios Públicos terem se utilizado da metodologia de implementação do Planejamento Estratégico inicialmente utilizada pelo órgão, em 2011 foi finalmente criado o Fórum Nacional de Gestão dos Ministérios Públicos junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Outras ações de destaque no âmbito da área meio foram a inauguração de 03 novas sedes de Promotorias nas cidades de Tocantinópolis, Paranã e Miranorte, a contratação de empresa para realização do mapeamento de processos do órgão e desenvolvimento de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) para os servidores e a estruturação e implementação de Sistema de Processo Eletrônico, ações de aperfeiçoamento dos membros e servidores.

Desta forma, acreditamos que é possível avaliar como extremamente positivo o ano de 2011 para o Ministério Público do Estado do Tocantins, que findou a execução do Plano Plurianual 2008/2011, cujas metas principais foram cumpridas e, inclusive, superadas.

Quanto ao Plano Plurianual 2012/2014, que foi desenvolvido no decorrer do exercício 2011, este já traz o novo modelo adotado pelo Governo Federal, conforme metodologia sugerida pela Secretaria de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, além de conter a unificação dos conceitos e estratégias do Planejamento Estratégico 2010-2018 deste órgão, restando em um instrumento de planejamento completo.

O Relatório ora apresentado mantém a estrutura que vem sendo utilizada pelo órgão, e traz os seguintes tópicos: 1-Identificação do Órgão, 2-Sinopse das realizações no exercício 2011, 3-Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO, 4-Programa 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis, 5-Programa 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público, 6-Programa 0195: Apoio Administrativo, 7-Planejamento Estratégico 2010-2018, 8-GESPÚBLICA-Atividades 2011, 8-Situação dos Projetos, e 9-Considerações Finais.

Palmas, 06 de fevereiro de 2012.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

1 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

Quadro 1 – Identificação do Órgão

Nome completo da unidade e sigla:	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
Natureza jurídica:	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:	LEI COMPLEMENTAR Nº 12/1996 (REVOGADA PELA LEI 51, DE 2 DE JANEIRO DE 2008) Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Nome e código no SIAFEM:	PGJ
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 N CONJ. 03 AV. TEOTÔNIO SEGURADO C/ AV. LO 04 – CEP 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mp.to.gov.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

2 SINOPSE DAS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2010

2.1 DESTAQUES NA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

DEZEMBRO

-
- Frigoríficos pedem prorrogação de prazo para cumprimento de TAC
-
- MPE encerra campanha de Natal com 400 cartinhas adotadas
-
- MPE mantém plantão durante recesso
-
- A falta de legislação sanitária municipal impede a atuação dos agentes
-
- MPE pede urgência na elaboração e aprovação de Código Sanitário
-
- Comissão Técnica poderá auxiliar MPE em demandas da saúde
-
- Auto de Natal emociona integrantes do MPE
-
- MPE divulga Geografia da Corrupção no Tocantins, 61 Prefeitos estão sendo processados
-
- Denúncia do MPE afasta Prefeito de Lizarda, a dilapidação do patrimônio público passou de R\$ 2 milhões
-
- Promotoria de Justiça Novo Acordo é arrombada
-
- Dia Mundial de Combate à Corrupção: Órgãos cobram Transparência
-
- Evento de combate à corrupção será realizado em Palmas, esta é a primeira atividade do FOCOO
-
- MPE cobra criação de Código Sanitário em Palmas
-
- MPE apreende documentos na prefeitura de Lagoa da Confusão
-
- PGJ recebe membros da Associação dos Policiais Civis, Membros da Aspol entregam documento sobre presídios ao PGJ
-
- Prejuízos de mais de R\$ 2 milhões no patrimônio de Lizarda levam MPE a denunciar Prefeito
-
- Prefeito de Dois Irmãos é denunciado pelo MPE, denúncia aponta dispensa indevida de de licitação
-
- Começam os trabalhos de correições nas Procuradorias de Justiça
-

-
- 95 contratos sem licitação levam MPE a denunciar prefeito de Tocantínia - O prejuízo ao patrimônio público chega a R\$ 366.964,67
-

• **NOVEMBRO**

-
- A pedido do MPE, Justiça afasta prefeito de Barrolândia
-
- MPE dá início à fiscalização nos açougues da capital
-
- Crianças que vivem em abrigos ganham passeio pelo shopping, ação é uma parceria de várias instituições e iniciativa privada
-
- MPE e ANP desencadeiam operação, 124 botijões foram apreendidos no primeiro dia
-
- MPE realiza operação de fiscalização nos açougues da capital, pelo menos 130 estabelecimentos serão fiscalizados
-
- Irregularidades de um milhão de reais em abastecimento
-
- Seminário Jurídico inscreve até quarta-feira, 23, 30 vagas foram disponibilizadas para integrantes do MPE
-
- Procurador Geral de Justiça prestigia comemorações no MPF
-
- Criado Fórum de Combate à Corrupção no Tocantins, o Focco reúne órgãos de controle e fiscalização de recursos públicos
-
- Autoridade da área da infância e juventude visita o MPE
-
- MPE e Comando da PM discutem atividade policial, reunião foi coordenada pelo Promotor José Eduardo Sampaio
-
- MPE denuncia e Justiça afasta novamente prefeito de Carmolândia, João Holanda ficou preso por mais de um mês
-
- A redução da mortalidade infantil está entre os objetivos do milênio
-
- PGJ expõe sobre situação infanto-juvenil no Estado com levantamento de mortes fetais e neonatais no TO
-

OUTUBRO

-
- Prefeito de Gurupi é denunciado por manter servidor fantasma, suposto servidor foi nomeado em março de 2010
-
- José Maria foi empossado como Procurador de Justiça do MPE
-
- Seminário discutirá direitos de crianças e adolescentes
-
- José Maria da Silva Júnior é eleito Procurador de Justiça do MPE e assume a vaga deixada por César Zaratin
-

-
- MPE protocola novas denúncias contra o Prefeito de Piraquê, Olavo Júlio Macedo é acusado de fraudar licitações
-
- PGJ prestigia posse do novo Superintendente da PF
-
- Seminário discutiu propostas para a execução penal, sistema Começar de Novo é a nova proposta para execuções penais
-
- MPE discute criação do Fórum de Combate à Corrupção, Focco reúne diversos órgãos em âmbito estadual e nacional
-
- Assinatura de Termo com Tribunal de Contas facilitará atuação do MPE
-
- MPE denuncia novamente Prefeito de Aurora do Tocantins, irregularidades na Prestação de Contas
-
- Secretário cumpre prazo do MPE e fornece medicamento a criança
-
- "Novas perspectivas para a Execução Criminal" em debate no MPE
-
- Sob pena de prisão, MPE dá 72 horas para que Secretário Estadual de Saúde cumpra decisão judicial
-
- José Omar é reconduzido ao cargo de Ouvidor Geral, demanda da Ouvidoria aumentou 500%
-

SETEMBRO

-
- Reunião discute acompanhamento de processos nos Tribunais Superiores
-
- Revista Jurídica: prorrogado o prazo para inscrição de artigos
-
- MPE oferece denúncia contra prefeito de Carmolândia
-
- MPE e Faculdade Católica do TO assinam termo de cooperação técnica
-
- MPE e Defensoria Pública finalizam documento com propostas para implementação de políticas para tratamento de viciados em drogas
-
- MPE e ANP discutem venda irregular de GLP no TO
-
- Prorrogado prazo para cadastramento do Censo Previdenciário
-
- MPE sedia reunião regional da ANP, encontro acontece no próximo dia 20
-
- Enap disponibiliza senhas para o curso Ética e Serviço Público
-
- MPE e MPF designam audiência pública para discutir fauna
-
- TJ acata parecer do MPE e mantém prefeito de Piraquê preso
-
- PGJ pede afastamento de Prefeito de Ponte Alta por crime contra a administração pública
-

-
- Audiência Pública debate atenção aos usuários de drogas e reinserção social
-
- Unificação das tabelas dos Ministérios Públicos Nacionais
-
- PGJ alerta para cadastramento do Censo Previdenciário
-

AGOSTO

-
- MPE pede agilidade no julgamento de recurso contra terceirização, demora no julgamento pode acarretar prejuízos aos cofres públicos
-
- PGJ prestigia abertura do 1º Congresso Estadual sobre Drogas
-
- Pré-inscritos no curso "Ética e Serviço Público" devem efetivar inscrições
-
- Resposta ao texto "Os ardores republicanos do MP"
-
- PGJ recebe visita de vice-governador
-
- Elevado número de óbitos maternos leva MPE a instaurar procedimento, foram 29 mortes nos últimos dois anos
-
- Cláudio Barros Silva, Conselheiro Nacional do Ministério Público abre IX Ciclo de Estudos Jurídicos
-
- Carros movidos a GLP devem ser apreendidos, recomenda MPE, Procurador José Omar entrega recomendação ao diretor do Detran
-
- PGJ recebe Corregedora Nacional de Justiça
-
- MPE protocola procedimentos contra nove prefeitos
-
- Intranet do MPE ganha nova roupagem, canal de comunicação já está no ar
-
- MPE estende prazo do TAC e dá mais 145 dias para frigoríficos se adequarem
-
- Censo Previdenciário 2011 começa nesta segunda-feira
-
- PGJ do TO prestigiará posse do Conselho Nacional do MP
-
- Cesaf divulga programação do IX Ciclo de Estudos Jurídicos
-
- Tocantinópolis: MPE inaugura sede de Promotorias nesta sexta
-
- Plenário do Senado aprova recondução de Roberto Gurgel
-
- Caop do Consumidor discute agenda de ações para o segundo semestre
-
- A pedido do MPE, prefeito de Piraquê é preso, gestor estava foragido desde 31 de maio deste ano
-
- PGJ protocola recurso contra decisão da Presidente do TJ
-

JULHO

- Membros que acumularem função de docência devem seguir normas do CNMP
- Justiça acata pedido do MPE em relação a saúde no Tocantins: "Saúde é dever do Estado", diz juíza em decisão
- Ministério Público conclui análise do Inquérito Militar sobre caso Everaldo, Promotora de Justiça conclui que houve homicídio doloso
- A maioria dos estabelecimentos que vendem gás estão irregulares, declara MPE
- Cesaf inscreve para o curso "Ética e Serviço Público"
- 4º Fórum Virtual Nacional do Ministério Público
- Indicados ao CNMP são nomeados
- MPE decreta luto oficial pela morte de Promotor de Justiça, Pedro Moreira de Melo será velado em Santa Terezinha (GO)
- Promotor de Justiça retorna ao Estado após nove meses afastado para tratamento médico, Glaydon foi recebido pelo Chefe de Gabinete, Célio Sousa Rocha
- CNPG lança campanha de combate às drogas no País
- Prorrogado prazo para elaboração do II Diagnóstico do MP
- MPE pede anulação de Ato que declarou calamidade na saúde, para Procuradoria não existe situação de calamidade
- Procurador Geral de Justiça cumpre agenda em Brasília em Reunião do CNPG
- Bancos terão 12 meses para começar a cumprir o TAC assinado entre MPE e Febraban, TAC Acessibilidade já foi celebrado nos Estados de São Paulo e Minas Gerais

JUNHO

- Secretaria de Segurança tem 24 h para enviar documentos ao MPE
 - MPE participa de audiência pública sobre sistema prisional, Marco Antônio sugeriu a construção de um presídio de segurança máxima
 - Setor de Saúde realiza vacinação contra gripe
 - Operação Pró-Consumidor apreende três toneladas de produtos em Natividade
 - PGJ vai intermediar solicitações dos moradores do setor Taquari, em Palmas
 - MPE estudará legalidade de terceirização da saúde
 - MPE recebe certificado da Associação Amigos do Bem
-

-
- Cesaf promove oficina sobre infância e juventude
-
- Abertas inscrições para palestra sobre "Reforma de Prisões", curso é promovido pelo Cesaf
-
- Aprovada resolução sobre exercício do magistério por membro do MP
-
- Encontro discute atuação do MP junto ao sistema prisional
-
- MPE revela nome de membro citado em inquérito policial, PGJ diz que indícios de envolvimento de membro são frágeis
-
- Abertas inscrições para Seminário sobre Direito da Família
-
- MPE dá prazo a revendedoras de gás irregulares em Porto Nacional
-
- Assinado Termo de Cooperação entre MPE e órgãos ambientais para prevenção a queimadas
-
- II Diagnóstico do MP: prazo prorrogado até 30 de junho
-
- MPE denuncia criminalmente 15 prefeitos ao Tribunal de Justiça
-
- Carta de Brasília: controle externo da atividade policial garante direitos humanos
-
- Instituído Grupo de Combate ao Crime Organizado no MPE, Projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa na terça-feira, 31 de maio
-
- A pedido do MPE, Justiça decreta prisão do Prefeito de Piraquê
-
- Promotores de Justiça têm uma das melhores avaliações
-
- Proposta de resolução cria o cadastro de membros do MP

• MAIO

-
- Vencer o vício do cigarro é possível! - Servidores passam por testes ergométricos e avaliações físicas
-
- MPE realiza programação no Dia Mundial de Combate ao Tabagismo
-
- MPE denuncia Prefeito de Cristalândia, se for condenado, o Prefeito pode pegar até 14 anos de cadeia
-
- Membros do MPE podem se inscrever em ciclo de estudos da ESMAT
-
- Prefeito de Lavandeira é afastado a pedido do MPE, Procurador Geral de Justiça denunciou outros quatro gestores
-
- Justiça afasta prefeito de Aurora a pedido do MPE
-
- Suspensos concursos para Remoção e Promoção de membros, suspensão vai até o término dos trabalhos da Meta 2
-

-
- PGJ participa da comemoração do 11º aniversário da Capitania dos Portos Araguaia-Tocantins
-
- Tabelas Unificadas estão disponíveis
-
- Registros na Ouvidoria do MPE aumentam 75%, Ouvidor diz que instalação de Ouvidoria foi uma decisão acertada
-
- Servidores do MPE terão subsídios reajustados em 7%
-
- Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas é criado no MPE
-
- Postos de combustível de Palmas são fiscalizados pelo MPE
-
- MPE apreende duas toneladas de alimentos em Colmeia, na Força - Tarefa Pró Consumidor
-
- Mediação e Conciliação são temas de Oficina no MPE-TO
-
- MPE prorroga concurso público de 2010, Concurso terá validade de mais um ano
-
- Comissão discute atuação dos MPEs nos Tribunais Superiores
-
- Prorrogado prazo para II Diagnóstico do Ministério Público
-
- Último prazo para conclusão de inquéritos de homicídios
-
- Procurador Geral prestigia homenagem ao ministro Hamilton Carvalhido com ministros do STJ e Procuradores Gerais de Justiça
-
- Acordo de cooperação entre MPE e Ministério do Desenvolvimento amplia fiscalização de Programas Sociais no Tocantins
-
- Integrantes do MPE participam de workshop sobre tabelas unificadas
-
- Segunda turma de brigadistas do MPE conclui curso nesta quinta, 5
-
- Frigoríficos estaduais firmam Acordo com o MPE
-
- Matrículas no curso de Aprendizagem Virtual terminam no próximo dia 9
-
- Corregedoria dá início aos trabalhos de correição na capital
-
- MPE abre inscrições para oficina sobre Mediação e Conciliação

ABRIL

-
- Correições já foram realizadas em dez municípios do Estado
-
- Correições em Palmas têm início nesta terça, 03
-
- Iniciada Formação da Brigada de Incêndio da PGJ
-

-
- MPE pede prisão preventiva de cinco prefeitos e denuncia 46 pessoas
-
- Ministério Público recebe visita de integrantes da Delegacia de Investigações Criminais
-
- MPE integra Comitê Gestor do Desarmamento Voluntário
-
- MPE faz balanço de força-tarefa que combateu venda clandestina de gás em Palmas, mais de 80 estabelecimentos foram vistoriados
-
- PGJ participa da escolha dos novos conselheiros do CNMP
-
- Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde inscreve até dia 27
-
- PGJ prestigia despedida do conselheiro do TCE José Jamil
-
- PGJ realiza vistoria nas obras do Centro Penal de Palmas
-
- MP e governo federal intensificam combate à violência contra a mulher
-
- PGJ visita 2º Batalhão da Polícia Militar em Araguaína e fala sobre combate à criminalidade
-
- MPE retoma atividades do Projeto de Educação Ambiental, Caoma discute Projeto com parceiros
-
- MPE acompanhará investigações do caso "Everaldo"
-
- Força-Tarefa apreende mais de 1,5 t de produtos irregulares

MARÇO

-
- PGJ recomenda aos servidores participação em curso de aprendizagem virtual
-
- Cesaf oferece inscrições para Mestrado e Doutorado na Europa
-
- MPE recomenda à Secretaria de Administração prorrogação do Plansaúde
-
- PGJ anuncia fim da greve de fome de presos da CPP
-
- Membros do MPE-TO, ajudem a construir o Planejamento Nacional do MP
-
- PGJ, membros do TJ, da Corregedoria de Justiça e Secretário de Segurança discutem situação da CCP
-
- Estado tem 15 dias para instalar Casa de Albergado, determinação partiu do MPE, TJ e Defensoria Pública
-
- Fórum Estadual de Controle conta com participação do MPE
-
- Capitão Potiguara, Almirante Júlio Saboya e Vice-Almirante Walter Carrara, todos da Esquadra visitam o PGJ
-

-
- Ignorar requisições do MP caracteriza improbidade
-
- MPE realiza oficina de combate à corrupção, Palestrante Reuder fará explanação no evento
-
- Eleição para indicação de Membro do CNJ e CNMP
-
- Procurador recebe visita de revendedores de gás de cozinha
-
- Cesaf abre inscrição para curso de Aprendizagem Virtual
-
- Palestras e humor nas Comemorações do Dia Internacional da Mulher no MPE
-
- Abertas inscrições para Oficina de Combate à Improbidade Administrativa
-
- Processo eletrônico é tema de capacitação do MPE, em Palmas, cerca de 60 integrantes do MPE participam da capacitação

• **FEVEREIRO**

-
- MPE realiza reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas da região Norte e Nordeste
-
- Relações institucionais e o intercâmbio de boas práticas marcam 2º dia de reunião do CNPG
-
- MPE participa de reunião do Programa Gás Legal
-
- MPE e Secretaria de Segurança Pública do TO firmam termo de cooperação técnica
-
- Procurador Geral de Justiça se reúne com Secretário de Segurança para discutir sistema prisional
-
- Procurador Geral Justiça é homenageado durante formatura do curso de Direito
-
- Projeto Padaria nas Unidades Prisionais é apresentado ao MP de Porto Nacional
-
- MPE combate venda clandestina de gás de cozinha
-
- Clenan Renaut prestigia posse do Presidente do Tribunal de Contas
-
- PGJ prestigia posse de nova presidente do TJTO

JANEIRO

-
- MPE homenageia primeiros Promotores de Justiça do Tocantins
-
- PGJ do TO participa de reunião ordinária do CNPG
-
- Subprocuradora Geral de Justiça prestigia posse de Defensor Geral
-
- MPE discute comercialização de gás de cozinha no Estado
-

-
- Procurador Geral de Justiça nomeia nova Subprocuradora Geral de Justiça, Dra. Vera Nilva Álvares Rocha
-
- MPE recebe novos Promotores
-

2.2 **OUTROS DESTAQUES**

- Membros do MP TO discutem ações do CNPG para 2012
-
- Promotoria de Justiça de Miranorte será entregue nesta terça-feira, 13, o investimento foi de R\$ 770 mil
-
- Obra com tema inédito é lançado por Promotor de Justiça
-
- MPE realiza Ciclo de Eventos nesta quarta-feira, uma vasta programação foi preparada para integrantes do MPE
-
- Livro de autoria do Promotor de Justiça Felício Soares "Manual sobre Armas de Fogo" será lançado no dia 9
-
- Apresentação de Coral encanta integrantes do MPE
-
- Membros do MPE participam do XIX Congresso Nacional do MP
-
- Congresso discute comunicação, gestão e tecnologia da informação, evento contou com a participação de seis integrantes do MPE
-
- Procurador Geral prestigia posse do novo presidente do CNPG
-
- I Semana da Saúde do MPE tem início nesta segunda-feira, 17
-
- Obras da Promotoria de Arraias terão início no próximo mês, investimento é de aproximadamente R\$ 1.250.000,00
-
- Cesaf oferece curso de reforma ortográfica, curso terá carga horária de 20h
-
- PGJ recebe troféu Personalidade Mais Importante do Tocantins
-
- MPE recebe doação de terreno para construção de Promotoria em Guaraí
-
- Novos Veículos integram a frota da PGJ, no total já foram adquiridos 15 veículos
-
- Novas regras para viagens de integrantes do MPE
-
- Entrevista: PGJ fala da atuação do MPE em Portal Jurídico JusTocantins
-
- Setor de saúde do MPE prossegue com imunização
-
- Clenan Renault prestigia posse do PGJ da Paraíba
-

-
- Athenas tem grande aceitação em Mostra do CNMP, compatibilidade com o Arquimedes foi destacada
-
- Paranã tem primeira sede totalmente projetada e executada pelo MPE
-
- Em tempo recorde, MPE entrega obra da Promotoria de Justiça de Paranã, sete meses foi o tempo de construção
-
- Gespública do MPE é apresentado ao Tribunal de Justiça
-
- Cesaf recebe artigos para 7ª Revista Jurídica
-
- CPP de Dianópolis recebe equipamentos do MPE
-
- Athenas é apresentado em Mostra de Sistemas do CNMP, Sistema está entre os 21 selecionados para a Mostra
-
- PGJ renova frota de veículos das Promotorias de Justiça
-
- MPE recebe doação da Receita Federal
-
- MPE institui a "Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado"
-
- Sede das Promotorias de Justiça em Tocantinópolis leva o nome de juiz fundador da Comarca
-
- MPE publica 6ª edição da Revista Jurídica
-
- Arraiá do MP será nesta sexta, 17
-
- A convite do MPE, Defensoria Pública integra gerência do Gespública
-
- Servidores do MPE participam de curso sobre Licitações
-
- MPE faz doação de mobiliários à Prefeitura de Palmas
-
- Emoção marca homenagem a Procurador de Justiça, Cesar Zaratín, após 22 anos, deixa o MPE-TO
-
- Brigadistas da PGJ recebem certificado
-
- Ministério Público assume ancoragem do Gespública
-
- Ato normatiza utilização de serviços de tecnologia da informação no MPE
-
- Controle de queimadas contará com participação do MPE, 22 instituições integram o Programa
-
- MPE participa do I Encontro Nacional sobre Controle Externo
-
- Auxílio-alimentação é reajustado
-

-
- Procurador Geral discute plano de saúde em reunião com parlamentares e sindicalistas
-
- Aprovada implantação de auxílio-creche no MPE
-
- Inscritos em curso de Aprendizagem Virtual devem efetuar matrícula
-
- Gespública é apresentado em Maceió, Chefe do Planejamento faz explanação sobre o programa em Reunião do CDEMP
-
- Membros do MPE participarão do Planejamento Nacional do MP
-
- No ar, novo portal do MPE-TO mostra layout simples e moderno com HTML5 de última geração
-
- Estagiários são recepcionados no MPE
-
- MPE sedia reunião estadual do Gespública
-
- Convênio firmado com a Caixa garante crédito imobiliário a integrantes do MPE
-

3. ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO

3.1 DA ESTRATÉGIA

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- Confiável
- Eficaz
- Fiscal da Lei
- Popular
- Independente
- Acessível
- Humanizado
- Transparente

3.2 DA COMPETÊNCIA LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

3.3 DAS ATRIBUIÇÕES

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou, devidamente, estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

3.4 DA ORGANIZAÇÃO

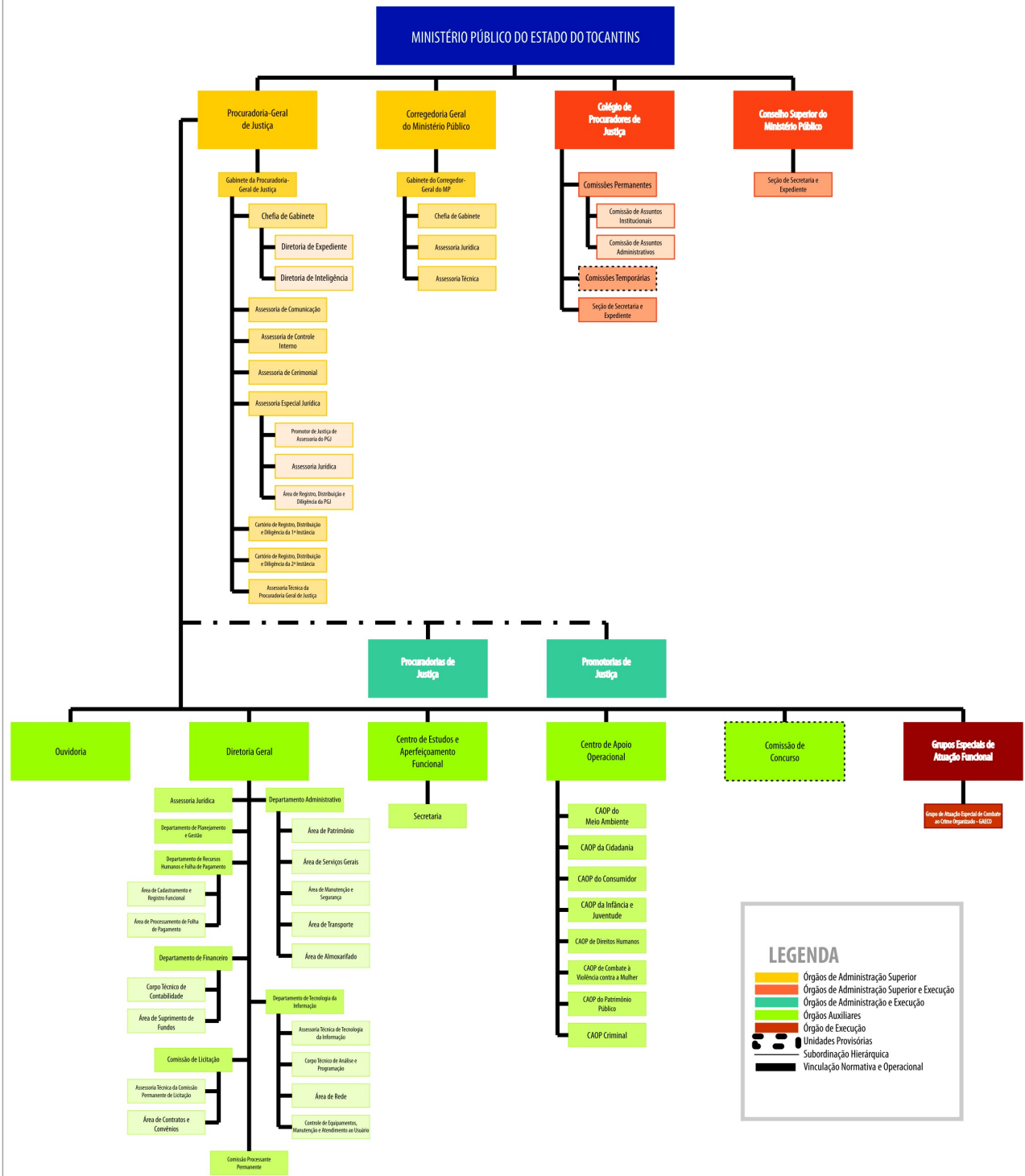
O ano de 2011 também foi importante no contexto da administração organizacional do Ministério Público, pois, através do Ato nº 111/2011, o Procurador Geral de Justiça aprovou o Organograma e tornou clara a ordem hierárquica da instituição.

Cabe ressaltar que o Organograma apresentado é fruto do Trabalho da Comissão de Revisão do Regimento Interno do MPE/TO, colocado em prática através do design gráfico da Assessoria de Comunicação.

A seguir, as imagens que compõem o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins em vigor, construído com base na legislação vigente:

Figura 3.4 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins

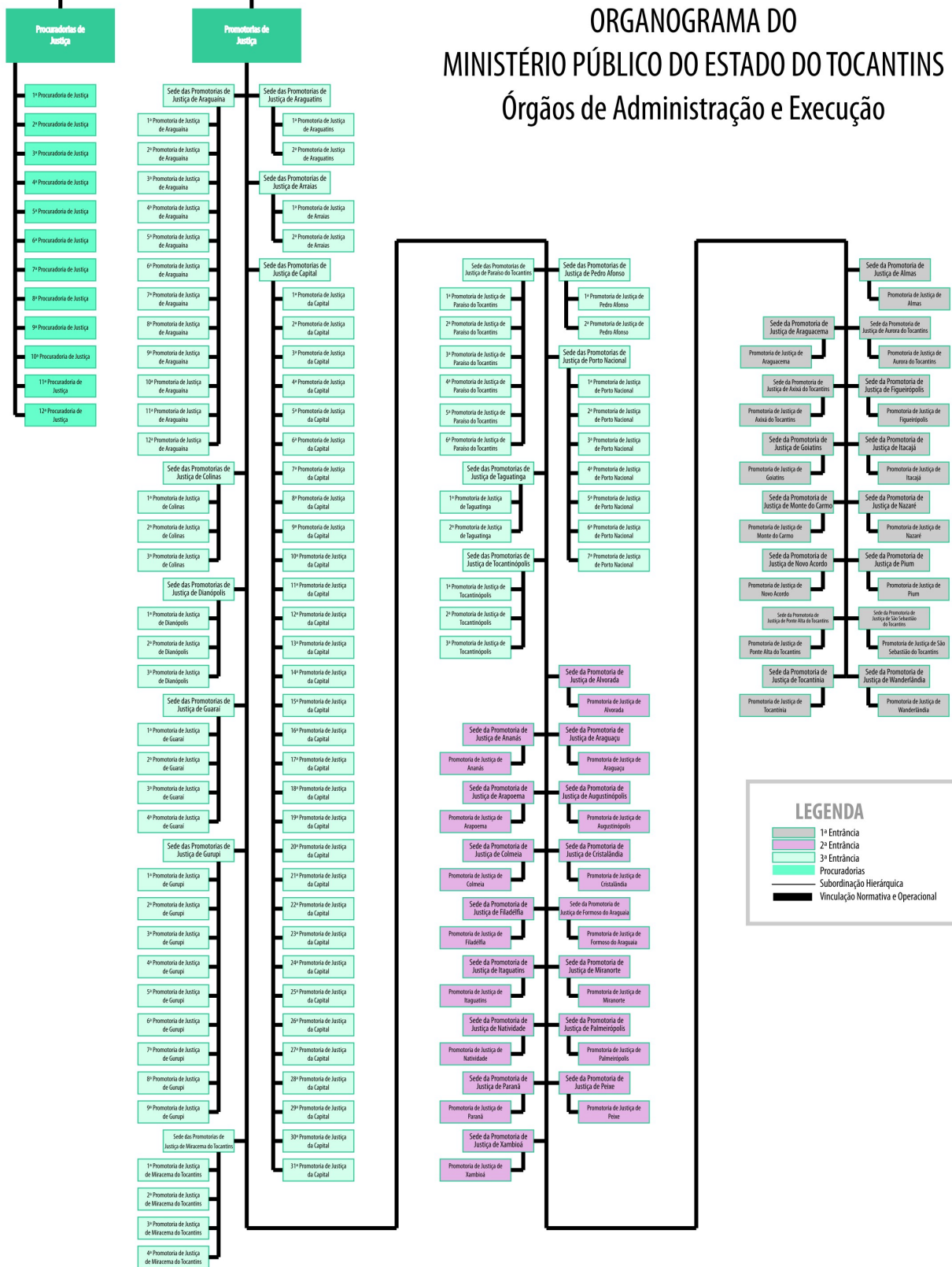
ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS



ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Órgãos de Administração e Execução

Organograma Principal do MPE/TO



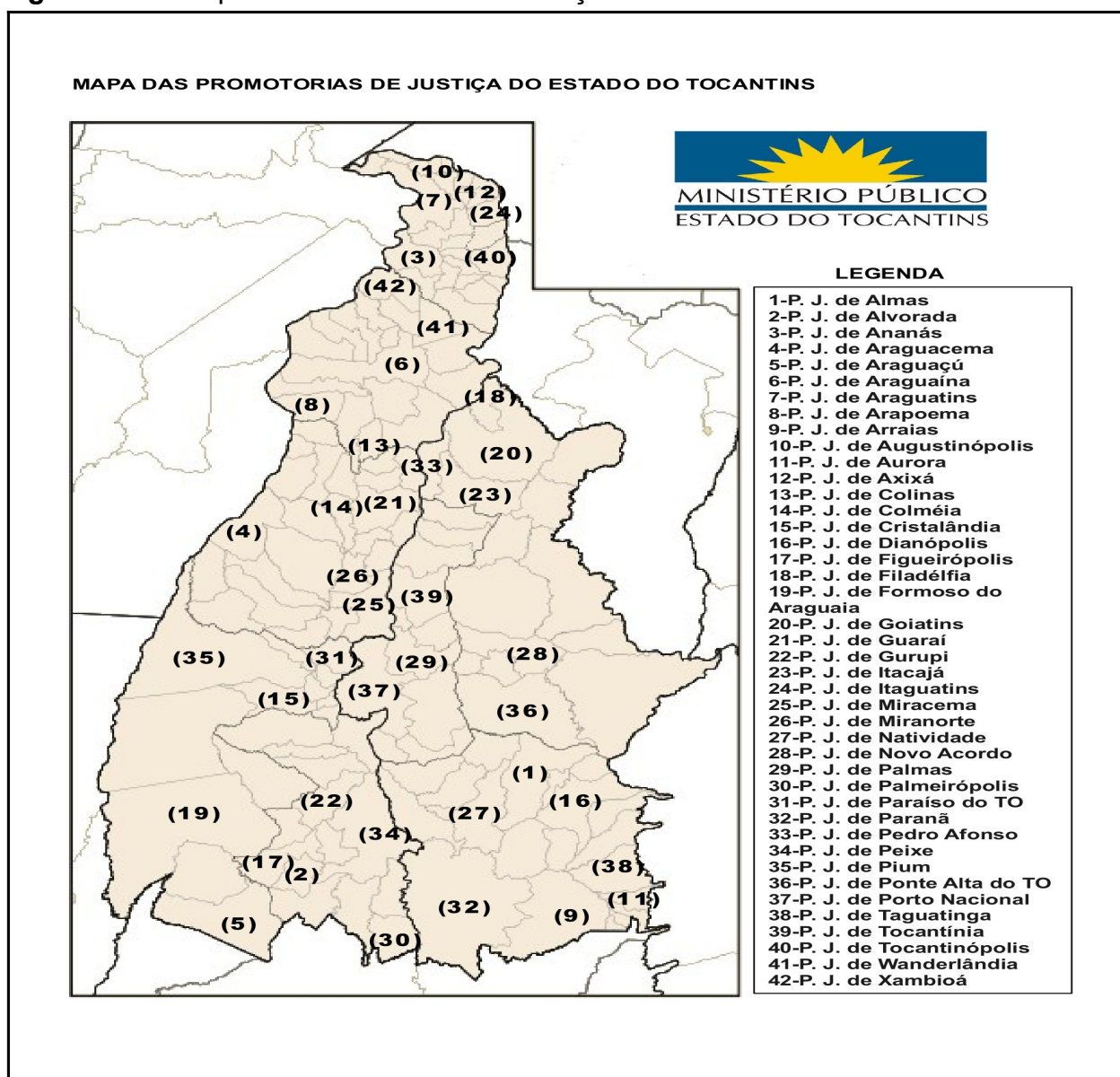
LEGENDA

- 1ª Entrância
- 2ª Entrância
- 3ª Entrância
- Procuradorias
- Subordinação Hierárquica
- Vinculação Normativa e Operacional

A Procuradoria Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como, pela prestação dos serviços de apoio aos Membros, funcionam também, no prédio, as Promotorias que atuam na Capital, com exceção da 20ª Promotoria, com atuação na área da Infância e Juventude, que está sediada no Centro Integrado, na Arse 51 e das Promotorias dos Juizados Especiais, que atuam junto aos respectivos juizados.

O mapa a seguir ajuda a ilustrar a distribuição das Promotorias de Justiça no interior do Estado do Tocantins:

Figura 3.4.2 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.



As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Cível e Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

4. PROGRAMA 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis

Quadro 4.1 Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais

4.1 APRESENTAÇÃO

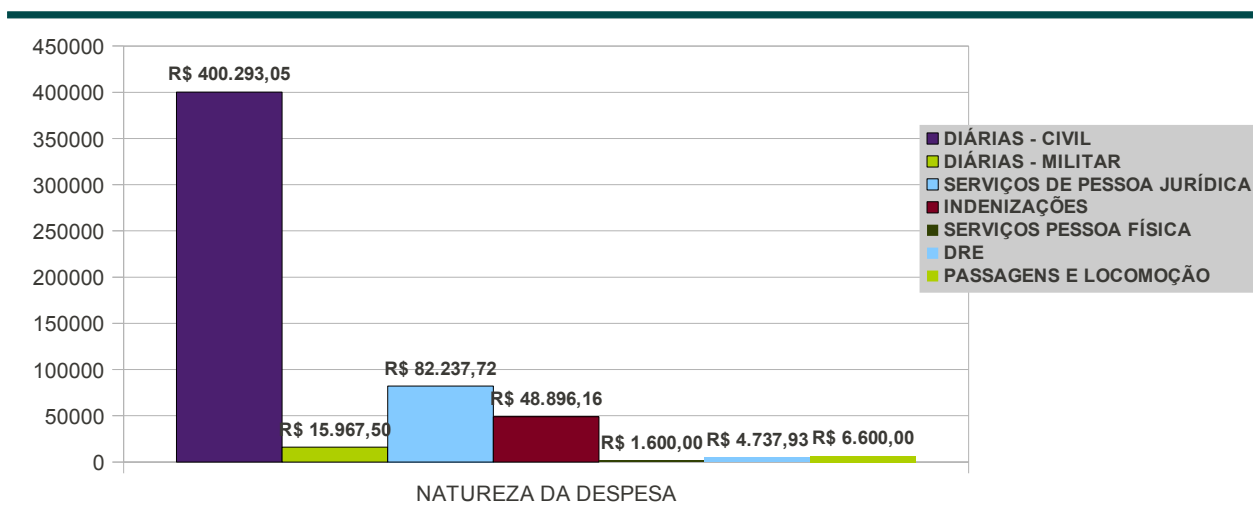
Denominação:	PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	
Objetivo	Promover a celeridade na proteção efetiva da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	
Público-alvo	Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 965.775,00	Autorizada: R\$ 920.274,00

4.2 INDICADORES

Indicador	Unidade de Medida	Resultado 2010	Resultado 2011
Ações dos Membros do Ministério Público	Unidade	76.768	119.592
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Percentual	-	-
Estudos e atividades de Apoio Operacional	Unidade	7.083	10.158
Correções realizadas	Unidade	28	28
Ações de Combate ao Crime Organizado	Unidade	644	297
Eventos Educativos de Combate à Criminalidade	Unidade	26	192
Horas de Capacitação por Integrante (Média)	Horas/Integrante	9,71	15,59

4.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 4.3.1 Distribuição dos gastos



As ações finalísticas do Ministério Público sofreram um grande impacto no ano de 2011, experimentando um salto de 42.520 processos a mais que em 2010.

Esse número representa um recorde na atuação finalística do órgão, com destaque para algumas áreas, conforme demonstrado abaixo:

Processos de 1ª instância

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Ações para o cumprimento das medidas socioeducativas	845	4.189
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	306	782
Ações de combate à criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	45.467	62.840

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	85	235
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	964	1.814
Ações de combate ao crime organizado	644	297
Ações de combate à violência doméstica	2.208	5.495
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	19	51
Ações de fiscalização da execução da política pública da Saúde	67	101
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	286	2.009
Ações de execução (eleitoral)	-	2.349
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	1.444	4.157

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	26	192
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	20	823

Processos de 2ª instância

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Ações dos Procuradores de Justiça	-	8.958

Processos do Conselho Superior do Ministério Público

Área de Atuação	Ações realizadas em 2010	Ações realizadas em 2011
Processos do Conselho Superior do Ministério Público	-	304

Ao se analisar o volume de processos, percebemos que pela primeira vez os processos finalísticos da 2ª instância puderam ser mensurados em separado, assim como os Processos do Conselho Superior do Ministério Público, o que mostra o avanço na coleta de indicadores cada vez mais confiáveis para mostrar à sociedade a capacidade de atuação do órgão.

Os números apresentados também mostram a grande demanda que estava reprimida pelo baixo orçamento disponibilizado ao Ministério Público, mostrando que,

quando recebe volume de recursos condizentes com sua grandeza, o Ministério Público torna-se destaque na atuação em defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Apresentamos, a seguir, os quadros que demonstram a execução do programa de forma detalhada:

Tabela 4.3.2 Metas Físicas/Financeiras por Ação

Programa de Apoio Administrativo				
Descrição da Ação	Tipo	Dotação Atual (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Manutenção da Sala de Inteligência	Físico	1	1	100
	Financeiro	74.999,00	71.638,35	95,52
Defesa do interesse público no processo judiciário	Físico	112.410	119.288	106,12
	Financeiro	339.500,00	289.096,76	85,15
Realização das ações de combate às organizações criminosas	Físico	180	297	165
	Financeiro	38.000,00	30.093,60	79,19
Realizações das atividades dos centros de apoio operacional	Físico	2.880	10.158	352,71
	Financeiro	340.775,00	102.685,73	30,13
Capacitação dos Membros e Servidores	Físico	100	131,95	131,95
	Financeiro	99.000,00	86.708,59	87,58
Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público	Físico	1	1	100
	Financeiro	28.000,00	21.231,44	75,83

Fonte: Siafem

Tabela 4.3.3 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	03.091.0046.1127	-	-	-101.001,00
		03.091.0046.2187	-	-	-37.000,00
		03.091.0046.2194	-	-	-121.000,00
		03.091.0046.2195	-	-	-17.000,00
	Sub Total	-	-	-	-276.001,00

	Recebidos	03.091.0046.2028	-	-	199.500,00
	Sub Total	-	-	-	99.50,00
	Total				-76.501,00

Fonte: Siafem

4.4 AÇÕES

4.4.1 Ação 2028: Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

Quadro 4.4.1 Resumo da Ação

Título	2028 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário			
Descrição:	A dinâmica de desenvolvimento desta atividade acontece, basicamente, pelo deslocamento de membros p/ manifestação em procedimentos e processos e realização de audiências, bem como pelo deslocamento de membros e servidores p/ cumprir os programas de atendimento aos distritos judiciais, priorizando as atividades ministeriais que reduzam o tempo neutro, o tempo de eficiência e aumento das probabilidades de solução dos casos ou de êxito processual.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Processo Judiciário Concluído	Unidade	112.410	119.288	106,11%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 140.000,00	R\$ 339.500,00	R\$ 289.096,76	R\$ 272.364,50	85,15%

Denota-se da presente ação sua evolução, tanto em resultado da meta física, como também no resultado financeiro, que, acompanhando a realização das ações, teve sua alocação de recursos redimensionada para atender ao objetivo finalístico da instituição.

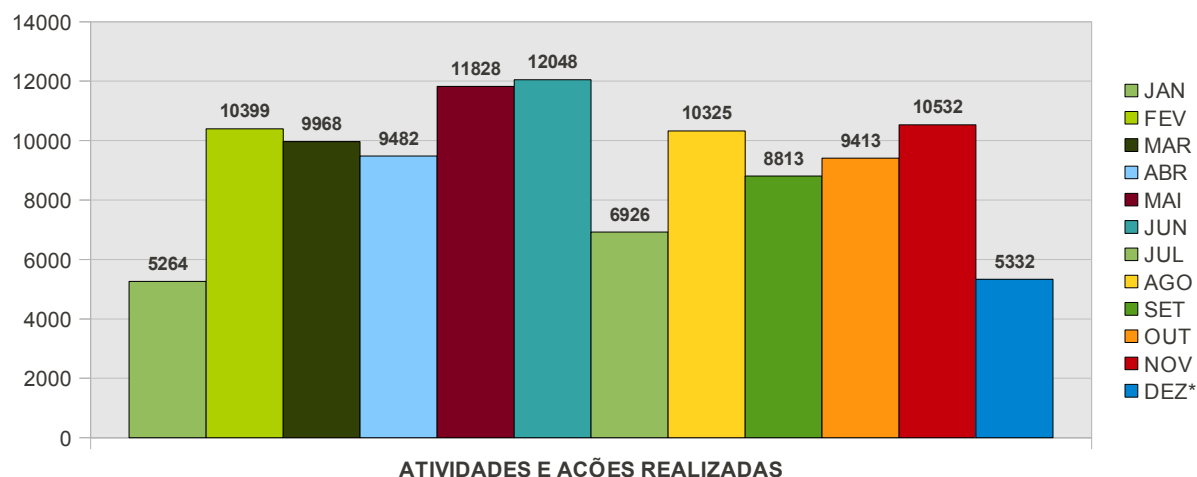
Diante disso, podemos concluir que o resultado da aplicação de recursos

maiores na ação que, é destinada ao custeio das principais atividades finalísticas do Ministério Público, resultaram também em ganho significativo no número de ações realizadas pelos Promotores.

Os números são incontestáveis, e, conforme dito anteriormente, representam um recorde de atuação do MPE e provocaram enorme repercussão na imprensa local, principalmente, pelo empenho nas ações de combate à corrupção e ao crime organizado.

Abaixo apresentamos abaixo um quadro mensal da atuação da 1ª instância, onde se destacam os meses de maio e junho como os de maior volume de processos em os que Membros do Ministério Público se manifestaram:

Figura 4.4 Processos de 1ª instância devolvidos ao Judiciário com manifestação



Fonte: RAF (Relatório de Atividade Funcional)

*Até o fechamento do presente relatório, os dados do mês de dezembro ainda estavam sendo alimentados no sistema RAF.

Tamanho tem sido a importância das ações finalísticas, que, somente na área do Patrimônio Público, podemos destacar números impressionantes, como os abaixo:

- Mais de 140 Ações Cíveis Públicas e Ações Penais foram postuladas;
- 59 Prefeitos respondem a algum tipo de processo;
- 18 Prefeitos estão sendo investigados atualmente;
- 17 Prefeitos foram afastados, 12 só em 2011;
- 8 Prefeitos permanecem afastados;
- 2 Prefeitos estiveram presos.

Portanto, considerando que o Tocantins tem 139 municípios, isto significa dizer que os 81 prefeitos que estão sendo investigados ou respondem ações representam 58%

do total de prefeitos do Estado.

Ainda neste sentido, o que foi apurado em apenas 31 denúncias criminais mostra que ao menos 11 milhões de reais foram desviados dos cofres públicos dos municípios.

Porém, as Promotorias com atribuições na área do Patrimônio Público também realizaram ações de destaque como o cancelamento de títulos de lotes públicos vendidos abaixo do valor de mercado e a celebração de ações contra os responsáveis, a fiscalização da não execução de obras em estradas e a instauração de procedimentos para apuração das responsabilidades, entre outras diversas ações.

Tratando ainda da atuação finalística, o MPE teve destaque em diversas outras áreas.

Neste sentido, o Combate aos Crimes contra o Consumidor, área onde o MPE tem atuado principalmente através das Operações Pró-Consumidor, fiscalizações da venda clandestina de Gás e do abate clandestino de animais (frigoríficos), sob a coordenação do CAOP do Consumidor, está gerando resultados expressivos para a sociedade (vide números da atuação do CAOP do Consumidor nas páginas 44/48).

Os destaques da atuação na área do Meio Ambiente ficam por conta das fiscalizações para o correto tratamento dos resíduos sólidos, das ações para regularização das áreas de preservação permanentes, das ações preventivas contra queimadas, de fiscalização dos serviços públicos de tratamento de água e saneamento, além do acompanhamento da instalação de grandes empreendimentos, visando evitar os danos ambientais.

Já na área da infância e juventude, os destaques ficaram por conta da cobrança pela instalação de Centros de Atendimento Sócio Educativo e pelo correto cumprimento das medidas socioeducativas, das fiscalizações referentes ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e à oferta do transporte escolar.

Também precisam ser destacadas, por também alcançarem um número recorde de ações realizadas, as áreas de combate a violência doméstica, fiscalização da aplicação dos recursos públicos da saúde, fiscalização do cumprimento da política do idoso e das políticas de direitos humanos, bem como, das ações de combate à

criminalidade e da fiscalização do cumprimento das penas.

4.4.2 Ação 1127: Manutenção da Sala de Inteligência

Quadro 4.4.2 Resumo da Ação

Título	1127 - Manutenção da Sala de Inteligência			
Descrição:	Deslocamento dos servidores, bem como serviços de manutenção do sistema guardião, o qual gerencia informações secretas da Sala de Inteligência em prol dos trabalhos desenvolvidos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sala Mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 176.000,00	R\$ 74.999,00	71.638,35	R\$ 62.569,69	95,52%

As principais despesas desta ação foram relacionadas a manutenção das atividades e operações realizadas pela equipe da Diretoria de Inteligência, bem como custear a manutenção do Sistema Guardião (interceptação telefônica).

Dentre as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Inteligência, destacaram-se as seguintes:

- ◆ Intermediar e organizar a atuação cooperada entre os membros e o GAECO, visando à obtenção de resultados com maior abrangência no Estado;
- ◆ Intermediar perante outros órgãos da administração pública a viabilização de Força-Tarefa ou a obtenção de informações;
- ◆ Fazer articulação com o setor de informações e inteligência do Ministério Público e de outras instituições públicas ou privadas;

- ◆ Intermediar com outros órgãos de investigação da Polícia Civil para articulação de atuação conjunta do GAECO com as Promotorias de Justiça com atribuições criminais;
- ◆ Fazer articulação com a Assessoria Segurança Institucional para a adoção de medidas preventivas contra as atividades das organizações criminosas investigadas pelo GAECO;
- ◆ Implantar o sistema de "SIMBA", que realiza análise fiscal e bancária, por meio de convênio com o Ministério Público Federal;
- ◆ Articular e monitorar as iniciativas nas diversas regiões do Estado, visando ao cumprimento da missão institucional estabelecida pela Procuradoria-Geral de Justiça;
- ◆ Formalizar convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, no intuito de implantar um núcleo de combate a sonegação fiscal;

Quadro 4.4.2.1 resumo das atividades realizadas

Diretoria de Inteligência	
Tipo de Atividade	Quantidade
Relatório do CNMP	11
Memorandos	21
Ofícios	15
Operações do Sistema Guardião	87
Relatórios de Inteligência	14
Ordem de Missão	3
Relatórios de Operações	8
TOTAL	159

4.4.3 Ação 2195: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público

Quadro 4.4.3 Resumo da Ação

Título	2195 - Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público			
Descrição:	Contratação de serviços de consultoria e serviços técnicos especializados, além do custeio dos deslocamentos do Corregedor Geral, Promotor Corregedor e Servidores da Corregedoria para realização de suas atividades .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria Mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 45.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 21.231,44	R\$ 21.231,44	75,83%

As atividades desempenhadas pela Corregedoria Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério do Público.

Este trabalho tem por objetivo verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

Quanto ao critério para a escolha das correições ordinárias realizadas nas Promotorias, foram priorizadas as correições em Promotorias por tempo de realização da última correição.

O resultado das correições e o saldo de processos em andamento resultaram na realização das seguintes atividades:

Tabela 4.4.3.1 Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público no ano de 2011

Descrição das atividades	Quantidade
Correições	17
Avaliações de Estágio de Membros	15
Processos administrativos instaurados	1
Processos administrativos arquivados	39
Total de atividades	72

Cabe também ressaltar as Comarcas que foram correicionadas no ano de 2011:

Tabela 4.4.3.2 Promotorias/Procuradorias Correicionadas em 2011

Item	Comarca	Data
1	Araguaçu	21/02/2011
2	Alvorada	22/02/2011
3	Almas	15/06/2011
4	Araguaína	19 a 21/09/2011
5	Cristalândia	24/02/2011
6	Dianópolis	16/06/2011
7	Filadélfia	22/09/2011
8	Figueirópolis	23/02/2011
9	Goiatins	23/09/2011
10	Gurupi	28, 29 e 30/03/2011
11	Miracema do Tocantins	11 e 12/04/2011
12	Miranorte	13/04/2011
13	Peixe	31/03/2011
14	Palmas	03 a 18/05/2011
15	Pium	25/02/2011
16	Tocantínia	14/04/2011
17	1ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
18	2ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
19	3ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
20	4ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
21	5ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011

22	6ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
23	7ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
24	8ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
25	9ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
26	10ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
27	11ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011
28	12ª Procuradoria de Justiça	01 a 07/12/2011

Vale ressaltar que, pela primeira vez desde a implantação do Ministério Público do Estado do Tocantins, foram realizadas as correições ordinárias das 12 Procuradorias de Justiça, fato que ressalta o compromisso de ter serviços de qualidade em todos os níveis, fiscalizando e mantendo parâmetros de divulgação da atuação.

4.4.4 Ação 2189: Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional – CAOP's.

Quadro 4.4.4 Resumo da Ação

Título	2189 - Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional - CAOPS			
Descrição:	Contratar serviços técnicos auxiliares e especializados e custear os deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional no desempenho de suas atribuições.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Atividades de Suporte Realizadas	Unidade	2880	10158	352%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)=E
R\$ 340.775,00	R\$ 340.775,00	R\$ 102.685,73	R\$ 102.685,73	30,13%

O ano de 2011 também foi muito importante para a consolidação das atividades dos CAOPS, os quais passaram a ter papel destacado no apoio aos membros, tornando-se fundamental para a execução finalística do Ministério Público.

Diante da importância que o tema requer, passamos a relacionar, por CAOP, as atividades realizadas em 2011, dando destaque para algumas delas. Apontando aqueles que se destacaram.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Buscando colocar em prática as diretrizes contidas no planejamento estratégico 2010 – 2018, o COAMA, realizou diversas ações na área ambiental, conforme, tabela elencada abaixo:

Tabela 4.4.4.1 Atividades realizadas em 2011 - CAOMA

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CAOMA

Tipo de Atividade	Quantidade		
	2010	2011	Variação
Vistorias	132	123	-9
Relatórios	90	179	89
Pareceres	11	15	4
Mapas e Croquis	135	262	127
Processos de Acompanhamento	144	98	-46
Total	512	677	165

Em 2011, foi realizado o Termo de Cooperação Técnica para o Projeto Intersetorial de Educação Ambiental, celebrado com o Instituto Natureza do Tocantins, as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretarias de Educação e Saúde, a Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental, a Companhia de Saneamento do Tocantins e o Corpo de Bombeiros/Defesa Civil. Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental.

Destaca-se, também, a celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Faculdade Católica do Tocantins, para utilização dos laboratórios de Geoprocessamento, análise de águas e solos e disponibilização às Promotorias de meio ambiente de acesso ao Banco de Dados da Estação Meteorológica instalada no Campus II da Faculdade

Católica do Tocantins – FACTO em Palmas.

Ainda, foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnico-científica com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, com vistas a regulamentar o intercâmbio de informações técnico-científicas entre as partes, ou seja, capacitação nas áreas de sensoriamento remoto e geotecnologias para o levantamento da degradação ambiental ocorrida no Estado do Tocantins.

Além disso, foi renovado o Termo de Cooperação com a FAPTO/UFT, que tem como objetivo a utilização dos serviços do laboratório de análise de água e acesso ao sistema informatizado de banco de dados do laboratório, com vistas a subsidiar os procedimentos administrativos e judiciais a cargo dos órgãos de execução do Ministério Público nas suas ações de defesa do meio ambiente.

No decorrer de 2012, será celebrado o Termo de Cooperação Técnica entre o MPE, o município de Palmas, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins, o Instituto Natureza do Tocantins, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins, a Empresa de Saneamento do Tocantins e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil- TNC, que tem por objetivo a regularização socioambiental das propriedades rurais do município de Palmas, compatibilizando a conservação ambiental e o desenvolvimento agropecuário da região.

Outro importante avanço, foi a promoção de um trabalho de educação ambiental nos municípios de Araguañã, Araguatins, Caseara, Filadélfia, Mateiros, Miranorte, Pedro Afonso, Peixe, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins.

O Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental é realizado há mais de 2 anos, e trabalha de forma continuada a sustentabilidade ambiental, mediante, dentre outras ferramentas, a orientação visando à construção dos planos municipais de educação ambiental.

Tabela 4.4.4.2 Outras atividades realizadas em 2011 - CAOMA

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CAOMA			
Participações em eventos	Quantidade		
	2010	2011	Variação
Audiências Públicas	4	2	-2
Reuniões	110	79	-31
Cursos	2	5	3
Oficinas	2	2	0
Seminários, Fóruns, Conferências, Encontros	14	13	-1
Total	132	101	-31

Tabela 4.4.4.3 - Atos administrativos realizados 2011 - CAOMA

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CAOMA			
Atos Administrativos	Quantidade		
	2010	2011	Variação
Ofícios Expedidos	158	220	62
Ofícios Recebidos	181	159	-22
Circular/Expedidos	23	11	-12
Circular/Recebidos	37	40	3
Memorandos Expedidos	130	122	-8
Memorandos Recebidos	22	28	6
E-mail Expedidos	225	271	46
E-mail Recebidos	428	587	159
Diversos, convite, ata, comunicados, portarias, etc. Expedidos	5	0	-5
Diversos, convite, ata, comunicados, portarias, etc. Recebidos	8	1	-7
Total	1217	1439	222

“FORÇA-TAREFA PRÓ-CONSUMIDOR”

A principal atividade desenvolvida pelo CAOP do Consumidor é a de articular, organizar e coordenar da Força-tarefa Pró-Consumidor.

Trata-se de uma equipe formada por servidores de diversas instituições com trabalhos afins ao Direito do Consumidor. Este grupo se desloca até a cidade onde atua o Promotor de Justiça que solicita previamente a ida da equipe e promove a fiscalização dos estabelecimentos comerciais.

O foco de atuação da Força-tarefa é determinado pelo Promotor, desde o escritório que solicita a ação ao CAOP do Consumidor, podendo ser em supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite in natura, entre outros.

Dependendo do foco da ação, é solicitada a ajuda de diferentes parceiros, tais como o PROCON, Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária Municipal, Delegacia do Consumidor, Bombeiros, Polícia Militar e etc, os quais atuam em conjunto.

Durante o ano de 2011, até o momento, foram deflagradas cinco operações da Força-tarefa Pró-Consumidor nas seguintes cidades: Peixe, Colmeia, Natividade, Porto Nacional e Palmas.

Todas essas operações tiveram como resultado, nas várias cidades onde ocorreram, a apreensão de toneladas de produtos impróprios para consumo e diversos termos e autuações foram lavrados, pelos Bombeiros, Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal.

Como resultados das ações do CAOP do Consumidor no ano de 2011, podemos destacar os seguintes:

Tabela 4.4.4.4 - Estabelecimentos visitados pelo CAOPDC.

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor - CAOPDC	
Tipo de Estabelecimento visitado	Quantidade
Supermercados	60

Restaurantes, Lanchonetes e panificadoras	30
Açougues	45
Postos de Combustíveis	14
Revendedores de GLP	147
Outros	8
Total	304

Tabela 4.4.4.5 - Produtos apreendidos pelo CAOPDC.

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor - CAOPDC

Apreensões realizados	Quantidade (kg)
Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual	3.691
Produtos apreendidos pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais	2.809
Quantidade de produtos cárneos apreendidos	2.995
Total	9.495

Tabela 4.4.4.6 - Outros autuações realizadas

Tipo de Autuação	Órgão	Quantidade
Relatórios de Visita	PROCON	28
Notificações		21
Termos de Apreensão		57
Notificações	Vigilância Sanitária Municipal	96
Autos de Infração		22
Interdições		11
Termos de Apreensão	Visa Estadual	32
Auto de Infração		2
Notificação	Bombeiros	110
Interdição		2
Notificação		05
Auto de Infração	ANP – Agência Nacional de Petróleo	03
Auto de Apreensão		02
Interdição		03
Total		394

“PROGRAMA GÁS LEGAL”

No decorrer de 2011, o Ministério Público Estadual, juntamente com a Agência Nacional do Petróleo, Corpo de Bombeiros e o Sirtragás, articulou ações visando ao combate à venda clandestina de GLP. Tais ações objetivaram dar efetividade as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Combate à Venda Clandestina de GLP, intitulado de “Programa Gás Legal”.

O programa tem como objetivo legalizar o setor de venda de GLP em todo o país, inclusive no estado do Tocantins.

Para iniciar as ações do programa, com o objetivo de incentivar a legalização e alertar sobre as consequências da permanência na clandestinidade, em 09 de fevereiro do corrente ano foi realizada uma reunião na sede Procuradoria Geral, com a presença de mais de 60 (sessenta) representantes do setor de venda de GLP.

Após a referida reunião, a temática do combate à venda clandestina de GLP foi incluída com mais ênfase na pauta das Operações Pró-consumidor, tendo sido deflagradas 02 (duas) ações, uma em Palmas e outra em Porto Nacional, exclusivamente com este intuito.

Até o momento, foram visitados 134 (cento e trinta e quatro) estabelecimentos e expedidas 110 (cento e dez) notificações pelo Corpo de Bombeiros.

Em 20 de setembro de 2011, foi realizada a “Reunião do Comitê Regional Centro-Oeste para Erradicação do Comércio Clandestino de GLP”, em Palmas, na sede do Ministério Público.

Esta reunião do comitê foi dirigida por representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e contou com presença de 19 (dezenove) Promotores de Justiça e de diversas autoridades atuantes na fiscalização da venda de GLP.

Os Promotores de Justiça foram instados a adotarem medidas em suas comarcas de atuação para que o combate a clandestinidade seja uniforme no estado.

Uma cópia do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pela Promotoria de Justiça do consumidor em Gurupi e outra da recomendação expedida pela Promotoria de

Justiça do Consumidor em Palmas foi encaminhada pelo CAOP do Consumidor a todos os Promotores de Justiça do consumidor do estado para servir modelo de atuação.

Para fortalecer a ação desenvolvida pelo Ministério Público, a Agência Nacional do Petróleo – ANP enviou ao estado do Tocantins, a pedido do CAOP do Consumidor, três agentes de fiscalização para que, entre os dias 28/11 a 1º/12, averiguassem supostos pontos de revenda clandestina de GLP, bem como realizassem fiscalização de rotina naqueles postos revendedores já legalizados.

Os postos de venda de combustíveis também foram alvos da referida ação, a fim de se verificar a qualidade dos combustíveis e a conformidade com a legislação do setor.

“AÇÃO NOS FRIGORÍFICOS E AÇOGUES”

Após a constatação de que os frigoríficos não estavam cumprindo totalmente a legislação sanitária, o Ministério Público Estadual e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária desenvolveram ações conjuntas nos frigoríficos do estado com o propósito de assegurar aos consumidores o fornecimento de carnes com qualidade segura.

Foram firmados Termos de Ajustamentos de Conduta que fixaram prazos para que os frigoríficos se adequem às normas. Ao todo foram 06 (seis) TACs e 05 (cinco) aditivos.

Complementando a ação desenvolvida nos frigoríficos, está sendo desencadeada a ação Pró-consumidor nos estabelecimentos que comercializam carnes na capital. Para esta ação foi chamada a Vigilância Sanitária Municipal e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária - Adapec. Estão sendo vistoriados todos os açougues da capital. Até o momento já foram vistoriados 23 açougues e foram apreendidos 2.313 quilos de carne.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL – CAOCRIM

O Centro de Apoio Operacional Criminal - CAOPCrim, órgão de apoio à atividade funcional dos Promotores de Justiça do Ministério Público do Tocantins, tem previsão legal no artigo 48 da Lei Complementar 51/2008, instituído pelo Ato 021/2008, e está sob a coordenação do Procurador de Justiça, Marco Antonio Alves Bezerra, e execução de trabalho das servidoras Juliana Silva Marinho Guimarães (AME) e Patrícia Grimm Bandeira (AMI), ambas Analistas em Ciências Jurídicas.

Sobre as atividades desenvolvidas, este CAOP Criminal exerce várias vertentes de trabalho, as quais exemplificamos de modo sucinto:

- ◆ Atividades de expediente como memorandos, ofícios, atualização de notícias e jurisprudências, divulgação de Boletins Informativos de outros CAOPs no site e por e-mail, e estudos e pesquisas sobre temas da área criminal.
- ◆ Resposta às consultas solicitadas pelos Promotores de Justiça e respectivos Analistas e Assessores Jurídicos, com o intuito de localizar o endereço, telefone, dados cadastrais (CPF, título de eleitor, nome da mãe e data de nascimento, além de consultas a veículos, condutores e armas) e antecedentes criminais de pessoas (acusados, investigados e/ou testemunhas).

É importante ressaltar que neste ano de 2011, a média de consultas mensais dobrou, passando a ser de 600 consultas em comparação ao ano passado, cuja média era de 300 consultas/mês.

- ◆ Manutenção, cadastramento, recadastramento e reinicialização de senha de Membros e Servidores no Sistema INFOSEG, SERPRO e TRE/TO, além de solicitação de pesquisas à CELTINS, JUCETINS, SICAP, SIOP, INFOPEN e DETRANET.
- ◆ Organização de peças processuais enviadas pelos Membros e

publicadas no site do CAOCrim, bem como atendimento de solicitação de modelos e estudos de caso direcionados.

- ◆ Atendimento pessoal, por email e por telefone, aos Promotores e Procuradores de Justiça e seus respectivos Analistas e Assessores Jurídicos.
- ◆ Encaminhamento de notícias, estudos, jurisprudências, bem como de informativos de outros CAOPS Criminais aos Promotores e Procuradores de Justiça.

Ativação da senha de acesso ao banco de dados do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, do Tribunal de Contas do Estado, por meio do sistema SICAP, bem como foi feito novo contrato com a rede SERPRO, ilimitando a franquia de acesso e possibilitando o cadastro de 10 usuários pelo mesmo preço do contrato, além da manutenção dos convênios e termos de cooperação técnica já assinados nos anos anteriores.

Realização de diversas reuniões entre o Coordenador e agente políticos, Secretários de Governo, Delegados e colegas Promotores e Procuradores de Justiça acerca das demandas na área criminal, cumprimento das metas da Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, precariedade do sistema carcerário e da atuação da Secretaria de Segurança Pública no Estado e falta de atendimento às diligências solicitadas pelos Membros, principalmente do interior.

Participação do Coordenador no Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial; no Congresso Criminal do Ministério Público de São Paulo – Os Desafios da Criminalidade Atual e a Atuação do Ministério Público; nas Reuniões dos Gestores Estaduais da ENASP em Brasília/DF.

Ações específicas e procedimentos administrativos – CAOCRIM:

-
- ◆ **ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – ENASP:** em março foi nomeado como novo Gestor Estadual, o Coordenador do CAOP Criminal, Marco Antônio Alves Bezerra, que como
-

primeiro ato, mandou notificar todas as Promotorias para dar continuidade aos trabalhos de conclusão da Meta 2, denunciando, arquivando ou desclassificando todos os inquéritos referentes a crimes dolosos contra a vida, até 31 de dezembro de 2007.

◆ Inserção no “inqueritômetro” dos dados de produção da meta e ampliação da cobrança por telefone às Promotorias quanto ao prazo final de cumprimento, que foi 01 de julho de 2011, prazo que agora em outubro fora prorrogado até 31 de dezembro de 2011. Além das cobranças às Promotorias, promoveu-se também cobrança ao Gestor Estadual no âmbito da Secretaria de Segurança Pública para o concomitante empenho dos Delegados na conclusão das diligências solicitadas e conseqüentemente dos inquéritos. Na primeira data de conclusão da meta, ou seja julho, 24 Promotorias conseguiram cumprir a Meta 2 em tempo hábil e 18 permaneciam com inquéritos em diligências nas Delegacias ou ainda não manifestados em suas Promotorias. Agora em novembro, os números evoluíram para 26 Promotorias que já cumpriram contra 16 que não cumpriram a Meta 2, totalizando 214 denúncias, 471 arquivamentos, 63 desclassificados e 287 inquéritos ainda em diligências.

◆ Participação do coordenador em 3 reuniões em Brasília-DF, e, ao ser elogiado quanto ao avanço no cumprimento da Meta, atribuiu o sucesso ao trabalho em sintonia com a Corregedoria do MPE/TO, que implementou algumas ações para impulsionar o cumprimento da meta, tais como: a suspensão de férias e dos processos de promoção e remoção, medidas que, segundo o Gestor, foram fundamentais para o fluxo de trabalho.

◆ PEDIDO DE DNA: o Coordenador do CAOCrim solicitou, pessoalmente, ao Superintendente da Polícia Técnico-científica, atenção ao pedido de perícia

feito pela Promotoria de Gurupi, visando ao exame de corpo de delito, suposta família da vítima reivindicava identificação do corpo há mais de ano. Solicitação, que foi atendida em tempo.

➤ PROJETO ANTI-DROGAS: foi compartilhado com o CAOCrim experiência realizada na cidade de Lençóis Paulistas/SP.

➤ PA N. 001/2011/CAOCRIM: Interessado – 1ª Promotoria Criminal de Palmas; Assunto: pesquisa de peças e pareceres para instrução de Mandado de Segurança contra despacho de Juiz que indeferiu pedido de diligência de juntada de certidões criminais.

➤ PA N. 002/2011/CAOCRIM: Interessado – Marco Antônio – Colégio de Procuradores; Assunto: criação do GECEP – Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial, no qual fora feito estudo de viabilidade e troca de experiências com outros Estados que já implementaram o Grupo.

➤ PA N. 003/2011/CAOCRIM: Interessado – SESAU e HGP; Assunto: Obrigatoriedade da unidade hospitalar comunicar autoridade policial quando do atendimento de pacientes suspeitos de serem vítimas de acidente automobilístico, arma branca, arma de fogo e outros crimes. Forma de comunicação de tais ocorrências.

➤ PA N. 004/2011/CAOCRIM: Interessado – Coordenador do CAOCrim; Assunto: ENASP – CNMP – acompanhamento e conclusão das Metas 1 e 2 e inqueritômetro.

➤ PA N. 005/2011/CAOCRIM: Interessado – Benedicto de Oliveira Guedes Neto; Assunto: Relata ameaças de possível organização criminosa envolvendo policiais civis e militares na regional de Araguaína.

➤ PA N. 006/2011/CAOCRIM: Interessado – Angelica Barbosa, 6ª Procuradoria de Justiça; Assunto: Levantamento da localização dos presídios e cadeias públicas e população carcerária no Tocantins;

-
- ◆ PA N. 007/2011/CAOCRIM: Interessado - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Assunto: Denúncia recebida pelo Disque 100, relatando caso de tortura contra reeducando da Casa de Prisão Provisória de Palmas por parte de policiais civis/militares.
-
- ◆ PA N. 008/2011/CAOCRIM: Interessado - Ouvidoria; Assunto: Denúncia de Bernardino Cosobeck da Costa, OAB/TO n. 4138, sobre revitimização em crimes sexuais.
-
- ◆ PA N. 009/2011/CAOCRIM: Interessado - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Assunto: Ações para investigação e combate à atuação de milícias e grupos de extermínio.
-
- ◆ PA N. 010/2011/CAOCRIM: Interessado - Coordenador do CAOCrim; Assunto: viabilidade de criação das Centrais de Inquérito.
-
- ◆ PA N. 010/2011/CAOCRIM: Interessado – Assessoria de Comunicação; Assunto: Levantamento das demandas de autoria dos Promotores de Justiça, solicitando melhorias e outras providências no sistema prisional do TO.
-
- ◆ PA N. 011/2011/CAOCRIM: Interessado – Coordenador do CAOCrim; Assunto: Levantamento do sistema de segurança e estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins.
-
- ◆ PA N. 012/2011/CAOCRIM: Interessado – Erion Paiva, 5ª Promotoria de Justiça de Palmas; Assunto: MS – indeferimento de todas as diligências do MP (certidão do cartório e folha de antecedentes criminais) quando do oferecimento da denúncia, sob argumento de que o órgão ministerial tem o poder requisitório, devendo, assim, proceder, desonerando a escrivania de tal incumbência.
-
- ◆ CPJ N. 013/2008: Interessado - Francisco Chaves Generoso, 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína; Assunto: Projeto de regionalização da
-

atuação das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da região norte do Tocantins.

◆ PA N. 013/2011/CAOCRIM: Interessado – Poliana Julião, Promotoria de Gurupi; Assunto: averiguação da denúncia de extinção do Núcleo de acompanhamento de execução penal de Gurupi.

◆ PA N. 014/2011/CAOCRIM: Interessado - André Ramos Varanda, Promotoria de Porto Nacional; Assunto: Acompanhamento e apoio no procedimento apuratório instaurado pelo solicitante, visando colher informações a respeito da suposta prática de agressões por policiais (civis/militares) contra pessoa do nacional – Venceslal Pereira da Silva.

◆ PA N. 015/2011/CAOCRIM: Interessado - Coordenador do CAOCrim; Assunto: Apuração das escalas de plantão das Delegacias de Polícia da capital e interior, dos agentes e escrivães, como também dos peritos criminais/IML – preparatório do mapeamento estrutural da segurança pública no Tocantins.

◆ PA N. 016/2011/CAOCRIM: Interessado – Coordenador do CAOCrim; Assunto: Procedimento preparatório para apurar a necessidade e viabilidade de implementação de um hospital de custódia e tratamento no Tocantins.

◆ PA N. 017/2011/CAOCRIM: Interessado – Coordenador do CAOCrim e parceiros; Assunto: Criação do canal permanente de colaboração entre os órgãos públicos que desempenham atividades ligadas ao repasse, controle e fiscalização dos recursos públicos do Tocantins – FOCCO-TO – Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção. Nesta frente de atividade já foram realizadas duas reuniões no Ministério Público e acontecerá no próximo dia 09 de dezembro, o Painel - “Transparência: Instrumento eficaz no combate

à corrupção”, no auditório do TCE.

- ◆ PROCESSO N. 2010/19719: Interessado – Procurador-Geral de Justiça e Luciano Losekam/CNJ; Assunto: Petição avulsa solicitando providências sobre o sistema prisional do Tocantins: trata-se de grande quantidade de expedientes relatando a precariedade do sistema carcerário no Estado. Pede providências em conjunto com a Corregedoria do Tribunal de Justiça.
-

Tabela 4.4.4.6 - Atividades realizadas – CAOCRIM

Tipo de atividade	Quantidade
Ofícios	65
Memorandos e outros	127
Reuniões	10
Consultas de endereços, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	6036
Consultas jurídicas	50
Atendimento à população por meio de projeto social	Painel do FOCCO-TO p/ 200 pessoas no auditório do TCE
Realização de oficinas e seminários	1
Participação em eventos jurídicos	3
TOTAL	6492

Foram colocadas ainda, como prioridades para o ano de 2012, no âmbito do Centro de Apoio Operacional Criminal, as seguintes metas:

- Continuar os trabalhos e projetos iniciados em 2011;
- Melhorar o acesso ao banco de dados para aprimorar as pesquisas de dados, de pessoas jurídicas e antecedentes criminais, bem como otimizar as consultas jurídicas.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DIREITOS HUMANOS – CAOP DH

Atividades rotineiras no sentido de organizar e manter atualizado banco de dados e informações, fazendo nele inserir os diplomas legais básicos, as inovações legislativas, acervo de doutrina, jurisprudência e peças processuais, assim como estatísticas, levantamentos, estudos e indicadores relacionados à atuação do CAOP-DH.

Além do auxílio prestado aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou preparação e proposição de medidas processuais, o CAOP-DH, no decorrer do ano, recebeu várias representações e expedientes.

Também foram demandadas o atendimento e orientação às entidades com atuação na respectiva área. Nesse sentido, relevante apontar a direta intermediação desse CAOP junto à Administração Estadual, para organizar e pôr em pleno funcionamento o Conselho Estadual do Idoso.

Vários procedimentos administrativos foram instaurados no sentido de acompanhamento de relatos de tortura e/ou abuso de autoridade, supostamente praticados por policiais militares, no interior do Estado. Para averiguar a situação, encaminharam-se ofícios ao Comandante Geral da Polícia Militar, ao Corregedor Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Segurança Pública requisitando informações e providências. No que foi atendido, com a instauração de sindicâncias pelo Órgão Censor da Polícia Militar. Até o momento, as decisões ali proferidas foram remetidas às respectivas Comarcas dos Órgãos de Execução, com atribuição para análise e tomadas de providências cabíveis.

A fim de atender e auxiliar o órgão de execução na apuração de denúncia de maus tratos e possível prática de abandono de idosos por seus familiares, foram inaugurados outros procedimentos administrativos solucionados com a elaboração do respectivo relatório psicossocial e posterior remessa à Promotoria de Justiça solicitante.

Encaminhado a este CAOP representação noticiando o não atendimento, nas redes pública e privada de ensino, dos direitos assegurados às pessoas com deficiência auditiva e da fala através das Leis de nºs 10.436/2002, 10.098/2000 e Decreto Federal nº

5.626/2005, que garantem a presença de intérpretes de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, para atendimento deste público, o que levou à instauração de um procedimento administrativo e várias interpelações perante a Administração Estadual e Municipal, restando detectado, por ora, a precariedade dos serviços, vez que, apesar da significativa demanda, não existe, até o momento, a integral prestação do atendimento preconizado na lei. As buscas de informações e interpelações continuam visando, no futuro, se for o caso, encaminhá-las ao Órgão de Execução competente para propor a medida judicial que entender pertinente.

A partir do mês de setembro/2011 a nova coordenação deste Centro de Apoio promoveu gestão junto a diversos Órgãos de Estado no intuito de providenciar a viabilização do apoio operacional aos Órgãos de Execução da Instituição, conforme solicitações trazidas a lume pelos Promotores de Justiça.

Outrossim, estabeleceu-se contato com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do qual resulta tratativa no intuito de reativação do Núcleo SICORDE e de obtenção de recursos para a implementação da estrutura do CAOP-DH.

Realizaram-se, por fim, atendimentos a consultas via telefone, e-mail ou expediente, referentes as atividades deste centro de apoio, principalmente no que tange a idosos, promoção da acessibilidade e pessoas com deficiência.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

No decorrer de 2011, No que se refere à área de infância e juventude destacamos as ações abaixo:

- ◆ Vistoria na Casa de Acolhimento Institucional de Guaraí.
- ◆ Vistoria Técnica Educacional em todas as Escolas dos municípios e zona rural de Araguañã, Carmolândia, Dois Irmãos, Rio dos Bois, Miranorte, Nova Olinda, Augustinópolis, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, São Bento, Pedro Afonso, Santa Maria e Tupirama, conforme solicitado pelos Promotores

de Justiça .

- ◆ Relatórios Técnicos de Inspeção Educacional nas Escolas dos municípios de Araguaia, Carmolândia, Dois Irmãos, Rio dos Bois, Miranorte, Nova Olinda, Augustinópolis, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, São Bento, Pedro Afonso, Santa Maria e Tupirama .
- ◆ Relatório Técnico de inspeção nas Unidades de cumprimento de medidas socioeducacionais de internação e semiliberdade de Palmas.
- ◆ Relatório Técnico de vistoria na Casa de Acolhimento de Guaraí.
- ◆ Fiscalização no Processo de Escolha Eleitoral nos municípios de Pindorama, Santa Fé do Araguaia, Nova Olinda.
- ◆ Palestra Pública realizada conforme solicitação dos Promotores de Justiça nos municípios de Colmeia , Gurupi, Augustinópolis e Guaraí.
- ◆ Audiência Pública em Porto Nacional.
- ◆ Autos de Infração para apreciação sobre denúncias de – Trabalho Infantil em Palmas, Araguaína e colinas.
- ◆ Sistematização e levantamento dos dados do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente – ligue 100, no total de 264 (duzentos e sessenta e quatro) denúncias no período de julho 2010 a junho de 2011, ressaltando que o próximo período não foi finalizado.
- ◆ Acompanhamento e encaminhamento das Denúncias oriundas do Ligue -100.
- ◆ Assessorias aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e Adolescente, Alunos e Pais do Ensino Fundamental e Médio.

- ◆ Participação em eventos na área da Infância, com a distribuição aos membros de todo o material e informações coletadas.
- ◆ Palestras para Conselheiros Tutelares.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

O CAOP Mulher é órgão de auxílio aos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, e atua na prevenção e no combate à violência contra a mulher e na promoção dos direitos.

Dentre as ações em defesa da mulher, no Estado do Tocantins, destacam-se:

- ◆ Ministrar palestras em todo território tocantinense, divulgando, principalmente, a Lei nº 11.340, conhecida por 'Lei Maria da Penha', além de orientar e conscientizar a população em geral acerca dos direitos da mulher;
- ◆ Cartilha de direitos e combate à violência doméstica contra a mulher (em elaboração);
- ◆ Manutenção de página, atualizada, no site do Ministério Público do Estado do Tocantins, contendo notícias, jurisprudências e peças judiciais voltadas aos direitos e ao combate à violência contra mulher;
- ◆ Participação em reuniões de outros órgãos voltados, também, para a questão do combate à violência doméstica: Secretaria da Saúde, Câmara Técnica de Implementação da Rede Estadual de combate à violência doméstica e familiar, entre outras;

- ◆ Coleta e encaminhamento de material para a realização do exame genético de DNA, em questões específicas em que se litiga pelo reconhecimento de paternidade, onde as partes se submetem, voluntariamente ao exame, a custos inferiores aos praticados e suportados pelos interessados; observando que essa disponibilidade é resultado de parcerias com laboratórios de reconhecida idoneidade.

Tabela 4.4.4.7 - Atividades realizadas Atividades realizadas - COAP MULHER

Tipo de atividade	Quantidade
Visita técnica	1
Expediente	11
Atendimento (telefone)	528
Coleta de exame para DNA	27
Total	567

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

A principal atividade desenvolvida pelo CAOP do Patrimônio Público consiste em dar apoio técnico aos membros deste Órgão Ministerial quando militam em feitos buscando a tutela do patrimônio público, tais como nos inquéritos civis ou procedimentos investigatórios que servem de suporte para a propositura das Ações Cíveis Públicas e/ou ações por ato de improbidade administrativa, Recomendações, Audiências Públicas com a finalidade de anular ato lesivo ao Patrimônio Público, bem como responsabilização dos agentes públicos a fim de otimizar a efetividade dos serviços públicos.

Aportam, ainda, neste CAOPP, solicitações de questões controvertidas, mediante ofício, consulta por telefone e e-mail pelos membros do interior e da Capital, a fim de que este Centro operacional contribua com pesquisas, orientações, pareceres, modelos de ações, elaboração de planilhas de cálculos de atualização monetária, procedimentos investigatórios e diligências, sendo certo que todos esses atos são desempenhados de maneira interdisciplinar pelos servidores tanto nos feitos jurídicos como contábeis.

Destacam-se entre as atividades de 2011:

-
- ◆ Relatório Técnico N° 01/2011 - trata-se de propositura de Ação Popular com o intuito de sustar os efeitos do convênio n° AJC 15007-0348/00, celebrado entre a Investco S/A, o Instituto de Natureza do Estado do Tocantins – Naturatins e o Instituto de Terras do Tocantins – Itertins. O presente convênio tem como objetivo a implantação dos projetos de Unidades de Conservação no Estado do Tocantins como medida compensatória por perdas ambientais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, atendendo ao que determina a Resolução do Conama n° 002-96;
-
- ◆ Relatório Técnico n° 02/2011 - trata-se de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público, instaurado para averiguação de supostos atos de improbidade administrativa em decorrência de denúncias sobre a retenção ou apropriação de valores – empréstimos consignados – descontados da Folha de Pagamento dos servidores pela administração Municipal de Goianorte – TO;
-
- ◆ Relatório Técnico n° 03/2011 - trata-se de documentos de prestação de contas realizada pelo Tribunal de Contas referente à Câmara Municipal de Ipueiras, exercício 2008, onde relata irregularidade no gasto de verbas públicas efetuadas pelo então Presidente da Câmara Municipal Jodeon Cláudio da Silva;
-
- ◆ Relatório Técnico n° 04/2011 - trata-se de Protocolo de Informação sob o n° 03/10, instaurado perante a 7ª Promotoria de Porto Nacional – TO, visando apurar regularidade na devolução ao erário, efetuado pelo Prefeito de Monte do Carmo, em virtude de ilegalidade na impressão de calendário e jornal local;
-
- ◆ Relatório Técnico n° 05/2011 - trata-se de documentação encaminhada a este Caop do Patrimônio Público, pela Promotoria de Tocantinópolis, visando apurar suposta irregularidade na suplementação orçamentária efetuada pela Prefeita de Luzinópolis, no exercício de 2011, no valor de R\$ 1.777.692,82 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais, oitenta e dois centavos);
-
- ◆ Relatório Técnico n° 06/2011 - trata-se de propositura de Ação Civil Pública com a finalidade de averiguar atos de improbidade administrativa, em face
-

do ex-prefeito Municipal, de Nova Olinda, Deroci Parente Cardoso, e outros servidores do município;

◆ Relatório Técnico nº 07/2011 - referente a formulação de cálculo de multa diária por descumprimento do TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 002/2009;

◆ Atualização Monetária de Precatório de Natureza Alimentícia;

◆ Criação do Fórum ao combate à corrupção no Estado do Tocantins por iniciativa do Coordenador do CAOPP – Procurador de Justiça Marco Antonio Alves Bezerra;

◆ Apoio à força-tarefa referente a elaboração de planilhas de atualização monetária e levantamento de gastos das obras públicas do Estado do Tocantins referente ao Contrato nº 403/1998;

◆ Solicitação aos Promotores de Justiça de cada comarca: capital e interior, no âmbito do Patrimônio Público, por meio de Ofício Circular, com a finalidade de recomendar aos Gestores Municipais a implantação do Sistema de Inspeção Municipal – SIM e estruturação adequada da Vigilância Sanitária, em todos os 139 municípios do estado do Tocantins, a fim de otimizar a execução dos Programas PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa Aquisição de Alimentos – PAA, vez que estes dependem de comprovação de regularidade sanitária;

◆ Procedimento preparatório nº 03/09 – respostas a quesitos para esclarecimentos de natureza jurídica e de engenharia em andamento no setor de engenharia;

◆ Procedimento Administrativo 001/2011 – referente a dispensa indevida de licitação na reforma e manutenção da rede hospitalar do Estado do Tocantins – remetido ao Procurador Geral de Justiça;

◆ Procedimento Administrativo 002/2011 – referente a análise de possíveis de irregularidades na Terceirização da Saúde no Estado do Tocantins, em andamento;

◆ Procedimento Administrativo 003/2011 – análise de possíveis atos de improbidade Administrativa, bem como do descumprimento de decisão do Supremo do Tribunal Federal e Representação em relação aos atos praticados pelo governador do Estado do Tocantins em relação aos

contratos temporários em âmbito administrativo – remetido ao Procurador Geral de Justiça.

Tabela 4.4.4.8 - Atividades realizadas - CAOPP

Tipo de atividade	Quantidade
Estudos	30
Expediente	80
Atendimento (telefone)	120
Atendimento ao público	10
Total	240

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CIDADANIA

Criado em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar nº 12, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania (Caop da Cidadania) tem como função precípua, subsidiar as Promotorias de Justiça e os colegas Promotores de Justiça, sempre que solicitado, com elementos e auxílio técnico especializado em atividades relativas a questões sanitárias, como prestação de serviços de saúde pública pelos entes estatais; questões de cidadania, a exemplo do acesso do jovem e do adulto ao registro de nascimento e à educação da pessoa na sua maioridade.

Ocupa-se também em promover, sempre quando for matéria de interesse público, o relacionamento com as autoridades constituídas, buscando o cumprimento fiel aos preceitos constitucionais.

O índice elevado de mortes maternas no ano de 2010, levou o MPE, através do CAOP da Cidadania e do CAOP Criminal, a instaurar procedimentos administrativos para apurar as causas dos óbitos,

De acordo com os dados obtidos junto à Secretaria da Saúde, dos 29 óbitos ocorridos, 26 poderiam ter sido evitados.

Diante do exposto, foram solicitados os dados completos dos casos para serem encaminhados às Promotorias de Justiça competentes para as providências e eventuais responsabilizações criminais.

Outras ações do CAOP da cidadania foram articular, através de reuniões realizadas com membros da Secretaria da Saúde e outros órgãos, a divulgação do Plano de Enfrentamento do Álcool e outras drogas.

Também merece destaque e está sendo divulgado no site do CAOP da Cidadania o relatório da Vigilância em Saúde sobre a Avaliação das Ações de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral nos Municípios Prioritários.

4.4.5 Ação 2194: Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público

Quadro 4.4.5 Resumo da Ação

Título	2194 - Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público			
Descrição:	Promoção e/ou apoio à realização de cursos e outras atividades de capacitação para membros e servidores, por meio de parcerias com o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil, visando o aprimoramento técnico necessário ao desenvolvimento das atividades ministeriais.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Servidores capacitados	Porcentagem	70	131,95	188,50%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 220.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 86.708,59	R\$ 86.271,49	87,58%

O ano de 2011 foi importante, não só para consolidar a responsabilidade do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF sobre as ações de aperfeiçoamento funcional para membros e servidores, como também para demonstrar o acerto da Gestão ao transferir a gestão das ações para o referido órgão.

Tanto se mostra verdadeira a afirmação que os números de capacitação funcional no âmbito do Ministério Público nos dois últimos anos sempre alcançaram ou

superaram a meta proposta pelo Planejamento Estratégico do Ministério Público.

Além disso, as ações de capacitação tem se mostrado muito eficientes, conseguindo aprimorar as parcerias com outras instituições para o fornecimento de cursos gratuitos ou com custo bastante reduzido.

Vale destacar, também, os contatos estabelecidos pelo CESAFA com palestrantes de renome, que se disponibilizaram a fazer palestras e oficinas em Palmas, com destaque para o Conselheiro Nacional do Ministério Público e Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, Cláudio Barros Silva, que ministrou palestra sobre o papel do Ministério Público na visão do CNMP, a Promotora de Justiça de Guarulhos (SP) Renata Gonçalves de Oliveira, especialista em Mediação de Conflitos e Conciliação, que ministrou oficina sobre o tema , e o Promotor de Justiça de Goiás Reuder Cavalcante Motta, que ministrou oficina sobre Combate a Corrupção.

O trabalho de buscar parcerias com outras instituições para a realização conjunta de eventos de capacitação também gerou resultados positivos, como nos casos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que cedeu vagas em diversos eventos a servidores do MPE, da Escola Nacional de Administração Pública, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, entre outras de igual importância.

Passando a tratar dos resultados numéricos da presente ação, podemos notar que a execução orçamentária foi abaixo do que havia sido inicialmente previsto, fato este que se deve, em primeiro lugar, ao alcance da meta de 15,9 horas por servidor no ano, mas também à execução acima do previsto em outras ações.

Todavia, o resultado da ação, como dito acima, foi extremamente positivo, uma vez que foram efetuadas 646 inscrições nos cursos disponibilizados pelo CESAFA e pelas instituições parceiras, totalizando 7.904 horas em eventos relacionados ao aperfeiçoamento funcional.

Quanto aos recursos dispendidos nesta ação, foram utilizados para de pagamentos de despesas de membros e servidores em eventos, cursos, seminários, congressos, pagamento de passagens e diárias, taxa de inscrição e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Coube, também, custear 25 bolsas de estudo para servidores deste Ministério Público em cursos de graduação, com benefícios de até

30% do valor do curso realizado.

O quadro abaixo traz a informação de todos os eventos realizados e mostra ainda, a participação dos servidores e membros do Ministério Público:

Quadro 4.4.5.1 – Eventos de capacitação

EVENTO	TEMA	DATA DE INÍCIO	CARGA HORÁRIA	INSCRITOS	CIDADE
CUR	TEORIA GERAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	02/03/2011	06	89	Palmas
SEM	SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICA	14/03/2011	24	6	Palmas
OFI	COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	21/03/2011	08	39	Palmas
OFI	ASPECTOS IMPORTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	25/03/2011	04	3	Palmas
OFI	SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS	25/03/2011	04	2	Palmas
OFI	PLANEJAMENTO NAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS	30/03/2011	08	6	Palmas
OFI	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	31/03/2011	08	1	Palmas
OFI	SISTEMA DE CONTROLE E AUDITORIA PÚBLICA	01/04/2011	04	2	Palmas
SEM	PALESTRA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	06/04/2011	04	1	Palmas
CUR	INFORMÁTICA BÁSICA	12/04/2011	60	2	Palmas
CUR	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO DA PGJ	25/04/2011	16	42	Palmas
CUR	APOSENTARIA E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO	04/05/2011	16	1	Palmas
CUR	RETENÇÃO DE TRIBUTOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	05/05/2011	16	3	Brasília/DF
SEM	LICITAÇÕES, CONTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	16/05/2011	16	4	Palmas
OFI	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO FORMAS DE UM MP PRÓ-ATIVO	16/05/2011	08	40	Palmas
CUR	ENAP – RUMO À APRENDIZAGEM VIRTUAL	24/05/2011	20	89	Palmas
CUR	CURSO DE CONTABILIDADE	04/06/2011	24	7	Palmas

	APLICADA AO SETOR PÚBLICO				
CUR	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	06/06/2011	30	3	Palmas
CUR	EXCEL BÁSICO	13/06/2011	30	1	Palmas
SEM	DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	17/06/2011	12	22	Palmas
CON	VII CONBRASCOM - Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça	20/06/2011	24	2	Niterói/RJ
OFI	AS QUESTÕES DA INFÂNCIA ENFRENTADAS PELO MP	20/06/2011	08	22	Palmas
CUR	CURSO DE BRIGADA DE INCÊNDIO EM GURUPI	15/08/2011	24	9	Gurupi
SEM	IX CICLO DE ESTUDOS JURÍDICOS	19/08/2011	08	89	Palmas
SEM	QUESTÕES ATUAIS PREOCUPANTES	19/08/2011	08	86	Palmas
FEI	FEIRA INTER. DE TEC. SERV. PRODUTOS SEG. PÚBLICA	21/08/2011	24	1	Niterói/RJ
CUR	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVO	25/08/2011	24	2	Palmas
CUR	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVO	25/08/2011	24	1	Palmas
CUR	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20/09/2011	10	21	Palmas
CON	I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO E SAÚDE	28/09/2011	30	1	Fortaleza/CE
CUR	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO	29/09/2011	16	1	Palmas
CUR	VIII CONFERÊNCIA INTER. DE PERÍCIAS EM CRIME CIBERNÉTICOS	05/10/2011	24	1	Florianópolis/SC
SEM	NOVAS PERSPECTIVAS PARA EXECUÇÃO CRIMINAL	19/10/2011	4	22	Palmas
CUR	CURSO DE PORTUGUÊS, COM ÊNFASE NA REFORMA ORTOGRÁFICA	19/10/2011	20	28	Palmas
CUR	CURSO ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E TERMO DE REF. P/ LICITAÇÃO	07/11/2011	24	2	Palmas
CUR	CURSO DE CAPACITAÇÃO EM MUSEOLOGIA	16/11/2011	24	3	Palmas
CUR	CURSO AUDITORIA NA FOLHA DE PAGAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO	17/11/2011	18	3	Palmas
CUR	CURSO SCRUN	18/11/2011	16	8	Palmas

	(GERENCIAMENTO DE PROJETO ÁGIL)				
CUR	III CURSO PRÁTICO DE PAD	21/11/2011	20	2	Brasília/DF
CUR	CONTABILIDADE PÚBLICA	09/12/2011	24	2	Palmas

Legenda para Evento

CON – Congresso
 CUR – Curso
 EVE – Evento
 FEI – Feira
 REU – Reunião
 SEM – Seminário

Outras ações promovidas pelo CESAFA durante o ano de 2011 que merecem ampla divulgação foram:

- concurso de seleção para estagiários;
- publicação de três edições da Revista Jurídica;
- participação efetiva nas Reuniões do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP, inclusive promovendo palestra a respeito do Programa Gespública.

4.4.6 Ação 2187: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas

Quadro 4.4.6 Resumo da Ação

Título	2187 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição:	Custear e proporcionar o deslocamento de servidores e membros do Grupo de atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), durante a apuração de crimes relativos combustíveis, pirataria, ordem tributária, jogos de azar, caça niquéis e bingos, exploração de apostas, bem como fraudes em máquinas emissoras de cupons fiscais, além do crime organizado nos presídios e ao narcotráfico .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ações de Combate ao crime	Unidade	75	0	0,00%

organizado				
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 75.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 30.093,60	R\$ 30.002,23	79,19%

A realização das atividades de Combate ao Crime Organizado também teve o ano de 2011 como um marco, principalmente, em virtude da aprovação, por parte da Assembleia Legislativa, da Lei Complementar Estadual n.º 72, de 01 de junho de 2011, que instituiu, na estrutura do Ministério Público, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO como órgão auxiliar, cuja missão primordial a ser desempenhada é a identificação, prevenção e repressão das atividades de organizações criminosas no Estado do Tocantins.

Conforme disposição legal, o GAECO é constituído internamente por 3 departamentos: Coordenadoria juntamente com o suporte administrativo, Delegacia de Polícia e Departamento de Inteligência.

Atualmente, integram a Coordenadoria do GAECO: 4 (quatro) Promotores de Justiça e 3 (três) Analistas Ministeriais, 01 (um) Assessor Técnico de T.I. – Computação Forense; já para a Delegacia de Polícia, foram disponibilizados: 1 (um) Delegado de Polícia, 1 (um) Escrivão de Polícia e 02 (dois) Agente de Inteligência da Polícia Militar; e, por fim, integram a Diretoria de Inteligência: 01 (um) Diretor de Inteligência e 4 (quatro) Agentes de Inteligência da Polícia Militar.

No que tange ao desenvolvimento de atividades em 2011, coube ao GAECO:

- ◆ Intermediar e organizar a atuação cooperada entre os membros do GAECO, visando à obtenção de resultados com maior abrangência no Estado;
- ◆ Intermediar perante outros órgãos da administração pública a viabilização de Força-Tarefa ou a obtenção de informações;
- ◆ Articular-se com o setor de informações e inteligência do Ministério Público e de outras instituições públicas ou privadas;

◆ Articular-se com outros órgãos de investigação da Polícia Civil visando atuação conjunta do GAECO com as Promotorias de Justiça com atribuições criminais;

◆ Articular com a Assessoria Segurança Institucional para a adoção de medidas preventivas contra as atividades das organizações criminosas investigadas pelo GAECO;

◆ Implantar o sistema de "SIMBA", que realiza análise fiscal e bancária, por meio de convênio com o Ministério Público Federal;

◆ Articular e monitorar as iniciativas nas diversas regiões do Estado, visando ao cumprimento da missão institucional estabelecida pela Procuradoria-Geral de Justiça;

Tabela 4.4.6.1 Quadro resumo Atividades GAECO

Tipo de atividade	Quantidade
Peça de informação	16
Reunião	20
Medida cautelar	7
Ofícios	150
Memorandos	108
Oitiva no GAECO	46
Consultas	6314
Pareceres	7
Nota técnica	39
Relatórios	263
Convênios	1
DELEGACIA DE POLÍCIA	
Inquérito Policial/DEPOL	4
Proc. preliminar investigativo/DEPOL	11
Relatório circunstanciado/DEPOL	2
Termos de interrogatório, declarações e depoimento/DEPOL	250
Boletim de ocorrência/DEPOL	13
IP'S concluídos/DEPOL	17

Contudo, algumas dificuldades foram enfrentadas no decorrer do ano,

principalmente no que se refere ao quadro de pessoal disponibilizado para as ações, sendo necessária a disponibilização de delegado de polícia para auxiliar nas investigações em curso.

Considerando serem inquestionáveis os efeitos físicos e psicológicos advindos da atuação de organizações criminosas, exige-se deste órgão de execução, pronta atuação no intuito de reprimir eficazmente essa modalidade criminosa, especialmente para o estabelecimento de políticas globais de atuação, concentração de dados, tratamento uniforme da matéria e aproveitamento de experiências já empreendidas com resultados positivos.

Desse modo, o próprio GAECO fixou como metas para ano de 2012:

- ◆ Combater a influência política de organizações criminosas e recuperar ativos;
- ◆ Combater ao tráfico de drogas;
- ◆ Combater aos assalto a bancos;
- ◆ Combater à cartelização de combustíveis;
- ◆ Repressão aos crimes cometidos contra a Administração Pública;
- ◆ Formalização de convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, com o fim de possibilitar atuação conjunta no combate aos delitos contra a ordem tributária, econômica e evasão fiscal.

5 PROGRAMA 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público

Quadro 5.1 Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público

5.1 APRESENTAÇÃO			
DENOMINAÇÃO:	MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Objetivo	Promover a modernização e o desenvolvimento organizacional do Ministério Público, visando atender com eficácia, eficiência e efetividade as demandas Institucionais e oriundas da sociedade tocantinense.		
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense		
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 11.162.000,00	Autorizada: R\$ 15.822.455,00	
5.2 INDICADORES			
Indicador	Unidade de Medida	Resultado 2010	Resultado 2011
Veículo adquirido	Unidade	4	12
Promotoria construída	Percentual	P-1= 100% P-2= 80% P-3= 0% P-4= 60%	P-1= 0% P-2= 125% P-3= 111% P-4= 0% P-5= 0% P-6= E/A P-7=E/P
Concurso realizado	Unidade	1	0
Nota do GESPÚBLICA	Pontuação Obtida	109	209
Índice interno de satisfação com o Clima Organizacional	Percentual	59,00%	-

Legenda: Construções de 2010: P-1: Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins; P-2: Promotoria de Justiça de Tocantinópolis; P-3: Promotoria de Justiça de Porto Nacional; e P-4: Promotoria de Justiça de Paranã. Construções de 2011: P-1: Promotoria de Justiça de Arraias; P-2: Promotoria de Justiça de Miranorte; P-3: Promotoria de Justiça de Paranã; e P-4: Promotoria de Justiça de Porto nacional; P-5 Promotoria de Justiça de Taguatinga; P-6: Promotoria de Justiça de Tocantinópolis - E/A: execução de aditivos ao contrato; P-7: Construção do Elevador Privativo da Procuradoria Geral de Justiça - E/A: execução além acima da previsão por determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, em razão da segurança Institucional.

No tocante à Modernização Institucional, o ano de 2011 ficou marcado pela inauguração de 03 sedes de Promotorias de Justiça, obras que foram dotadas de modernas técnicas de construção e aparelhos de última geração para o desempenho das atividades ministeriais.

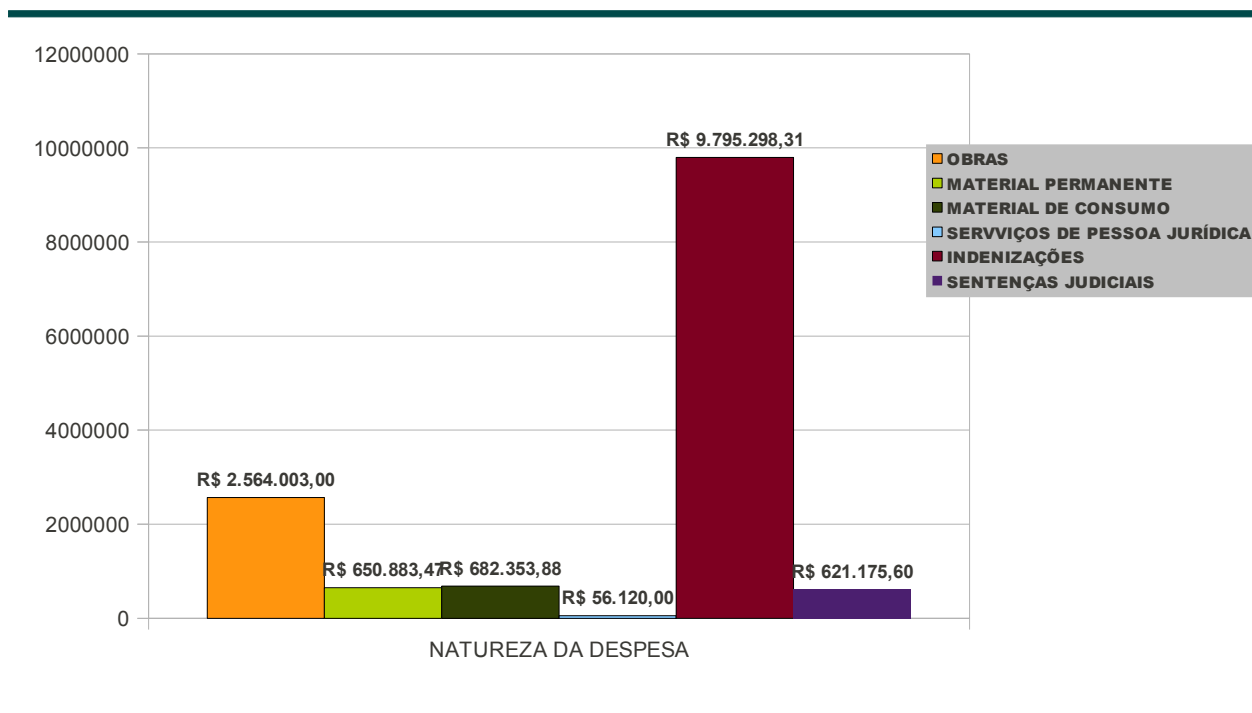
Também representa um importante passo o início da implantação do Sistema E-Proc, de virtualização de processos, que desempenha papel fundamental na modernização das ações do órgão e visa proporcionar resultados mais ágeis para o cidadão, assim como o desenvolvimento de novas ferramentas de informática e a ampliação dos serviços de internet.

A ampliação dos programas de gestão e seu reconhecimento, tanto no Estado do Tocantins, quanto em nível nacional, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, serviu de motivação para que o desempenho das atividades relacionadas ao Gespública e ao Planejamento Estratégico chegassem à maturidade, o que ficou demonstrado pelo altíssimo número de metas alcançadas e/ou superadas pelo Planejamento Estratégico e pela evolução de 100 pontos na nota da Autoavaliação da Gestão.

Também merecem destaque as ações de renovação da frota de veículos do MPE, que superou em muito a expectativa inicial de aquisições, utilizando-se da escolha de produtos mais vantajosos e econômicos para o desempenho das atividades do órgão, postura essa que também irá refletir sobre o consumo de combustível, sobre o custo de manutenção da frota e sobre os impactos ambientais de nossa atuação.

5.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 5.3 Distribuição dos gastos no Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público



Novamente o programa precisou sofrer alterações orçamentárias no decorrer do exercício 2011, sendo a principal razão, o encaminhamento pelo Tribunal de Justiça, ao final do exercício, do Processo de Precatório PRA nº 1608.

Também foram óbices à execução orçamentária a demora na liberação de nova etapa da Operação de Crédito obtida pelo Governo do Estado e disponibilizada a este órgão no início do ano, a qual, inclusive, não chegou a se realizar por completo.

Por fim, apesar do compromisso firmado pela Secretaria de Patrimônio da União de realizar a doação do terreno para a construção da sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional, até o presente momento a doação não se concretizou, impossibilitando a continuação dos trâmites processuais.

A seguir, apresentamos uma tabela com a descrição detalhada da execução e das alterações orçamentárias aprovadas e realizadas:

Tabela 5.3.1 - Metas Físicas/Financeiras por Ação

Programa de Apoio Administrativo				
Descrição da Ação	Tipo	Dotação Atual (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Implantação do modelo de excelência em Gestão Pública	Físico	0,20	0,20	100
	Financeiro	153.953,00	146.746,40	95,32
Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação	Físico	0,20	0,20	100
	Financeiro	291.594,00	253.020,44	86,77
Construção das Promorias do Ministério Público	Físico	-	-	-
	Financeiro	3.439.000,00	2.564.003,00	74,56
Renovação da frota de veículos do Ministério Público	Físico	6	12	200
	Financeiro	372.500,00	372.499,99	100
Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público	Físico	1	1	100
	Financeiro	9.795.705,00	9.795.298,31	100
Concessão de Direitos decorrentes de precatórios judiciais aos servidores da Procuradoria Geral de Justiça	Físico	1	1	100
	Financeiro	827.800,00	821.175,60	99,2
Realização de concurso público para servidores do Ministério Público.	Físico	1	0	0
	Financeiro	150.000,00	0,0	0

Fonte: Siafem

Tabela 5.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	03.091.0047.1020	-	-	-176.047,00
	Concedidos 03.091.0047.1128	-	-	-461.000,00
	03.091.0047.1159	-	-	-17.500,00
Sub Total	-	-	-	-654.547,00
Recebidos	03.091.0047.1114	-	-	50.594,00
	03.091.0047.6012	-	-	3.422.505,00
	03.091.0047.6013	-	-	201.000,00
	03.122.0047.1254	-	-	150.000,00
Sub Total	-	-	-	3.824.099,00

Total	-	-	-	3.169.552,00
--------------	---	---	---	---------------------

Fonte: Siafem

5.4 AÇÕES

5.4.1 Ação 1159: Renovação da frota de veículos do Ministério Público

Quadro 5.4.1 Resumo da Ação

Título	1159 – Renovação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Realização de atos administrativos para aquisição de automóveis e motocicletas para renovação da frota de veículos do Ministério Público .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	6	12	200,00%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 390.000,00	R\$ 372.500,00	R\$ 372.499,99	R\$ 372.499,99	100,00%

Para o exercício de 2011, realizou-se a aquisição de 12 (doze) veículos novos, em substituição aos mais antigos da frota. Com essa política, a instituição priorizou a modernização e redução de despesas operacionais.

Dentre os veículos adquiridos no exercício de 2011, estão 07 (sete) Fiat Siena, os quais substituíram os veículos Renault Clio, e 05 (cinco) Fiat Uno Mille, os quais substituíram os veículos GM Corsa, superando a meta prevista para o exercício de 2011.

Vale destacar, ainda, a aquisição de um veículo marca Renault, modelo Logan, para suporte operacional nas atividades do Núcleo Maria da Penha, Convênio MJ nº 067/10, o qual em razão da necessidade de unificação do programa atividade para formalização do convênio, foi adquirido na Ação de Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional.

Os referidos veículos estão sendo utilizados na sede, bem como nas promotorias

do interior.

5.4.2 Ação 1128: Construção das Promotorias do Ministério Público

Quadro 5.4.2 Resumo da Ação

Título	1128 - Construção das Promotorias do Ministério Público			
Descrição:	Será elaborado o projeto e após aprovação da direção desta unidade, terá início procedimento licitatório na modalidade concorrência pública para contratação da empresa que construirá os prédios das promotorias de justiça.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	Porcentagem	P-1= 70 P-2= 80 P-3= 90 P-4= 40 P-5= 70 P-6= 0 P-7= 0	P-1= 0 P-2= 100% P-3= 100% P-4= 0 P-5= 0 P-6= 9,48% P-7= 28,83%	P-1= 0% P-2= 125% P-3= 111% P-4= 0% P-5= 0% P-6= E/A P-7=E/P
Financeiro				
(Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 3.900.000,00	R\$ 3.439.000,00	R\$ 2.564.003,00	R\$ 1.333.813,24	74,56%

Legenda: P-1: Promotoria de Justiça de Arraias; P-2: Promotoria de Justiça de Miranorte; P-3: Promotoria de Justiça de Paranã; e P-4: Promotoria de Justiça de Porto nacional; P-5 Promotoria de Justiça de Taguatinga; P-6: Promotoria de Justiça de Tocantinópolis - E/A: execução de aditivos ao contrato; P-7: Construção do Elevador Privativo da Procuradoria Geral de Justiça - E/A: execução além acima da previsão por determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, em razão da segurança Institucional.

A construção das sedes das Promotorias de Justiça, maior investimento do Ministério Público no ano de 2011, com participação total de 69,13% de todo o investimento realizado pelo órgão no período.

A execução das obras nas cidades de Taguatinga e Arraias está em fase inicial, em razão de atrasos na liberação dos terrenos e nos trâmites processuais, porém, o valor referente às etapas previstas para execução no período foi inscritos em restos a pagar

não processados, não resultando em prejuízo para a execução do planejamento.

Diante do exposto, apresentamos, a seguir, cada um dos investimentos realizados, detalhando-os para possibilitar a análise da envergadura destas obras e seus custos principais:

Obra 01

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Miranorte		
Processo nº:	2010/0701/000310		
Licitação:	Concorrência nº 003/2010		
Contrato nº:	005/2011		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> • Área do terreno: 1.009,55m² • Área construída: 375,43m² • Área urbanizada*: 634,12m² • Dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo • Sala de reuniões e audiências • Banheiro público com acessibilidade • Garagem privativa para os membros • Plenário • Estacionamento público com vaga especial 		
Inauguração:	13/12/11		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 649.815,21	Valor Aditivado R\$ 101.593,13	
Valor Total da Obra	R\$ 751.408,34		-
Valor Medido	R\$ 751.408,34		100,00%
Valor Pago	R\$ 729.674,95		97,11%
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.001,46		-
Execução no exercício 2011	R\$ 751.408,34		100,00%

Obra 02

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Paraná		
Processo nº:	2010/0701/000212		
Licitação:	Concorrência nº 001/2010		
Contrato nº:	024/2010		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none">• Área do terreno: 2.030,66m²• Área construída: 343,28m²• Área urbanizada*: 1.687,38m²• Dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo• Sala de reuniões e audiências• Banheiro público com acessibilidade• Garagem privativa para os membros;• Estacionamento público com vaga especial• Área urbanizada: praça e estacionamento para o público• Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos		
Inauguração:	26/08/11		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 677.776,44	Valor Aditivado R\$ 138.521,58	
Valor Total da Obra	R\$ 816.298,02		-
Valor Medido	R\$ 816.298,02		100,00%
Valor Pago	R\$ 816.295,33		100,00%
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.377,94		-
Execução no exercício 2011	R\$ 489.270,84		59,94%

Obra 03

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis		
Processo nº:	2010/3700/00255		
Licitação:	Concorrência nº 014/2009		
Contrato nº:	009/2010		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none">• Área do terreno: 1.200m²• Área construída: 487,48m²• Área urbanizada: 712,52m²• Quatro gabinetes de promotoria• Sala de reuniões• Auditório para 90 pessoas• Banheiro público com acessibilidade		

	<ul style="list-style-type: none"> Estacionamento público com vaga especial Área urbanizada: estacionamento para o público e jardins Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos 			
Inauguração:	12/08/11			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 960.150,01	Valor Aditivado	R\$ 115.965,16	
Valor Total da Obra			R\$ 1.076.115,17	-
Valor Medido			R\$ 1.076.115,17	100,00%
Valor Pago			R\$ 1.061.015,01	98,60%
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.207,51	-
Execução no exercício 2011			R\$ 115.965,16	10,78%

Obra 04

Obra:	Construção do Elevador Privativo da Procuradoria Geral de Justiça			
Processo nº:	2010/3700/00221			
Licitação:	Concorrência nº 002/2010			
Contrato nº:	009/2011			
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> Área construída: 21,45m² Capacidade para até 6 passageiros Quatro pavimentos Cinco paradas 			
Inauguração:	2012			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 205.104,93	Valor Aditivado	R\$ 0,00	
Valor Total da Obra			R\$ 205.104,93	-
Valor Medido			R\$ 59.140,09	28,83%
Valor Pago			R\$ 59.140,09	28,83%
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 9.562,00	-
Execução no exercício 2011 (R\$ 145.964,84 inscritos em RP não processados)			R\$ 205.104,93	100,00%

Ainda no sentido de cumprir as metas traçadas no Planejamento Estratégico, foram elaborados os principais procedimentos para dar início ao processo licitatório de construção das Promotorias de Porto Nacional (que ainda depende da formalização da doação de terreno pela Secretaria de Patrimônio da União), Guaraí e Natividade, já garantidas no PPA para início em 2012, além de início dos procedimentos das Promotorias de Peixe e Axixá, para execução conforme a capacidade orçamentária do

exercício 2012.

O expressivo volume de ações deve-se, principalmente, à criação da Área de Projetos e Edificações no ano de 2011, que hoje é responsável por toda a parte de engenharia e arquitetura do MPE-TO e possibilitou, também, a criação da Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.

5.4.3 Ação 6012: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.4.3 Resumo da Ação

Título	6012 - Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público			
Descrição:	Pagamento do realinhamento aos Membros do MPE (Lei 10.477/2002), bem como outros direitos reconhecidos por decisões administrativas.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Créditos administrativos pagos	Porcentagem	40	61,47	153,69%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 6.373.200,00	R\$ 9.795.705,00	R\$ 9.795.298,31	R\$ 9.795.298,31	99,69%

Durante o exercício de 2011, os recursos alocados para a execução da ação se mostraram insuficientes, principalmente em razão de decisões oriundas de órgãos do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público que reconheceram o direito de recalcular os processos administrativos para incluir no cômputo dos direitos dos integrantes deste parquet os valores referentes a quinquênio, anuênio, entre outros benefícios, os quais, segundo as decisões citadas, também deveriam ser considerados para cálculo dos direitos referentes à Parcela Autônoma de Equivalência.

Outro fator que contribuiu para o aumento da execução da ação foi o reconhecimento de direitos administrativos de integrantes do MPE-TO, oriundos, principalmente, de férias não gozadas.

Diante do exposto, necessária se fez, a partir do reconhecimento das despesas e do recálculo das parcelas, considerando a atualização necessária, uma suplementação da ação no valor de R\$ 3.422.505,00.

Tais movimentos permitiram ao órgão, além de não criar novos passivos para gestões futuras, reduzir consideravelmente o passivo da instituição, o qual, em razão de advir de períodos anteriores, estava gerando atualizações monetárias acima do crescimento natural do órgão e, assim, inviabilizando seu pagamento no futuro.

5.4.4 Ação 6013: Concessão de direitos decorrentes de Precatórios Judiciais aos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça

Quadro 5.4.4 Resumo da Ação

Título	6013 - Concessão de direitos decorrentes de Precatórios Judiciais aos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça			
Descrição:	Pagamento de precatório mediante decisão judicial.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Precatório pago	Unidade	1	1	100,00%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 626.800,00	R\$ 827.800,00	R\$ 821.175,60	R\$ 821.175,60	99,19%

O desempenho da ação ao longo do exercício de 2011 sofreu alterações em razão do recálculo realizado pelo Tribunal de Justiça com relação ao Processo de Precatório PRA nº 1608, o qual foi integralmente pago.

O Ministério Público do Estado do Tocantins, após o pagamento do Precatório PRA nº 1608, aguarda apenas a declaração de baixa por parte do Tribunal de Justiça para

que seja excluído do rol de órgãos que possuem precatórios judiciais em aberto.

5.4.5 Ação 1020: Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública

Quadro 5.4.4 Resumo da Ação

Título	1020: Implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública			
Descrição:	Contratar serviços de consultoria, serviços técnicos especializados e custear os deslocamentos dos responsáveis no processo de implantação do planejamento estratégico do Ministério Público e do GESPÚBLICA .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Modelo Implantado	Percentual	20	20	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 330.000,00	R\$ 153.953,00	R\$ 146.746,40	R\$ 9.136,40	95,32%

A manutenção do GESPÚBLICA como principal programa de melhoria da gestão, a realização do acompanhamento do Planejamento Estratégico e a execução de ações estratégicas é o que caracteriza os gastos da ação em tela.

Os resultados do trabalho podem ser vistos no alcance de metas estratégicas, na execução prioritária de oportunidades de melhoria da gestão, conforme acompanhamento nos seguintes itens: o Planejamento Estratégico (item 7) e o GESPÚBLICA (item 8).

No tocante à aplicação dos recursos, foram executadas as seguintes ações:

- ◆ Impressão de relatórios, revistas e informativos;
- ◆ Implementação do Circuito Fechado de Televisão na sede da Procuradoria Geral de Justiça, com a aquisição de equipamentos, serviços e materiais;

- ◆ Implementação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação para planejar, priorizar e acompanhar a execução das ações do Ministério Público na área;
- ◆ Participação no II Congresso Nacional de Gestão do Ministério Público;
- ◆ Participação na Criação do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público.

O Ministério Público fez questão de reafirmar seu compromisso com a busca pela excelência na Gestão Pública, assumindo papel chave na condução deste processo no Estado do Tocantins com a indicação, por parte do Núcleo Estadual do GESPÚBLICA, para que o órgão seja a entidade âncora do programa no Estado, objetivando levar aos órgãos públicos modernos meios de gerir o recurso público com eficiência e eficácia.

5.4.6 Ação 1254: Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público

Quadro 5.4.5 Resumo da Ação

Título	1254: Realização de Concurso Público para servidores do Ministério Público			
Descrição:	Contratação de empresa especializada para realização do concurso público para servidores do Ministério Público.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso realizado	Unidade	1	0	0%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 150.000,00	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	0,0

Apesar da previsão para execução de Concurso Público para provimento de cargos de servidores, nos diversos níveis de formação, foi impossível a realização do mesmo em razão do atraso em mudanças legislativas encaminhadas à Assembleia Legislativa, na execução dos trâmites internos e na aprovação do novo quantitativo de cargos por especialidade.

Tais instrumentos são imprescindíveis para a realização do certame conforme demonstrado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, quando do julgamento de processos de Concursos Públicos.

Ao final de 2011, porém, todos os procedimentos foram finalizados para que, com a devida inclusão no orçamento de 2012 e a formal aprovação do certame pelo Tribunal de Contas, possa o Ministério Público prover as vagas necessárias ao seu bom funcionamento.

5.4.7 Ação 1114: Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação

Quadro 5.4.6 Resumo da Ação

Título	1114: Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação			
Descrição:	Será desenvolvido no âmbito desta ação aquisição dos equipamentos e software, bem como, outras contratações inerentes ao desenvolvimento necessário da mesma, dentro da legalidade e com base na lei 8.666/93 .			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Setor de Tecnologia Estruturado e Desenvolvido	Percentual	40	40	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 241.000,00	R\$ 291.594,00	R\$ 253.020,44	R\$ 123.026,83	86,77%

A Procuradoria Geral de Justiça têm buscado implementar melhorias no ambiente organizacional com o uso estratégico de ferramentas de Tecnologia da Informação (agilização de processos, estrutura, comunicação e desburocratização).

Neste diapasão, o ano de 2011 significou um marco para a atuação do Ministério Público, visto que culminou na implantação do Sistema E-Proc, responsável por informatizar e dar celeridade à atuação ministerial, tornando-se ferramenta fundamental para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Com o intuito de possibilitar a completa implementação do programa e de aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de novos equipamentos de informática, conforme relacionado a seguir:

Tabela 5.4.7 - Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2011.

Item	Descrição	Qtde.
01	Computadores	83
02	Monitor LCD	82
03	Nobreaks	80
05	Estabilizadores	60
06	Impressora a laser	41
07	Impressora multifuncional	10
08	Scanner profissional	08
09	Switch 48 portas 10/100/1000	02
10	Datashow	08
11	Token	40

Além das aquisições elencadas na tabela 5.4.6.1, está em processo de contratação link de alta velocidade dedicado a todas as Promotorias, fato que, permitirá uma conexão com total confiabilidade e gerenciamento de utilização.

Assim, novos investimentos no parque de informática estão sendo planejados, para que sejam adquiridos novos equipamentos, além de softwares capazes, inclusive, de garantir a segurança do sistema.

➤ **Área de desenvolvimento de sistemas**

Dentre as atividades diárias do setor de desenvolvimento de sistemas e banco de dados está a concepção de novos softwares e a manutenção de sistemas que já estão

em utilização pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.

Atualmente, o foco principal da equipe vem sendo o desenvolvimento do Athenas, com a finalidade de montar um poderoso sistema Administrativo englobando diversos setores da administração pública, a taxonomia nacional, virtualização e integração com os sistemas do Judiciário e o Arquimedes.

Para atender a esta finalidade, o Departamento de TI – Tecnologia da Informação tem buscado oportunizar aos servidores da área de desenvolvimento de sistemas na ampliação da capacidade técnico-gerencial.

Neste intuito, foi oportunizado a participação de servidores em dois congressos, no primeiro que ocorreu em São Paulo, I Mostra de Sistemas do Ministério Público Brasileiro, o sistema Athenas foi apresentado pelo Chefe de Gabinete Célio Sousa Rocha e pelo Servidor Rodrigo Pinheiro Matias, que mostraram para uma plateia com cerca de 40 pessoas o sistema que vem sendo desenvolvido pela equipe da Área de Desenvolvimento. Ainda nesta ocasião ocorreu uma reunião para discutir pendências referente ao Sistema Arquimedes.

Em novembro de 2011, foi realizado o 2º Congresso de Gestão e Planejamento Estratégico, onde foram apresentados diversos painéis sobre gestão e planejamento, com foco estratégico. Nesta ocasião foi discutido com servidores de outros Estados como eles realizam tarefas semelhantes às da nossa instituição.

➤ **Projeto Recursos Humanos**

Este módulo de Recursos Humanos do Sistema Athenas sofreu diversas modificações para adequação ao trabalho do departamento de RH, tais modificações foram necessárias para implantação das folhas de pagamento.

Ainda neste período houve um censo destinados aos contribuintes do IGEPREV, fato que mobilizou os servidores da TI para que os mesmo pudessem participar de reuniões neste órgão, com a finalidade de trazer informações sobre o que estava acontecendo e, por vezes defender, os interesses do Ministério Público.

➤ **Movimentação de Pessoal**

Durante este ano foram feitas diversas modernizações e inclusões de novos

movimentos de servidor, com a finalidade de prestar informações para o modulo da folha de pagamento que vem sendo implantado e também facilitar a vida dos usuários do Sistema. Nesta perspectiva, o movimento de remoção de servidor foi modernizado com a finalidade de automatizar o processo de movimentação. Antes deste procedimento eram necessárias diversas interações do usuário até que a movimentação de remoção fosse totalmente concluída.

No mesmo passo, está sendo feita uma modernização com fim o de prestar melhores informações para o módulo de folha de pagamento no movimento de substituição, também percebeu-se que este movimento pode e deve ser dividido em dois, que seriam movimento de substituição de chefia e movimento de substituição de entrância, o qual o primeiro se dá na maioria das vezes com os cargos administrativos e o segundo acontece com os cargos de membros.

Ainda com finalidade de prestar melhores informações para o sistema da folha de pagamento, foi feito um modulo no sistema para atender à alimentação das informações das pensões, sejam elas originadas por morte ou por vínculo alimentício.

Para conseguirmos viabilizar o módulo de férias para que ele, também, gerenciasse as férias dos servidores, foi feito um esforço conjunto com o departamento de Recursos Humanos e Chefia de Gabinete a fim de materializar o Organograma da Instituição, indicando os seus respectivos chefes. Ainda foram feitas modificações no sistema para que fosse viável uma atualização das informações cadastrais dos servidores com a finalidade de saber onde os mesmos estavam trabalhando.

Para execução das tarefas acima citadas, houve um envolvimento de quase toda a equipe (Daniela Trevisan, Gustavo Dettenborn, Leonardo Santos, Rayson Romulo e Rodrigo Pinheiro Matias) da área de desenvolvimento e, por muitas vezes, também do chefe do departamento.

➤ **Férias**

somente a partir do primeiro semestre de 2011 o Sistema de Férias passou a ser utilizado efetivamente, por enquanto apenas dos Membros; até então, os servidores ainda não haviam sido inseridos no contexto, uma vez que o Organograma do Administrativo não estava bem definido, deixando assim uma parte do sistema carente de

informações.

Também neste período houve um envolvimento da equipe de TI no desenvolvimento do organograma da instituição, para que fosse possível ,ainda, neste ano, utilizar o módulo de Férias que vinha sendo utilizado somente para os membros e podendo assim, ser utilizado para a gestão de férias dos servidores. Nesta ocasião foram envolvidos os servidores Daniela Trevisan, Gustavo Dettenborn, Rayson Silva e Rodrigo Pinheiro Matias, uma vez que este projeto foi visto como estratégico.

➤ **Folha de Pagamento**

O módulo de Folha e Pagamento começou a ser implantado no mês de março de 2011 com a confecção do pagamento dos estagiários, neste projeto foi envolvida a equipe: Daniela Trevisan, Gustavo Dettenborn, Leonardo Santos da Mata, Rayson Romulo Costa e Silva e Rodrigo Pinheiro Matias.

Este módulo foi planejado para ser implantado em conjunto com o sistema antigo, bem como na ordem elencada , conforme tabela abaixo:

Tabela 5.4.7.1 - Cronograma de desenvolvimento de sistemas

Folha de Pagamento	Status	Data	Situação
Estagiário	Implantado	Março/2011	Pronto
Auxilio Creche	Implantado	Maió/2011	Pronto
Auxilio Alimentação	Implantado	Junho/2011	Pronto
URV	Implantado	Julho/2011	Pronto
PAE	Implantado	Julho/2011	Pronto
Normal	Implantando	Agosto/2011	Atrasado
Gratificação Natalina	Implantando	Dezembro/2011	Executando

Durante esta implantação, surgiram alguns problemas no âmbito de gerenciamento de tempo, em alguns momentos o RH teve que realizar pagamento direto no sistema antigo uma vez que havia determinação do Procurador Geral de Justiça (PGJ) para que o pagamento fosse providenciado o mais rápido possível, mas isto já foi negociado com os Departamentos de RH e Financeiro para que seja utilizado o prazo máximo, mesmo respeitando a determinação do PGJ para o fechamento da folha.

Um ponto importante a ser mencionado é que toda a Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF) foi realizada no Sistema Athenas, colocando em prova toda a estrutura de banco de dados e também de carga de recursos com o aumento dos acessos ao sistemas, uma vez que todos os servidores tiveram que acessar o Athenas. Este último teste foi muito importante, uma vez que nos ajudou a dimensionar bem a carga de recursos que implica no atendimento das demandas dos usuários .

➤ **Projeto Portal**

O Projeto Portal começou a ser desenvolvido em meados de Junho de 2010 quando foi implantada a parte de infraestrutura e segurança da informação, toda esta parte esta dentro do Sistema Athenas, com este trabalho pronto os sites puderam começaram a ser desenvolvido.

Primeiramente foi desenvolvido o Portal do Ministério Público, projeto que envolveu os recursos humanos dos servidores Rodrigo Pinheiro Matias e Tony Kamilo Reis, onde o primeiro ficou responsável por desenvolver o layout e o segundo ficou responsável pela operacionalização do site e últimos retoques no layout do site do portal foi entregue no mês de fevereiro de 2011, com um pequeno atraso no cronograma estabelecido.

Além do desenvolvimento dos sites, foram ministrados treinamentos para que a Assessoria de Comunicação tivesse subsídios para operacionalizar de forma autônoma o site do Portal, além disso, estes tornaram-se agentes multiplicadores.

Da mesma forma do Portal, foram desenvolvidos outros sites como o do Cesaf e CAOP da Infância e Juventude.

Este trabalho foi importante uma vez que todo o conteúdo do portal e dos sites internos demandavam tempo e recursos do Departamento de Tecnologia da Informação, atualmente o próprio departamento responsável pelo site pode gerir de forma autônoma o seu conteúdo.

➤ **Projeto de Sistema Administrativo**

Este módulo do Sistema Athenas começou a ser desenvolvido no final de 2010 e teve que ser paralisado no início de 2011 pois a equipe foi redirecionada para o projeto da Folha de Pagamento, tabelas unificadas, RAF e Planejamento Estratégico. Apenas 7 (sete) tarefas foram resolvidas neste período, estas tarefas estão relacionadas ao desenvolvimento de novas funcionalidades uma vez que este módulo ainda está em desenvolvimento.

➤ **Manutenções em Sistemas Legados**

O Ministério Público do Estado do Tocantins já conta com diversos softwares que têm desenvolvimento interno, que são evoluídos e mantidos pela equipe da Área de Programação. Esses softwares também consomem recursos humanos e tempo, mesmo após concluídos, pois necessitam de atualizações.

➤ **Arquimedes**

O sistema Arquimedes, este ano teve algumas evoluções. No que se refere ao afastamento de membros, foi reformulada a substituição automática para facilitar a operacionalização de acordo com a realidade do nosso órgão.

Em abril deste ano foi feita uma visita ao Estado de Pernambuco, no 1º Encontro de Usuários do Arquimedes com a finalidade de se estreitar o canal de comunicação entre os órgãos, além disso foram discutidos temas como, virtualização de processos, pesquisas textuais, certificação digital e a resolução do CNMP que regulamenta o uso das Tabelas Taxonômicas.

Em virtude desta visita, algumas funcionalidades já estão sendo implementadas, a pesquisa textual já se encontra em fase de testes, tendo previsão de implantação no mês de novembro. A certificação Digital está sendo desenvolvida pelos Estados de Pernambuco e Amazonas.

Estão envolvidos no projeto do Arquimedes os servidores Daniela Trevisan, Leonardo Santos da Mata, Marcílio Brasileiro e Gustavo Dettenborn em substituição deste último.

Podemos dizer que o módulo de taxonomia já está desenvolvido dentro do Arquimedes, ficando como pendência a migração dos dados legados e a extração das

informações do RAF que são exigidas pelo CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público.

➤ **Relatório de Atividades Funcionais**

O sistema de Relatório de Atividades Funcionais - RAF está sendo implementado pelo Estado de Pernambuco, juntamente com o estado do Amazonas, mas enquanto está em processo, estamos prestando manutenção no sistema que atende às atuais demandas desta instituição.

Durante o primeiro semestre deste ano, foram realizadas algumas manutenções corretivas que implicaram no ganho de performance, estas manutenções foram realizadas por Gustavo Dettenborn, Rodrigo Pinheiro Matias e Tony Kamilo.

Durante o mês de agosto tivemos um grande problema gerado pela falta de qualidade deste software, para amenizar os problemas (100% de uso de CPU no servidor) gerados por este software foi solicitado o trabalho de Rodrigo Pinheiro Matias, para solucionar o problema. Nesta ocasião cerca de 40% do código fonte teve que ser reescrito.

Apesar do software do RAF ter sido melhorado, ainda temos softwares que foram construídos sobre o mesmo *framework* e como naquele tempo não se utilizavam versionadores de código, não sabemos mensurar o investimento que deve ser feito para corrigir todos os problemas deste *framework* e seus projetos.

➤ **Sistema de Estágio Probatório**

Alguns problemas ocorrem geralmente devido a informações de dados, que podem ser corrigidos diretamente no sistema Arquimedes uma vez que o sistema de estagiário está ligado diretamente ao Arquimedes.

Muitas demandas são resolvidas somente verificando estes dados, na maioria das vezes nossos técnicos investem tempo somente para detectar estes erros, e repassam ao usuário como pode ser corrigido. Geralmente estes atendimentos são realizados pela Daniela Trevisan ou pelo Leonardo Santos da Mata, nossos DBAs.

➤ **Sistema de Diárias**

Neste sistema, foram detectados pelo pessoal do Departamento Financeiro,

dificuldades em informar alguns dados, uma vez que os mesmos não estavam sendo gravados devidamente no banco de dados, as modificações foram realizadas por Rodrigo Pinheiro Matias.

Nos meados do mês de maio foi solicitado ao departamento de TI que fosse buscar o software de Diárias da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins, nesta ocasião, a servidora Camila Almeida, que pertence ao departamento de Redes, foi direcionada para atender as modificações, durante o período de 6/2011 à 9/2011, mostrando mais uma vez a deficiência de capital humano para a área de desenvolvimento. Além da Camila foi destacada Daniela Trevisan para dar suporte a modificações em banco de dados. Ficando durante este período a área de infraestrutura e segurança prejudicada em seus projetos.

➤ **Projeto de BI**

O módulo de BI vem sendo desenvolvido por Daniela Trevisan e Tony Kamilo, com a finalidade de permitir que o gestor tenha acesso a informações estratégicas de forma facilitada. Este projeto será entregue até o final do mês de novembro, entrando em modo de manutenção.

➤ **Projetos em Estudo**

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também servem como parâmetro de controle. Neste sentido, os seguintes projetos ainda em via de desenvolvimento:

Tabela 5.4.7.2 - Cronograma de projetos em estudos

Item	Sistemas	Posição	Dificuldade
1	Gestão de Patrimônio	Iniciado	5
2	Gestão de Diárias e Ajuda de Custo	Demanda	3
3	Gestão de Conhecimento	Demanda	1
4	Assinador Digital	Demanda	5
5	Sistema de Votação Eletrônica	Demanda	2
6	Gestão de Estágio Probatório	Demanda	3
7	Gestão de Avaliação de Produtividade e Desempenho	Demanda	2

Não é possível determinar a complexidade do item 8 uma vez que existem muitos sistemas que nem sequer vêm sendo utilizados, é necessário que primeiro seja feito um estudo para mensurar esta demanda.

Os itens 6 e 7 do questionário têm a mesma natureza e devem ser respondidos pelos chefes de departamento, podendo ser desenvolvido em um único projeto, prevalecendo assim, a complexidade do item 6.

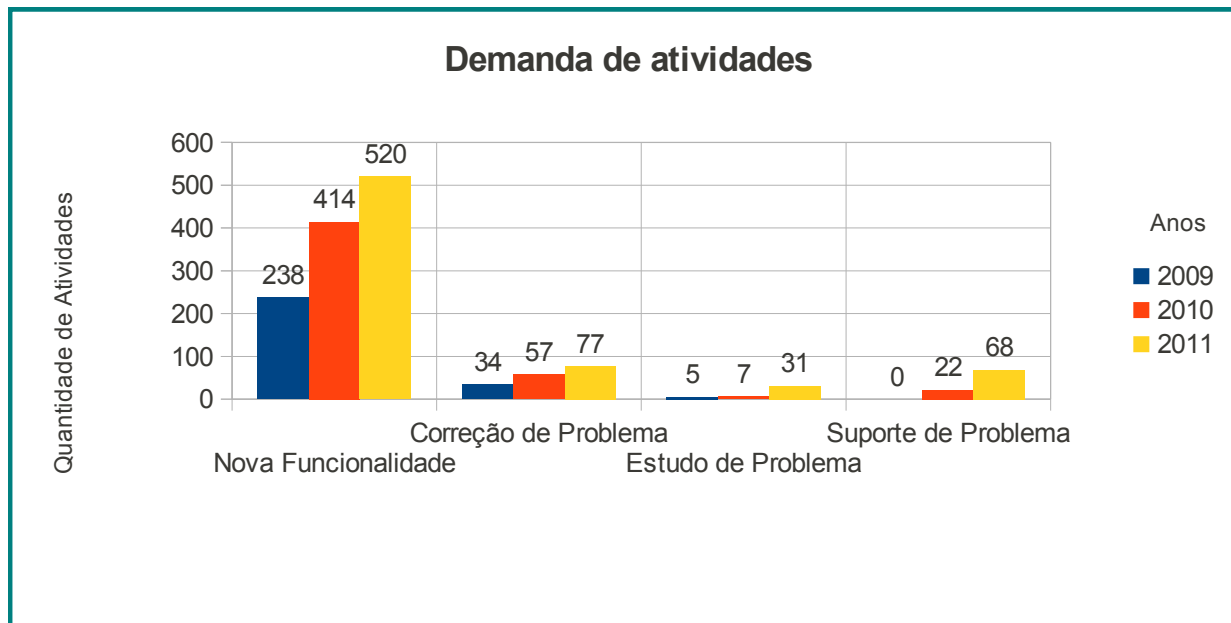
O item 4 é um item de extrema necessidade para o Sistema Athenas como um todo, uma vez que vem sendo difícil manipular o envio de arquivos para o mesmo e isto impacta no trabalho de diversos departamentos inclusive na implantação do Gestor de Documentos Eletrônicos, projeto desenvolvido há mais de dois anos e que vem sendo utilizado apenas pelos protocolos gerais do Procurador Geral e da Diretoria Geral.

Tabela 5.4.7.3 - Registro de Atividades no Gestor de Projetos

Tipo de atividade	2009	2010	2011
Nova Funcionalidade	238	414	520
Correção de Problema	34	57	77
Estudo de Problema	5	7	31
Suporte de Problema	0	22	68

Para compreensão de nomenclatura, entende-se como *nova funcionalidade* partes do sistema que ainda não haviam sido desenvolvidas, enquanto *correção de problema* é a adequação de uma funcionalidade para que ela se comporte da forma desejável ou planejada e *estudo de problema* ocorre quando sabemos da existência de um problema que necessita de uma correção, mas ainda não sabemos ou não temos segurança da profundidade dos impactos deste problema e por fim, o *suporte de problemas*, que compreende todo o apoio dado ao usuário para um problema que já teve uma correção, com a finalidade de corrigir os dados.

Figura 5.4.7 – Demandas de atividades



6. PROGRAMA 0195: Apoio administrativo

6.1 APRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO:	APOIO ADMINISTRATIVO	
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 91.398.666,00	Autorizado: R\$ 88.730.971,83

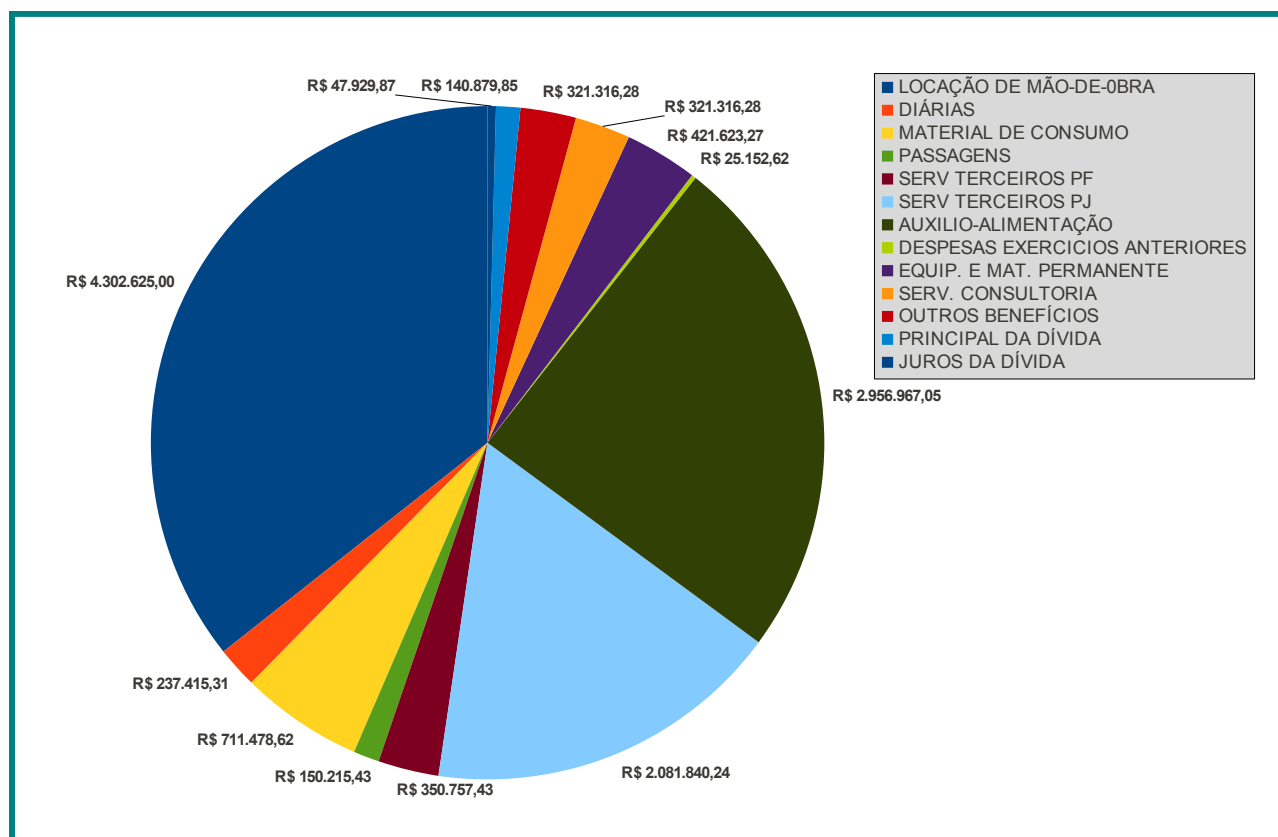
6.2 INDICADORES

Quadro 6.2 Indicadores do Programa de Apoio Administrativo

Nome do indicador	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2012
Rotatividade	23,90%	0,33%	1,50%
Pesquisa de satisfação do clima organizacional	59,00%	-	71%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	12	30	10
Adequação da comunicação interna	-	30%	100%
Adequação da infraestrutura tecnológica	15%	28%	45%
Adequação da infraestrutura física	15%	31,43%	45%
Percentual de sistemas integrados	51%	59,28%	61%
Participação orçamentário-financeira	2,35%	2,95%	2,70%

6.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 6.3 Distribuição das principais despesas do Programa de Apoio administrativo (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).



Fonte: Siafem

Este Programa, de caráter contínuo, padronizado e multissetorial, tem por objetivo prover os meios para a implementação e gestão dos programas finalísticos do órgão, sua composição engloba os recursos destinados ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais dos servidores públicos e pagamento de auxílios.

Contemplam, também, despesas de natureza tipicamente administrativa aquelas que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, para aqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos.

Portanto, este programa visa garantir, ininterruptamente, o suprimento e a infraestrutura material e patrimonial para a Procuradoria Geral de Justiça e as demais promotorias distribuídas pela capital e interior do Estado, com contratos de limpeza e conservação, vigilância, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente, para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Tabela 6.3.1 - Metas Físicas/Financeiras por ação

Programa de Apoio Administrativo				
Descrição da Ação	Tipo	Dotação Atual (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	Físico	-	-	-
	Financeiro	13.807.130,00	11.289.793,31	81,77
Manutenção dos Serviços de Transporte	Físico	-	-	-
	Financeiro	608.885,00	346.751,97	56,95
Ações de Informática	Físico	-	-	-
	Financeiro	736.686,00	396.569,09	53,83
Manutenção de Recursos Humanos	Físico	-	-	-
	Financeiro	76.245.965,00	76.134.272,70	99,85

Fonte: Siafem

Tabela 6.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	04.122.0195.2001	-	-	-2.102.514,17
	04.122.0195.2002	-	-	-233.640,00
	04.122.0195.2004	-	-	-
	04.126.0195.2003	-	-	-331.540,00
	Sub Total	-	-	-2.667.694,17
	Recebidos	-	-	-
Sub Total	-	-	-	
Total	-	-	-	-2.667.694,17

Fonte: Siafem

6.3 AÇÕES

6.3.1 Ação 2001: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Quadro 6.3.1 Resumo da Ação

Título	2001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 13.807,130	R\$ 11.704.615,83	R\$ 11.289.793,31	R\$ 10.212.549,65	96,46%

Em 2010, os recursos empenhados foram de R\$ 7.303.798,43 e em 2011, de R\$ 11.289.793,31, o que representou uma ampliação da ação na ordem de 54,57%, sendo que boa parte desta ampliação deve-se a alocação dos serviços terceirizados em Promotorias do interior.

Na tabela abaixo podemos visualizar a evolução destes serviços durante o ano de 2011:

Tabela 6.3.1.1 - Contrato de Segurança Armada

Mês	Valor
Janeiro	R\$ 171.856,50
Fevereiro	R\$ 171.856,50
Março	R\$ 175.614,24
Abril	R\$ 163.976,70
Mai	R\$ 163.976,70
Junho	R\$ 164.316,74
Julho	R\$ 166.526,79
Agosto	R\$ 174.458,25
Setembro	R\$ 176.073,25
Outubro	R\$ 177.008,34
Novembro	R\$ 190.237,54
Dezembro	R\$ 196.405,14
VALOR TOTAL ANUAL – 2011	R\$ 2.092.306,69

Quantidade de servidores terceirizados em 31/12/2011

Vigia diurno	18
Vigia noturno	52
Total de Servidores	70

Tabela 6.3.1.1 - Contrato de Serviços Gerais*

Mês	Valor
Janeiro	R\$ 119.547,87
Fevereiro	R\$ 119.547,87
Março	R\$ 119.547,87
Abril	R\$ 199.280,01
Maio	R\$ 194.707,60
Junho	R\$ 201.605,10
Julho	R\$ 198.970,10
Agosto	R\$ 205.440,21
Setembro	R\$ 207.417,72
Outubro	R\$ 209.157,78
Novembro	R\$ 205.515,28
Dezembro	R\$ 213.113,16
VALOR TOTAL ANUAL – 2011	R\$ 2.193.850,57
Quantidade de servidores Terceirizados em 31/12/2011	
Servente de Limpeza	61
Recepcionista	17
Artífice	5
Copeiro	9
Jardineiro	1
Ajudante de Artífice	3
Encarregado	1
Porteiro	7
Total de Servidores	104

*Serviços de profissionais de Limpeza, Recepcionista, Artífice, Copeiro, Jardineiro, Ajudante de Artífice, Encarregado e Porteiro.

Em igual grau de importância para os serviços do Ministério Público, a contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de novo Plano de Cargos,

Carreiras e Remunerações (PCCR) para os servidores e Mapeamento dos Processos do Ministério Público foi um passo importantíssimo rumo ao alcance de três objetivos estratégicos do órgão, Atrair e Reter Talentos, Ter Padrão de Excelência nos Procedimentos Internos e Otimizar a Utilização de Recursos.

A contratação supramencionada também permitirá ao órgão cumprir diversas oportunidades de melhoria elencadas no Programa Gespública.

Para isto, foram alocados na ação R\$ 321.316,28, os quais precisaram ser inscritos em restos a pagar não processados em razão do atraso em parcelas dos serviços que deveriam ter sido entregues e da prorrogação, por termo aditivo, do prazo de conclusão dos serviços pela contratada.

Em outro sentido, a Procuradoria Geral de Justiça buscou valorizar os servidores com a implementação do Auxílio-Creche e o aumento de valor do Auxílio Alimentação.

Também no ano de 2011, um marco importante para o desenvolvimento das atividades e do aspecto social da atuação do Ministério Público, foi a realização de seleção e convocação de 27 estagiários para desempenhar suas funções junto às Promotorias de Justiça, findando o ano com o total de 15 contratados.

As grandes realizações desta gestão, passam também pelo intenso investimento em Patrimônio e Infraestrutura que tem sido realizado, quanto a ampliação patrimonial, seguem abaixo as relevantes aquisições realizadas em 2011:

Tabela 6.3.1.3 – Equipamentos adquiridos

Espécie	Quantidade	Valor
Negatoscópio de corpo/para leitura de raio x	1	209,00
Fotocolorímetro/aparelho colorímetro	1	740,00
Aparelho de ortopedia/fisioterapia	3	670,00
Balança biométrica/pediátrica	1	207,10
Condicionador de ar/condenador de ar	60	159.424,94
Geladeira/refrigerador/frigobar	7	4.953,52
ventilador em geral	5	467,00

Máquina de lavar/ tanquinho 2 r	2	402,00
Fogão industrial/residencial	1	278,00
Purificador de água em geral	18	15.300,00
Forno elétrico/a gás/micro-ondas	5	1.105,00
Carrinho p/uso domestico/restaurante/supermercado	5	848,50
Sugador/exaustor	3	357,00
Mesa de centro/canto	7	1.055,00
Sofá em estofado/almofada/curvim/napa/sofá-cama	1	1.690,00
Poltrona em almofada/estofado/napa/veludo	199	121.240,00
Cesto de lixo	8	240,00
Quadro mural/negro/lousa/celotex	7	334,63
Cômoda/penteadeira/gaveteiro	32	9.600,00
Armário	60	36.238,00
Estante/prateleira	29	28.690,00
Balcão	10	7.630,00
Mesa redonda/oval	3	1.300,00
Cadeira em madeira/compensado	16	3.642,00
Cadeira em estofado/napa/almofada	53	29.771,00
Mesa em madeira/compensado	37	17.960,00
Mesa em fórmica/laminado/mdf	8	6.260,00
Mesas em geral	5	3.700,00
Balança de precisão/de força/geral e similares	1	860,00
Higrômetro/psicrômetro	1	86,03
Medidor de ponto	1	628,28
Multímetro	2	298,00
Fax	15	4.897,35
Antena parabólica/para rádio amador/receptor de satélite	1	865,00
Aparelho telefônico/PABX	21	23.710,00
Central telefônica em geral	2	991,30
Máquina trituradora/fragmentadora de papel	3	2.841,00
Máquina fotográfica/acessórios	1	408,00
Aparelho de som/toca-fitas/toca-discos/acessórios	5	2.510,00
Aparelho de DVD	1	110,00
Cofre	1	999,00

Carimbo digitador de metal/eletrônico/numerador automático	1	890,0
Somatório das Aquisições Patrimoniais		R\$ 494.406,65

Resta ressaltar que grande parte das aquisições equipam as novas sedes construídas e recentemente inauguradas das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis, Paranã e Miranorte.

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoxarifado e o percentual de atendimento das solicitações:

Tabela 6.3.1.4 – Equipamentos adquiridos Valor gasto por grupo contábil: Valores globais

Item	Descrição	2010	2011	Evolução
1	Gêneros Alimentícios	R\$ 45.282,01	R\$ 51.497,66	13,00%
2	Material de Expediente	R\$ 49.966,73	R\$ 53.466,76	7,00%
3	Material de Construção	R\$ 8.149,00	R\$ 15.562,06	90,00%
4	Mat., Pçs para Informática	R\$ 155.811,29	R\$ 169.289,03	8,00%
5	Mat. de Telecomunicações	R\$ 2.880,50	R\$ 3.855,25	33,00%
6	Outros Mat. de Consumo	R\$ 37.331,95	R\$ 37.537,17	0,50%

Tabela 6.3.1.5 – Atendimentos/requisições

Item	Descrição	2010	2011	Evolução
1	Promotorias do Interior	207	299	35,00%
2	Despachos por Correios	R\$ 2.615,21	R\$ 5.153,30	97,00%

Com a análise das tabelas supra inseridas, podemos concluir que houve grande ampliação na prestação dos serviços de reforma das Promotorias, influenciando em 99% a ampliação nos gastos com materiais de construção, assim como, em razão da ampliação dos serviços de redes de dados pela Tecnologia da Informação, a aquisição de materiais de telecomunicações teve substancial aumento de 33%.

Outra atividade de grande importância desta ação é a manutenção dos serviços continuados, desempenhada pelo Departamento Administrativo, para os quais também foi estabelecido um paralelo de gastos em relação ao ano anterior, conforme

segue:

Despesas com Telefonia	2010	2011
Telefonia Fixa	R\$ 316.425,94	R\$ 240.356,41*
Telefonia Móvel	R\$ 43.060,56	R\$ 5.337,62*

Legenda: Alguns débitos foram contestados e não pagos, em razão de erro da operadora na impressão das faturas.

Despesas com Fornecimento de Energia	2010	2011
Palmas e Interior	R\$ 206.000,00	R\$ 300.000,00

Despesas com Fornecimento de Água	2010	2011
Palmas e Interior	R\$ 24.963,28	R\$ 62.000,00

Despesas com Locação de Imóveis	2010	2011
Valor Total	R\$ 196.841,61	R\$ 229.675,98

Outros Serviços Continuados	2010	2011
Reprografia Interior	R\$ 2.514,63	R\$ 1.242,00
Gás GLP-13	-	R\$ 514,30
Carimbos	R\$ 4.580,00	R\$ 12.472,40

Quanto aos procedimentos licitatórios, ao longo do exercício de 2011, foram adjudicados e homologados 29 (vinte e nove) procedimentos licitatórios; 02 (dois) foram declarados desertos, 02 (dois) foram revogados, 06 (seis) encontram-se em fase de homologação, 01 (um) em fase de habilitação, 04 (quatro) em fase de publicação e 01 (um) em andamento. Totalizando 45 (quarenta e cinco) procedimentos licitatórios, dos quais 08 (oito) foram Pregões Eletrônicos, através do Comprasnet do Governo Federal; 40 (quarenta) foram Pregões Presenciais, sendo 17 (dezessete) no Sistema de Registro de Preços (SRP) e 03 (três) Concorrências para a contratação de empresas para execução da caixa do elevador no prédio da Procuradoria Geral de Justiça e para execução das obras dos prédios sede das Promotorias de Arraias e Taguatinga.

Quadro 6.3.1.1 Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Quantidade de processos autuados
Convite	0
Concorrência	02
Pregão Presencial	39
Pregão Eletrônico	08
Dispensa de Licitação	72
Inexigibilidades	21
Suprimento de Fundos	04
TOTAL	146

Fonte: Siafem e SPL

Quanto ao volume licitado, destaca-se o montante de R\$ 8.690.505,84 (oito milhões, seiscientos e noventa mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos), dos quais R\$ 3.027.747,30 são registros de preços. Destaca-se, neste caso o Pregão nº 007/2011 registro de preços para mobiliários no valor de R\$ 478.670,00 e o Pregão nº 012/2011 registro de preços para aquisição de veículos automotores no valor de R\$ 518.479,99.

Os demais valores, em SRP – Sistema de Registros de Preços, estão distribuídos em materiais de expediente; copa e cozinha; manutenção predial; persianas; serviços de impressão e materiais gráficos; de buffet; confecção de placas indicativas; materiais odontológicos; suprimentos de informática; bandeiras; tapetes e equipamentos de comunicação e eletroeletrônicos.

Cabe ressaltar, ainda, no decorrer de 2011, a adesão à Ata de Registro de Preços da Secretaria Estadual da Fazenda para a Reforma de cadeiras, poltronas e longarinas. Em contrapartida houve 13 (treze) pedidos de adesões “caronas” de diferentes órgãos. A saber: TCE/TO, UNITINS, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, IGEPREV, TJ/TO, Secretaria Estadual da Segurança, Justiça e Cidadania, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas – TO e Secretaria Municipal de Educação de Palmas – TO.

Atualmente, a Procuradoria Geral de Justiça realiza a gestão de 121 contratos vigentes, dos quais 56 foram firmados em 2011. Enfatiza-se que nos contratos de serviços, de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo, foram

ajustados 41 aditivos, tendo sido realizada ainda a prorrogação de prazo dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias no interior, no total de 20. Atribuições essas a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos, cujos pagamentos são mensais.

Outra área que se destacou no exercício de 2011, a Área de Engenharia e Arquitetura, teve várias atividades em prol da consecução das metas de infraestrutura do Ministério Público, cabendo destacar:

- ◆ Desenvolvimento de projetos arquitetônicos, elétrico, estrutural e hidrossanitário, para a construção dos prédios das comarcas de Arraias, Natividade, Porto Nacional e Taguatinga;
- ◆ Planejamento e levantamento de custo de obras para a construção dos prédios das comarcas de Arraias, Natividade, Porto Nacional e Taguatinga;
- ◆ Execução, fiscalização e conclusão das obras das comarcas de Paranã, Miranorte e Tocantinópolis;
- ◆ Execução e fiscalização da obra da estrutura que abrigará o elevador privativo aos membros da Procuradoria Geral de Justiça;
- ◆ Vistoria e análise de terrenos a serem doados ao Ministério Público do Estado do Tocantins, para construção de futuras sedes;
- ◆ Elaboração de projeto e execução de modificação interna do prédio da PGJ, nos seguintes departamentos: Tecnologia da Informação; Administrativo; Planejamento; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Cerimonial; Assessoria Jurídica; Assessoria Militar; Delegacia; CAOP dos Direitos Humanos; Secretaria do Colegiado e Conselho de Procuradores; Arquivo Geral; Expediente; Chefia de Gabinete do PGJ e Recepção do Gabinete do PGJ;
- ◆ Reforma e ampliação do Centro Médico e Guarita da PGJ;
- ◆ Desenvolvimento de projeto de mobiliário para o Consultório Odontológico e Arquivo Geral;
- ◆ Conclusão da implantação do controle de acesso interno e externo do Prédio PGJ;

- ◆ Assessoria aos membros em processos correlatos às áreas de Engenharia Civil, elétrica e arquitetura, mediante a emissão de laudos técnicos;
- ◆ Vistoria de imóveis locados em municípios do interior, utilizados para abrigar as Promotorias de Justiça;
- ◆ Manutenção preventiva de subestação de energia, na PGJ;
- ◆ Elaboração de projeto de circuito fechado de televisão para o prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça;
- ◆ Acompanhamento de processos licitatórios de obras e áreas afins;
- ◆ Vistoria para averiguação das condições de tráfego das rodovias estaduais;
- ◆ Assessoria às áreas de manutenção e patrimônio da PGJ;

Considerando a importância de boas instalações para o desempenho das atividades pelos membros e servidores, as quais refletem diretamente na sua produtividade, a Área da Manutenção e Segurança executou pequenas reformas e/ou reparos nas Promotorias de Justiça de Almas, Araguaçu, Dianópolis, Paraíso do Tocantins, Pium e Ponte Alta do Tocantins.

Cumprindo também ressaltar a importância da ação de controle interno no órgão, responsável pelo Controle da gestão orçamentária, administrativa, financeira, patrimonial e contábil desta PGJ e do FUNCESAF; Acompanhamento da execução orçamentária e dos Programas de Trabalho; Emissão de notas de orientação visando, especialmente, a racionalização da despesa e a eficácia da gestão; Acompanhamento da legalidade dos atos e procedimentos e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil; entre outras atividades correlatas ao controle, que vem sendo fortalecido durante a gestão atual, alcançando os seguintes resultados em 2011:

Principais atividades	Ano 2010	Ano 2011*
Notas de orientação técnica	5	9
Pareceres técnicos diversos	124	83
Despachos	148	92
memorandos	76	91
Memórias de cálculos para ressarcimento	195	171
Empenhos vistados*	1392	1136
Pagamentos liberados diversos*	4222	3615
Remessa sicap-ap assinadas	4	3
Suprimentos de fundos analisados	4	4

Legenda: *Até o fechamento deste relatório

Ressaltamos, por oportuno, que todos os procedimentos administrativos de despesas passam obrigatoriamente pela Assessoria de Controle Interno para conferência nas principais fases da despesa pública (Dotação Orçamentária, Nota de Empenho, Liquidação e Pagamento).

Em atenção aos artigos 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram elaborados e dada ampla publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal referentes aos três quadrimestres do ano. A Prestação de Contas anual do exercício de 2010 foi analisada, sendo emitidos pelo Controle Interno o Relatório de Auditoria e o Certificado que o acompanha para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

Cumpramos também ressaltar os novos serviços implementados pela Assessoria de Controle Interno para o exercício de 2011:

- Com a finalização/implementação do sistema Athenas pelo Departamento de Tecnologia da Informação, a Assessoria de Controle Interno iniciou um trabalho de verificação via sistema dos pagamentos relacionados à folha de pessoal mês a mês. Atualmente, esta análise prévia via sistema para relaciona-se aos processos de auxílio-alimentação, auxílio-creche, PAE e URV permitindo, assim, a correção de inconsistências antes da efetivação do pagamento aos membros e servidores.

- Destaca-se, também, que neste ano de 2011 a Procuradoria Geral de Justiça passou a gerir os contratos de fiscalização das obras de construção de novas

sedes para as Promotorias de Justiça do interior, exigindo do setor conhecimento específico e maior atenção na análise dos aludidos processos.

A Procuradoria Geral de Justiça, no decorrer de 2011, continuou priorizando as ações definidas no Planejamento Estratégico, visando oportunizar um ambiente de inovação, criatividade e harmonia do clima organizacional, por meio de promoção humana, qualidade de vida, valorização e motivação para o trabalho.

Nesta concepção, a promoção de um ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam desempenhar suas atividades com excelência.

Assim, através do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Área de Saúde, vários eventos foram realizados, conforme segue:

- Atividades de Promoção à Saúde – 2011.

- a) 9 e 11 de fevereiro: campanha de doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea;

- b) 21 de fevereiro: campanha de vacinação;

- c) 3 de março: atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher;

- d) 24, 25 e 26 de maio: campanha de vacinação;

- e) 31 de maio: atividade alusiva ao Dia Mundial sem Tabaco; Aulão de Ginástica Laboral - Tema: “diga não ao cigarro e sim à atividade física”;

- f) 21 de junho: campanha de vacinação - Influenza (gripe comum);

- g) 30 e 31 de agosto: campanha de vacinação;

- h) 10 e 11 de novembro: campanha de vacinação;

- i) Realização de análise biomecânica e orientação ergonômica individualizada e pontual;

- j) Realização de Ginástica Laboral na sede da Procuradoria duas vezes por semana.

Visando, também, a interação, integração e motivação dos membros e servidores, tornou-se necessário conceber e desenvolver um conjunto de ações de qualidade de vida visando o fortalecimento e valorização do quadro de pessoal da Instituição, assim, foi realizada a Semana da Saúde nos 17 a 21 de outubro: II Semana da Saúde do Ministério Público - Tema: "Ter saúde é saber viver".

Semana da Saúde

Atividades	Participantes
Café da manhã saudável	Abertura
Atividades de alongamento e relaxamento	20 pessoas
Tratamento facial	60 pessoas
Maquiagem	44 pessoas
Aferição de Pressão Arterial	120 pessoas
Verificação de Glicemia	120 pessoas
Cálculo de IMC	120 pessoas
Orientações para doação de sangue e Cadastro de medula	08 pessoas
Atividade de promoção de saúde bucal	Livre demanda
Aula de Cardio dance	20 pessoas
Massagem relaxante	42 pessoas
Doação de Sangue e Cadastro de Medula	18 pessoas
Palestra "Sua pele é show" Show de humor	Encerramento

Ainda na visão de melhoria do clima organizacional e realização de ações de garantia da saúde, também, foram realizados no decorrer de 2011, vários atendimentos a membros e servidores, conforme destacado abaixo:

Atendimentos – Área de Saúde

Profissionais	Número de atendimentos
Enfermagem	1729
Fisioterapia	1206
Médico	934
Odontologia	1015

Psicologia	62
Visitas Técnicas	3

6.3.2 Ação 2002: Manutenção dos Serviços de Transporte

Quadro 6.3.2 Resumo da Ação

Título		2002 – Manutenção dos Serviços de Transporte		
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 608.885,00	R\$ 375.245,00	R\$ 346.751,97	R\$ 338.167,72	92,41%

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 40 veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição. O controle de manutenção desta frota é realizado através de sistema informatizado, possibilitando manter e atualizar todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

A utilização desta ferramenta de gestão viabiliza não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para a administração, são fornecidas, também, orientações para todas as Promotorias quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal para a utilização dos veículos e o atendimento aos membros e servidores.

A dotação orçamentária autorizada para manutenção de transportes no ano de 2011 foi de R\$ 375.245,00, dos quais, cerca de R\$ 109.618,28 são referentes ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel), derivados e peças, R\$ 52.732,03, relativos a diárias, 74.944,42 para manter os serviços de manutenção e outras atividades do setor, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 6.3.2.1 – Comparativo de despesas 2010 - 2011.

Despesas	Despesas Liquidadas (R\$)	
	2010	2011*
Combustíveis e lubrificantes automotivos	120.924,78	109.618,28
Material para manutenção de veículos	58.900,89	52.732,03
Seguros	40.329,00	44.631,87
Diárias no país	79.595,00	74.944,22
Serviços de Lava a jato	6.568,00	7.234,00
Total	306.207,90	289.160,40

Fonte: Siafem

Convém destacar a política de controle de gastos efetivada pela gestão, uma vez que, ao longo do exercício, a Instituição conseguiu manter os gastos com atividade relacionada à frota de veículos utilizada pelos órgãos equivalentes aos patamares de 2010.

Além disso, a instituição mantém um sistema informatizado de abastecimento e de manutenção da frota, que possibilita fazer um gerenciamento de abastecimento e manutenção, bem como a gestão de toda a frota por meio de um sistema “on-line”, possibilitando uma melhor administração e maior economia.

Quadro 6.3.2.2 Frota de veículos MPE-TO

Item	Veículo	Placa	Ano/Modelo	Local	Seguradora
01	GM/Astra	MWA-1149	2005/2006		BB seguros
02	Ford/Ranger XLT	MXG-8010	2007/2008		
03	GM/Astra	MWA-1159	2005/2006		
04	GM/Astra	MVY-1442	2005/2006	Sede - PGJ	
05	Renault/Clio Sedan	MWD-2228	2005/2005		
06	VW/Parati	MWD-6184	2006/2006		
07	Ford/Fiesta	MXG-9020	2007/2008		
08	Ford/Fiesta	MXG-8020	2007/2008	Porto Nacional	
09	Ford/Fiesta	MXG-8040	2007/2008	Gurupi	
10	Ford/Fiesta	MXG-8050	2007/2008	Araguaína	
11	Ford/Fiesta	MXG-8090	2007/2008	Paraíso do Tocantins	

12	Honda/CG 150 Job	MWH-0961	2007/2007	Sede - PGJ	
13	Honda/CG 150 Job	MWH-0812	2007/2007	Tocantinópolis	
14	Honda/CG 150 Job	MWH-0832	2007/2007		
15	Honda/CG 150 Job	MWH-0963	2007/2007		
16	Honda/CG 150 Job	MWI-1307	2007/2007	Sede - PGJ	
17	Honda/CG 150 Job	MWL-9208	2007/2007		
18	Honda/CG 150 Job	MWL-9228	2007/2007		
19	Honda/CG 150 Job	MWL-9188	2007/2007	Araguaína	
20	Ford/F 350	MWQ-9397	2009/2009	Sede - PGJ	
21	Ford/Ranger	MWY-6100	2008/2009	Sede – PGJ/CAOMA	
22	Fiat /Siena	MWY-6110	2008/2009	Sede – PGJ/GAECO	
23	Fiat/Siena ELX	MXG-3014	2010/2011		
24	Fiat/Siena ELX	MXG-3114	2010/2011		
25	Fiat/Siena ELX	MWA-8957	2010/2011		
26	Fiat/Siena EL	MWO-6906	2011/2012		
27	Fiat/Siena EL	MWQ-8096	2011/2012		
28	Fiat/Siena EL	MWQ-8396	2011/2012	Sede - PGJ	
29	Fiat/Siena EL	MWQ-8536	2011/2012		
30	Fiat/Siena EL	MWQ-8416	2011/2012		
31	Fiat/Siena EL	MWQ-8246	2011/2012		
32	Fiat/Siena EL	MWQ-8386	2011/2012		
33	Toyota/Hilux	MWS-0429	2010/2011		
34	Fiat/Uno Economy	MWM-1936	2011/2012	Tocantinópolis	
35	Fiat/Uno Economy	MWM-1966	2011/2012	Araguatins	
36	Fiat/Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema	
37	Fiat/Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Araguaína	
38	Fiat/Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	
39	Renault/Logan 1.0	-	2011/2012	Sede – PGJ/Núcleo M ^a da Penha	
40	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007	Sede - PGJ	-

6.3.3 Ação 2003: Ações de Informática

Quadro 6.3.3 Ações de Informática

Título	2003 - Ações de Informática			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada(B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 736.686,00	R\$ 405.146,00	R\$ 396.569,09	R\$ 259.305,47	97,88%

Em 2011, foram atendidas 3.116 atendimentos de manutenção e suporte em informática, este número representa um aumento significativo no volume de atendimentos realizados, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Local	2010	2011
Capital	2062	3045
Interiores	49	71

Além disso, a seção de redes foi toda reestruturada para melhorar a segurança e a integridade dos dados e foram implantadas políticas de seguranças com novos serviços em nossos servidores de rede, tudo isto possibilitou uma maior segurança contra vírus, invasões e perda de informações e um melhor controle de nossa estrutura, o quadro abaixo mostra a evolução da atuação:

Processos	2010	2011
Implementações de Segurança	20	25
Implantações de Novos Sistemas	13	15

Neste sentido, cumpre explicar que implementações de segurança são todas as configurações utilizadas para melhorar desempenho da estrutura de dados e implantações de novos sistemas, são sistemas utilizados pela área de rede e segurança para facilitar e melhorar o monitoramento da estrutura e facilidades de recursos para os membros e servidores, como o novo e-mail Institucional.

Outras atividades realizadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação em 2011, foram:

- Instalação e habilitação de pontos de redes;
- Reparo em ponto de rede;
- Inclusão dos servidores de rede nas rotinas de backup;
- Controle e cadastro de usuários;
- Criação e configuração de permissões de acessos a arquivos;
- Controle de acesso à internet;
- Instalação de cabos de redes, patch panel e racks;
- Configuração de redes cabeadas e wireless;
- Implantação de servidores IPS e IDS, para detecção e prevenção de intrusão;
- Implantação do sistema OS Inventory para realização de inventários de computadores do MPETO;
- Instalação e configuração do AUDIT, para monitoramento a acesso a arquivos compartilhados, ou seja, realização de auditoria;
- Inclusão de novas regras para melhoria do firewall e squid, melhorando a segurança da estrutura de rede de dados e acessos;
- Configuração e testes para implantação de host gateway de e-mail MXHero;
- Implantação do OPENFIRE, o mensageiro institucional;
- Implantação do novo servidor de e-mail ZIMBRA;
- Acompanhamento e cadastro de membros e servidores (pessoas) no sistema de acesso ao prédio sede, as catracas;
- Instalação do pacote de sensor de temperatura dos servidores de rede;
- Criação de rotinas de monitoramento de temperatura dos servidores de rede;
- Implantação de servidores virtuais;
- Atualizações de firmwares de switches, servidores de rede e roteadores;
- Implantação do novo servidore web e de e-mail com filtro anti-spam;
- Implantação do protocolo Kerberos para autenticação segura em arquitetura cliente-servidor;
- Configuração do Firewall UTM Zentyal para substituição das tecnologia antigas utilizadas;
- Configurações e adequações de DNS, SQUID, FIREWALL, SERVIDORES DE REDES, SAMBA, VPN, DHCP, ANTIVÍRUS, PROXY, LDAP e Controle de banda;

- Implantação de seguranças e serviços para acesso remoto;
- Implantação do PENTAHO.

A Seguir relacionamos as atividades administrativas relacionadas a atuação do Departamento de Tecnologia da Informação:

MEMORANDOS	2010	2011
Enviados	159	178
Recebidos	98	171

OFÍCIOS	2010	2011
Enviados	15	35
Recebidos	43	61

DESPACHOS	2010	2011
	105	165

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	2010	2011
	19	17

QUANTIDADE DE LINK DE DADOS	2010	2011
ADSL	47	40
3G	6	6
DEDICADO	1	8

6.3.3 Ação 2004: Manutenção de Recursos Humanos

Quadro 6.3.4 Resumo da Ação

Título				
2004 - Manutenção de Recursos Humanos				
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 76.245.965,00	R\$ 76.245.965,00	R\$ 76.134.272,70	R\$ 76.134.272,70	99,85%

Fonte: Siafem.

Em 2011, O Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, observando os valores oriundos do Planejamento Estratégico 2010 – 2018, desta instituição, vem desenvolvendo os processos de pagamento, cadastro e desenvolvimento de pessoas, capacitação, seleção de estágio e promoção da qualidade de vida dos servidores.

Para garantir a política de recursos humanos, baseada na gestão estratégica de competências e de pessoas, foram realizados 76.134,272,70 (setenta e seis milhões, cento e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta centavos), que representa o percentual de 99,85% obtidos da relação entre despesas empenhadas e despesas autorizadas.

Quanto à carreira de apoio, houve um incremento de 06 (seis) novos servidores, em relação ao exercício de 2010, representando uma variação de 0,02, sobre o total existente, preenchidos no decorrer do exercício, conforme demonstrado:

Quadro 6.3.4.1 Carreira de Apoio - Posição: 31/12/2011

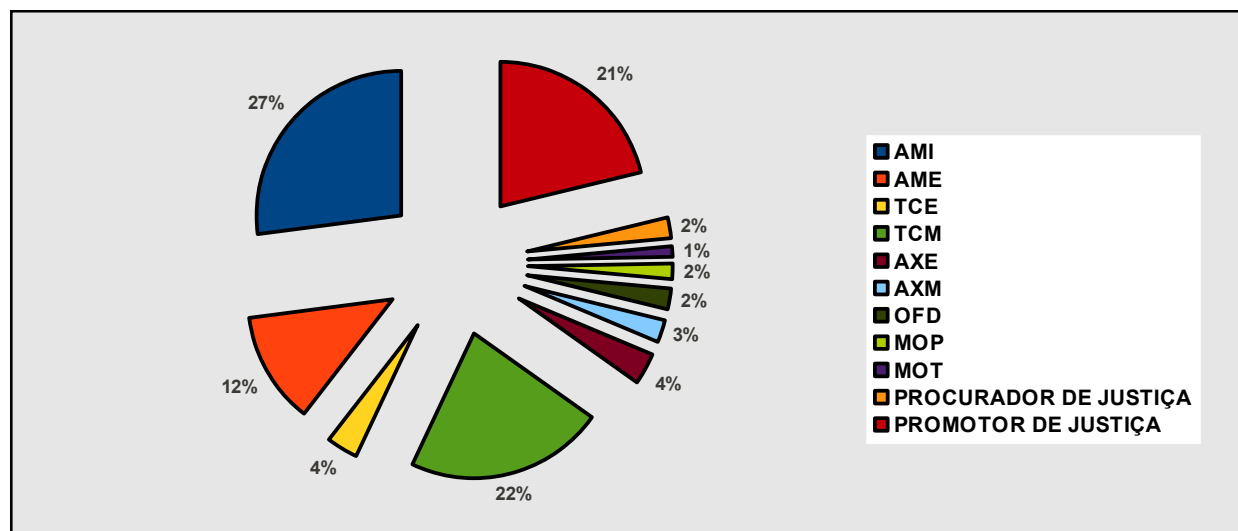
Nível Funcional	Existente 2010*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)	Existente 2011*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)	Var (%)
AMI – Analista Ministerial	126	123	139	133	0,1
AME – Analista Ministerial Especializado	66	61	64	56	-0,03
TME – Técnico Ministerial Especializado	18	18	18	16	0
TCM – Técnico Ministerial	116	107	114	106	-0,02
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	18	15	0
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	13	0
OFD – Oficial de Diligências	15	15	12	12	-0,2
MOP – Motorista Profissional	9	9	9	9	0
MOT - Motorista	6	6	6	5	0
TOTAL	387	368	393	365	0,02

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive cedidos, licenciados e afastados)

A instituição conta com 582 colaboradores, a carreira de apoio corresponde a 365 (62,71%) do total, conforme tabela acima. Destes, 189 colaboradores, que correspondem a (51,78%) do pessoal de apoio, ocupam o cargo de analista, fato que

denota o alta grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição.

Figura 6.3.4.1 Distribuição dos cargos



Assim, para atingir sua missão institucional, em 2011, a Procuradoria Geral de Justiça contava com o efetivo de 582 profissionais, sendo que 28 componentes de seu quadro encontravam-se cedidos a diversos órgãos da Administração, em sua maioria no âmbito estadual.

Quadro 6.3.4.2 Resumo de membros e servidores do Ministério Público.

Nível Funcional	Existente 31/12/2010	Movimentação					Existente 31/12/2011
		Nomeados	Exonerados	Aposentados/ falecidos	Promovido	Cedidos/ Licenciados	
Procuradores	12	1	0	1	0	0	12
Promotores	110	2	1	1	1	0	109
Servidores	360	19	14	0	0	28	393
Comissionados	38	7	3	0	0	0	42
Requisitados	18	8	0	0	0	0	26
TOTAL	538	37	18	2	1	28	582

Fonte: Departamento de recursos humanos

Em relação aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, novamente podemos observar que a despesa continua muito abaixo do limite prudencial de 1,90% da RCL, como mostra o Quadro 6.3.4.3.

Quadro 6.3.4.3 Limites de Gasto de Pessoal com a LRF

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	76.134.272,70	
Pessoal ativo	76.134.272,70	
Pessoal inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.824.094,91	
(-) Despesas não Computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	4.824.094,91	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	71.310.177,79	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	71.310.177,79	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.548.795.397,79	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,57	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	90.975.907,96	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	86.427.112,56	

FONTE: Contabilidade PGJ e SEFAZ/TO

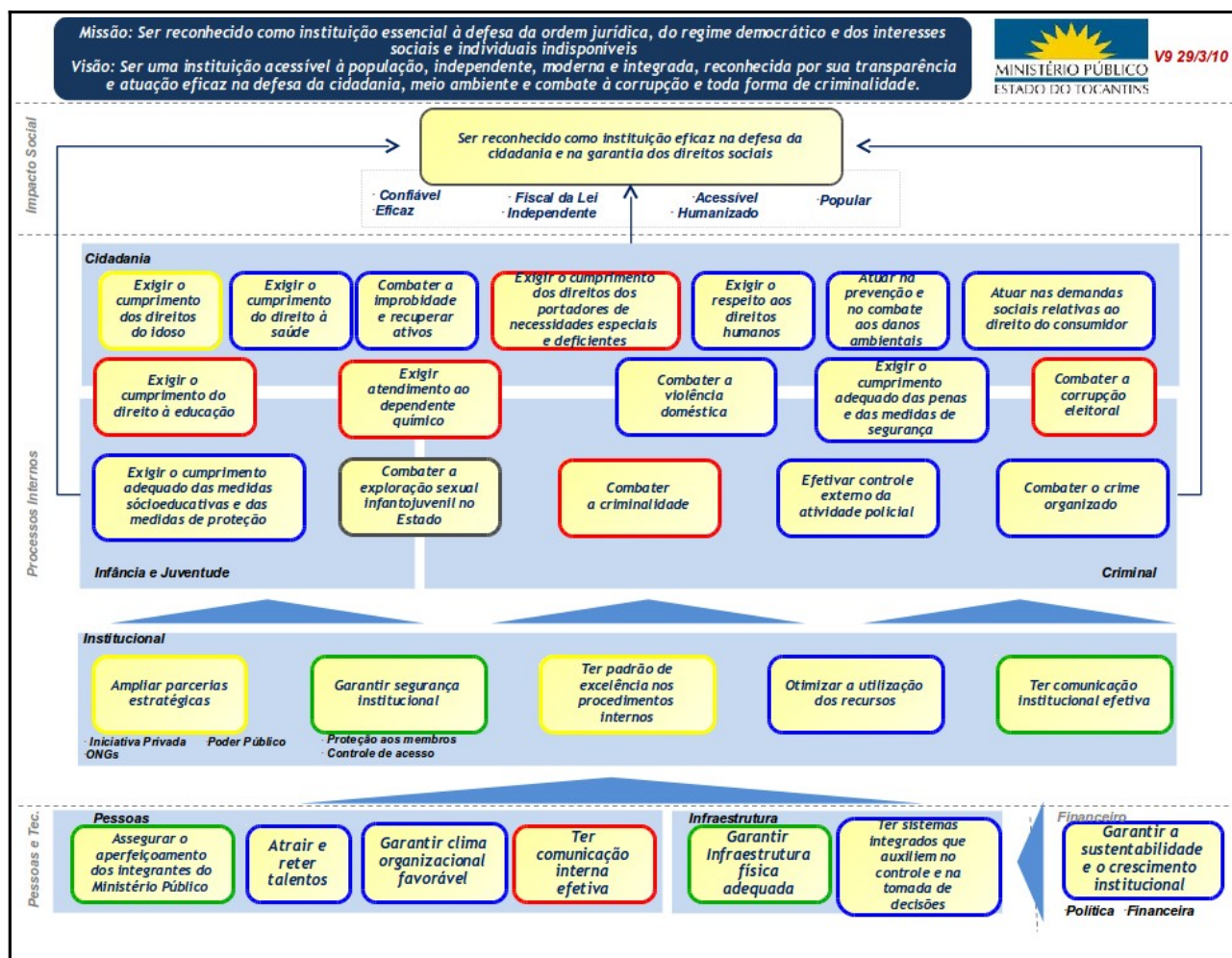
Notas: *Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:*

. a) *Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;*

. b) *Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.*

7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

Figura 7.1 – Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins



Um dos principais responsáveis pelos avanços obtidos na gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins, o Planejamento Estratégico promoveu em 2011 a continuação das mudanças necessárias para o alcance dos objetivos traçados.

Destas mudanças, podemos ressaltar o esforço para cumprimento das metas e alcance dos objetivos nas Perspectivas de Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura, porém, os resultados positivos para o órgão vão muito além dos objetivos consignados nestas perspectivas, pois em praticamente todos os pontos de análise houve avanços significativos.

Outro passo importante foi a ativação de diversos indicadores, cuja insuficiência de dados impossibilitou sua alimentação no exercício de 2010. Tal feito só foi possível pelo avanço na coleta de dados e pela significativa evolução do Relatório de

Atuação Funcional, para o qual se esperam novas melhorias já para o exercício de 2012.

Para melhor ilustrar o assunto, apresentamos a seguir o quadro completo dos indicadores estratégicos do Ministério Público:

Quadro 7.1 – Indicadores estratégicos do Ministério Público

Legenda – Situação da Cumprimento da Meta:

Acima da meta De 95% a 100% De 65% a 94% Abaixo de 65% Não iniciada

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2011
Pesquisa de satisfação	Bienal	- <input checked="" type="checkbox"/>	- <input checked="" type="checkbox"/>	-
Pesquisa de satisfação no atendimento	Mensal	64,84% <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	65%
Total de Ações dos membros do Ministério Público	Anual	76.768 <input checked="" type="checkbox"/>	119.592 <input checked="" type="checkbox"/>	106.023
Ações para o cumprimento das medidas sócio educativas	Trimestral	845 <input checked="" type="checkbox"/>	4.189 <input checked="" type="checkbox"/>	235
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	Trimestral	306 <input checked="" type="checkbox"/>	782 <input checked="" type="checkbox"/>	235
Ações para o cumprimento da política pública de educação	Trimestral	1* <input checked="" type="checkbox"/>	1 <input checked="" type="checkbox"/>	100
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico	Trimestral	-* <input checked="" type="checkbox"/>	13 <input checked="" type="checkbox"/>	65
Ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.	Trimestral	-* <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	60

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2011
Ações de combate à criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	Mensal	45.467 ☒	62.840 ☒	100.000
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Mensal	-* ☒	-* ☒	55%
Palestras de combate à criminalidade	Semestral	-* ☒	4 ☒	132
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades policiais	Mensal	-* ☒	-* ☒	600
Recomendações de melhorias requisitadas	Mensal	-* ☒	5 ☒	750
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	Mensal	85 ☒	235 ☑	210
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades prisionais	Mensal	-* ☒	4 ☒	88
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	Trimestral	964 ☑	1.814 ☑	450
Ações de combate ao crime organizado	Trimestral	644 ☑	297 ☑	180
Ações de combate à violência doméstica	Trimestral	2.208 ☑	5.495 ☑	2.328
Ações de fiscalização da execução da política para pessoas com necessidade especiais e pessoas com mobilidade reduzida e deficientes.	Trimestral	-* ☒	3 ☒	60

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2011
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Trimestral	19* <input checked="" type="checkbox"/>	51 <input checked="" type="checkbox"/>	60
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde	Trimestral	67 <input checked="" type="checkbox"/>	101 <input checked="" type="checkbox"/>	88
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	Trimestral	286 <input checked="" type="checkbox"/>	2.009 <input checked="" type="checkbox"/>	106
Ações de execução (eleitoral)	Semestral	-* <input checked="" type="checkbox"/>	2349 <input checked="" type="checkbox"/>	6.600
Ações de conscientização (eleitoral)	Semestral	1* <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	22
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	Trimestral	1.444 <input checked="" type="checkbox"/>	4.157 <input checked="" type="checkbox"/>	132
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	Trimestral	26 <input checked="" type="checkbox"/>	192 <input checked="" type="checkbox"/>	12
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	Trimestral	20* <input checked="" type="checkbox"/>	823 <input checked="" type="checkbox"/>	132
Parcerias realizadas	Semestral	10 <input checked="" type="checkbox"/>	15 <input checked="" type="checkbox"/>	18
Adequação em segurança	Mensal	33,65% <input checked="" type="checkbox"/>	50% <input checked="" type="checkbox"/>	50%
Nota GesPública	Anual	109 <input checked="" type="checkbox"/>	209 <input checked="" type="checkbox"/>	250

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2010	Resultado 2011	Meta 2011
Abrangência GesPública	Semestral	33,65% <input checked="" type="checkbox"/>	33,65% <input checked="" type="checkbox"/>	50%
Custo médio por processo	Trimestral	R\$ 1.163,59 <input checked="" type="checkbox"/>	R\$ 861,12 <input checked="" type="checkbox"/>	R\$ 836,25
Cumprimento do plano de comunicação	Trimestral	33,00% <input checked="" type="checkbox"/>	30% <input checked="" type="checkbox"/>	66%
Horas de aperfeiçoamento	Trimestral	9,71 <input checked="" type="checkbox"/>	15,59 <input checked="" type="checkbox"/>	16
Melhorias implementadas /aperfeiçoadas após capacitação	Trimestral	-* <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	68%
Rotatividade	Mensal	23,90% <input checked="" type="checkbox"/>	0,33% <input checked="" type="checkbox"/>	3,50%
Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional	Semestral	59,00% <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	68%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	Trimestral	12 <input checked="" type="checkbox"/>	30 <input checked="" type="checkbox"/>	8
Adequação da comunicação interna	Bimestral	-* <input checked="" type="checkbox"/>	30% <input checked="" type="checkbox"/>	66%
Adequação da infraestrutura tecnológica	Mensal	15,00% <input checked="" type="checkbox"/>	28,00% <input checked="" type="checkbox"/>	30%
Adequação da infraestrutura física	Mensal	15,00% <input checked="" type="checkbox"/>	31,43% <input checked="" type="checkbox"/>	30,00%
Percentual de sistemas integrados	Bimestral	54,44% <input checked="" type="checkbox"/>	59,28% <input checked="" type="checkbox"/>	56%
Participação orçamentário financeira	Mensal	2,95% <input checked="" type="checkbox"/>	2,95% <input checked="" type="checkbox"/>	2,60%

* O sistema de coleta de informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF vem sofrendo constantes adaptações, com o objetivo de mensurar as atividades com maior detalhamento, por área de atuação.

8. GESPÚBLICA – ATIVIDADES DE 2010

Cumprindo as metas de evolução da Gestão, o Ministério Público do Estado do Tocantins concluiu em 2011 seu segundo ciclo de autoavaliação da gestão, seguindo os critérios do GESPÚBLICA.

O resultado do trabalho consolidado mostra que houve significativa melhoria nos critérios avaliados.

Cumpra mencionar também, que, visando manter uma rotação entre os servidores que participam do programa como voluntários, em 2011, novos servidores integraram a equipe e se somaram nesta busca pela Excelência na gestão.

Quanto ao resultado da autoavaliação, com nota final de 209 pontos dos 250 possíveis de serem alcançados nesta fase do Programa, reflete o esforço que tem sido empreendido pela Alta Administração para cumprir as melhorias propostas no ano anterior.

O resultado porém, demonstra que a gestão deve continuar sua busca pela Excelência realizando as novas oportunidades de melhoria relacionadas.

A continuação dessa busca pela melhoria da gestão está melhor demonstrada no relatório de execução das oportunidades de melhoria que se segue:

Quadro 8.1 Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Legenda – Situação da Execução:

☺	Concluída	☹	Em andamento	☹	Atrasada	◇	Não iniciada
---	-----------	---	--------------	---	----------	---	--------------

Liderança				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Dar publicidade plena das soluções adotadas	Diretoria de Expediente	2010	2012	☺ <i>Concluída</i>
Estabelecer relatórios padronizados sobre a atuação de cada departamento, a serem apresentados nas reuniões periódicas, visando auxiliar a alta administração na tomada de decisões pró-ativamente	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>

Liderança				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgação da missão e atuação do Ministério Público nas Escolas e Universidades para que a sociedade possa conhecer e buscar os serviços	Assessoria de Comunicação	2011	2012	☹ Em andamento
Definição da organização do trabalho a partir das estratégias estabelecidas e alinhada ao mapa estratégico do MP	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ Em andamento
Melhorar os requisitos mínimos para a ocupação de funções de confiança e cargos comissionados	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ Em andamento
Reconhecimento em público do servidor que, no caso de alcance de recordes, obtenção de certificações, prêmios ou outros fatos significativos, multiplique conhecimento ou prática que resulte na melhoria institucional	Gabinete do P.G.J.	2010	2011	☹ Em andamento
Alteração do Regimento Interno do órgão para dirimir as interpretações pessoais sobre as atividades a serem desempenhadas por cada setor	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ Em andamento

Estratégias e Planos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgar as estratégias, metas, planos de ação e parcerias existentes;	Assessoria de Comunicação	2010	2011	☺ Concluída
Criação do “Dia D do GESPÚBLICA” na instituição	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	☹ Em andamento
Montar times de projetos que acompanhem a efetiva implementação das decisões tomadas	Gabinete do P.G.J.	2010	2011	☹ Em andamento
Estabelecer a criação de benchmarking para os indicadores estratégicos, bem como o desenvolvimento de métodos capazes de sugerir metas que sejam ao mesmo tempo factíveis e desafiadoras (aperfeiçoar os indicadores para adequá-los aos de outros MP's e ao CNMP)	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2012	☹ Em andamento
Alteração do Regimento Interno visando aprimorar as funções e a forma de gestão	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ Em andamento
Alinhar o planejamento estratégico com os programas e ações do PPA	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	☺ Concluída

Estratégias e Planos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Implantação de Sistema Gerencial	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ Em andamento
Criar metas para os programas sociais existentes e assegurar o seu cumprimento	Área de Saúde	2010	2011	☹ Em andamento
Revisar periodicamente os objetivos da instituição no campo da responsabilidade socioambiental	Comissão de Gestão Ambiental	2011	2012	☹ Em andamento
Conhecer o que as outras Procuradorias de Justiça e demais órgãos têm realizado para alcançar a excelência	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	☺ Concluída
Implantação de sistema de informações gerenciais integrado	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	☹ Em andamento
Constituição de grupos de trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiência, como forma de otimização do esforço	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ Em andamento

Cidadão e Sociedade				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Disseminar as atribuições do MP, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão;	Assessoria de Comunicação	2010	2012	☹ Em andamento
Especializar os profissionais da recepção para que o atendimento inicial do cidadão seja encaminhado aos setores com a devida competência no menor prazo possível;	Assessoria de Cerimonial	2010	2012	☹ Em andamento
Definir três representantes da equipe do Gespública para acompanhar a implementação da pesquisa de satisfação do atendimento	Equipe do GESPÚBLICA	2011	2011	☺ Concluída
Aperfeiçoar o Portal de Transparência, de forma que facilite o acesso do usuário às informações	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	☹ Em andamento
Sistematizar e realizar pesquisa de satisfação	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	☹ Em andamento
Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ Em andamento

Cidadão e Sociedade				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Sistematizar a realização da pesquisa de satisfação do cidadão-usuário com aplicação contínua e/ou periódica (possibilidade de utilização telemarketing)(deve-se levar em conta a simplicidade e a individualidade dos cidadãos atendidos para que a pesquisa tenha resultados verídicos)	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	☹ <i>Em andamento</i>
Implantar terminal(is) eletrônico(s) para aplicação das pesquisas de satisfação ao cidadão, acompanhamento de processos e informações sobre os serviços oferecidos na recepção do órgão	Gabinete do P.G.J.	2010	2013	☺ <i>Concluída</i>
Qualificar os servidores responsáveis pelo atendimento na recepção, para realizar uma triagem, verificando se a questão é de atribuição do MP ou de outro órgão, de modo que se torne mais ágil e eficiente o encaminhamento a promotoria ou departamento adequado para resolução do problema do cidadão	Assessoria de Cerimonial	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Desenvolver pesquisas de satisfação direcionadas aos cidadãos-usuários	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	☹ <i>Em andamento</i>

Informação e Conhecimento				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgar a estratégia nas revistas e relatórios da Instituição	Assessoria de Comunicação	2011	2011	☺ <i>Concluída</i>
Disseminar a metodologia e os resultados alcançados pelo GESPÚBLICA para os servidores, através de reuniões, vídeos e apresentações com áudio em momentos de grande fluxo, inserção de notícias no contra cheque, rodapé de memorandos, entre outros, ao longo de todo o ano, visando manter o interesse pelo programa	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Padronização da comunicação interna em todos os níveis da administração possibilitando transparência nas ações de gestão	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2011	☹ <i>Em andamento</i>
Publicidade das campanhas e projetos institucionais	Assessoria de Comunicação	2010	2012	☺ <i>Concluída</i>

Informação e Conhecimento				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Disseminar as atribuições do MP, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão	Assessoria de Comunicação	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Aperfeiçoar o Portal de Transparência, de forma que facilite o acesso do usuário às informações	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	☹ <i>Em andamento</i>
Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Maior divulgação das atividades que estão sendo desenvolvidas pela instituição	Assessoria de Comunicação	2010	2011	☺ <i>Concluída</i>

Pessoas				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Ampliar e tornar eficazes os canais de comunicação	Assessoria de Comunicação	2010	2011	☺ <i>Concluída</i>
Realizar palestras que abordem os temas: responsabilidade social, ética no serviço público e papel do agente público	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Revisão do PCCS e criação do Estatuto dos Servidores do Ministério Público, no intuito de atrair e reter talentos na instituição e valorizar a execução das tarefas	Gabinete do P.G.J. / Colégio de Procuradores de Justiça	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Distribuição da força de trabalho para designação de atribuições, observado o perfil e desempenho individual para ampliação da satisfação no trabalho e melhoria nos resultados	Gabinete do P.G.J.	2010	2013	☹ <i>Em andamento</i>
Implementação do incentivo Auxílio Creche para valorização profissional dos servidores em exercício e garantia de assistência aos filhos e dependentes até 6 anos de idade em creches e pré-escolas	Gabinete do P.G.J.	2011	2011	☺ <i>Concluída</i>
Criação de sitio eletrônico do CESAFA, para divulgar as atividades de aperfeiçoamento e concentrar as ferramentas de coleta e divulgação das informações de capacitação	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>

Pessoas				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Definição, por parte do CESAF, de estratégias de capacitação, metas a serem alcançadas e áreas críticas	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2010	2013	☹ Em andamento
Implantação e acompanhamento de exames periódicos de saúde dos Integrantes para os casos de risco detectados pela Área de Saúde	Área de Saúde	2011	2012	☹ Em andamento
Reaplicar e avaliar sistematicamente a pesquisa de Clima Organizacional, para mensuração do grau de bem-estar e da satisfação das pessoas que compõem a força de trabalho	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2011	2011	☹ Em andamento
Desenvolver palestras, seminários e reuniões onde serão levantadas e discutidas questões relacionadas à satisfação, bem-estar e motivação das pessoas	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2010	2012	☹ Em andamento
Criar um instrumento de avaliação das condições de trabalho	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2010	2011	☹ Concluída
Reaplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação da força de trabalho, sem vinculação com outros instrumentos	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2011	2011	☹ Em andamento
Implementação de Curso de Integração no ingresso dos integrantes do MP	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2010	2012	☹ Concluída

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Implantação de sistema gerencial administrativo e financeiro, que proporcione comunicação de dados entre os diversos departamentos, permitindo unificação do banco de dados e aglomeração de relatórios, objetivando maior interatividade, menor tempo gasto na sua alimentação, eliminação do retrabalho e garantia da confiabilidade das informações	Comissão Permanente de Licitação	2010	2013	☹ Em andamento

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Exigir que os projetos e ações da instituição deem informações detalhadas do seu impacto no cumprimento das metas estratégicas, com anuência das partes envolvidas, subsidiando a tomada de decisões	Gabinete do P.G.J.	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implantação de sistema eletrônico de comunicação interna e externa, com certificação digital, que tenha abrangência entre membros e servidores, com o objetivo de envio de correspondências, memorandos, ofícios, entre outros documentos, com vistas a economia, preservação do meio ambiente e melhoria do alcance da comunicação	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implementar a divulgação dos serviços através de cartilhas explicativas sobre os processos internos (utilizar experiências de outros Ministérios Públicos)	Assessoria de Comunicação	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Disseminação da Educação Ambiental em todos os setores	Comissão de Gestão Ambiental	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Desenvolver e aperfeiçoar mecanismos para a formação de uma rede de informações e intercâmbio entre as entidades de controle social, visando a moralização dos poderes públicos constituídos e a divulgação de boas práticas Administrativas de transparência	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implementação de um Estatuto dos Servidores do Ministério Público	Gabinete do P.G.J. / Colégio de Procuradores de Justiça	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implantação do protocolo HTTPS para o acesso ao webmail	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2011	☹ <i>Em andamento</i>
Implantação de mecanismos criptográficos para garantir a confidencialidade na autenticação de usuários na rede local	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2011	☹ <i>Concluída</i>
Padronização das rotinas e da elaboração de documentos, facilitando a localização futura	Diretoria de Expediente	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implantação de um sistema de gestão de documentos físicos e eletrônicos, tipo GED (Gestão Eletrônica de Documentos)	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ <i>Em andamento</i>

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Normatização e Ampliação da divulgação de documentos no sítio eletrônico (portal da transparência e outros acervos pertinentes)	Diretoria de Expediente	2010	2012	☺ Concluída
Conhecer o que as outras Procuradorias de Justiça e demais órgãos têm realizado para alcançar a excelência	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	☺ Concluída
Firmar convênios/acordos de cooperação na área de práticas de excelência e processos internos	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	☹ Em andamento
Normatização dos procedimentos para controle do aperfeiçoamento	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	☹ Em andamento
Revisar e adequar o Regimento Interno do órgão, levando-se em conta a opinião dos diversos departamentos, visando contemplar as atividades do órgão que surgiram após a aprovação do regimento atual	Gabinete do P.G.J.	2010	2011	☹ <i>Em andamento</i>
Instituir sistema de controle de entrada e saída de pessoas ao prédio da PGJ	Gabinete do P.G.J.	2011	2011	☺ Concluída
Instalação de detectores de metais e de catracas nas dependências da PGJ e Promotorias com respectiva regulamentação de uso	Gabinete do P.G.J.	2011	2011	☺ Concluída
Priorização da elaboração de sistema gerencial para a parte administrativa	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	☺ <i>Concluída</i>
Criação de um fluxograma de processos e divulgação plena para orientação e não sobreposição de ações	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Mensurar o tempo gasto nos processos, de forma a ampliar os resultados	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2013	☹ <i>Em andamento</i>
Implantação de sistema informatizado que possibilite um banco de dados único para controle de contratos e processos que poderá ser acessado e alimentado pelos departamentos responsáveis pela gestão e execução da atividade a ser controlada	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ Em andamento

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Disseminação da prática de avaliação do serviço prestado ou produto adquirido entre os fiscais de contrato e setores envolvidos no processo de aquisição para acompanhamento efetivo da execução dos contratos e estrita formalização de qualquer descumprimento às obrigações contratadas	Departamento Administrativo	2010	2013	☹ <i>Em andamento</i>
Criação e implementação de sistema de controle gerencial para orçamento e planejamento	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ Em andamento
Fazer uso racional do material de expediente	Departamento Administrativo	2010	2011	☹ <i>Em andamento</i>

9. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Conforme detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 9.1 Situação dos Projetos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010 – Implementação de Núcleo Maria da Penha	Em andamento - Atrasado (Vide quadro 9.1.1)
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardião: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em andamento - superou a meta do período
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em andamento – superou a meta do período
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento – superou a meta do período
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento – abaixo da meta do período
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Em andamento
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Em andamento

Quadro 9.1.1 Informações sobre transferências de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Informações sobre as transferências						
Concedente: Ministério da Justiça						
Modalidade	Nº do instrumento	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência
		Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado	
1 - Convênio	067/2010	268.775,00	3.000,00	0,0	268.775,00	27/04/2012

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 – Contrato de Repasse
- 3 – Termo de Parceria
- 4 – Termo de Cooperação
- 5 – Termo de Compromisso

Fonte: Siafem

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas empreendidas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins no ano de 2011 trouxeram resultados expressivos para a sociedade e este relatório, como dito em sua apresentação, procurou não somente elencar números financeiros e dados da atuação, mas, acima disto, mostrar em detalhes para toda a sociedade os resultados dos esforços empreendidos pelo órgão.

Não obstante já terem sido repassadas algumas informações a respeito, cabe aqui uma pequena síntese de informações importantes no contexto da gestão:

→A execução do orçamento passou de 96,08% no ano de 2010 para 99,09% no ano de 2011, sendo que, para cálculo da execução foram excluídos R\$ 874.987,00 do orçamento da fonte 4219 – Operações de Crédito Externo, o qual não foi disponibilizado pelo Governo do Estado, e R\$ 1.600.000,00 da fonte 5236 – Doações, cujo contrato com o Banco Bradesco S.A. foi rescindido, impossibilitando assim, sua utilização;

→Alterações orçamentárias dentro da média histórica do órgão e devidamente justificadas;

→Diminuição do índice de gasto com pessoal, segundo os critérios expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que passou de 1,63% da Receita Corrente Líquida em 2010 para 1,57% em 2011;

→Inauguração de três novas Promotorias de Justiça nas cidades de Tocantinópolis, Paranã e Miranorte, ampliando o acesso e melhorando as condições do atendimento à sociedade, além do início das obras em mais duas Promotorias, Arraias e Taguatinga, e desenvolvimento de novos projetos para início no ano de 2012;

→Ampliação do destaque do MPE-TO junto à mídia regional, em razão do trabalho realizado pela Assessoria de Comunicação, do novo site do órgão e da atuação recorde dos Membros desta Instituição;

→Ampliação dos atendimentos da Ouvidoria do Ministério Público para 664 registros em 2011, com resolutividade de aproximadamente 90%;

→Ampliação dos projetos de busca pela excelência na gestão, o Gespública e o

Planejamento Estratégico;

→ Contratação de empresa para o desenvolvimento de novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) para os servidores do MPE-TO;

→ Realização, através dos serviços de consultoria, do Mapeamento de todos os processos do Ministério Público;

→ Implantação do E-Proc, sistema de digitalização dos processos finalísticos, bem como, regulamentação da implementação das tabelas unificadas processuais;

→ Ampliação da parceria com o douto Tribunal de Contas do Estado do Tocantins na realização de ações finalísticas;

→ Contratação de empresa especializada na implementação de Circuito Fechado de Televisão na Procuradoria Geral de Justiça e ampliação das ações de segurança institucional;

→ Participação efetiva na Criação do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público;

→ Cumprimento das resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e atuação destacada no Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG;

→ Garantia dos direitos dos Integrantes e quitação de dívidas atinentes a Precatórios Judiciais.

Consideramos que os avanços demonstrados pelos números do ano de 2011 demonstram a importância das mudanças implementadas por esta gestão, como levantamento de indicadores e inclusão de metas, gerenciamento da execução do orçamento e da execução de ações, implementação de novos sistemas e de infraestrutura adequada, entre outras, que vieram a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos.

Assim, temos a expectativa de que em 2012 o Ministério Público realize mais benefícios para a sociedade, perseguindo novos avanços na gestão e na infraestrutura do órgão e ampliação da atuação finalística.